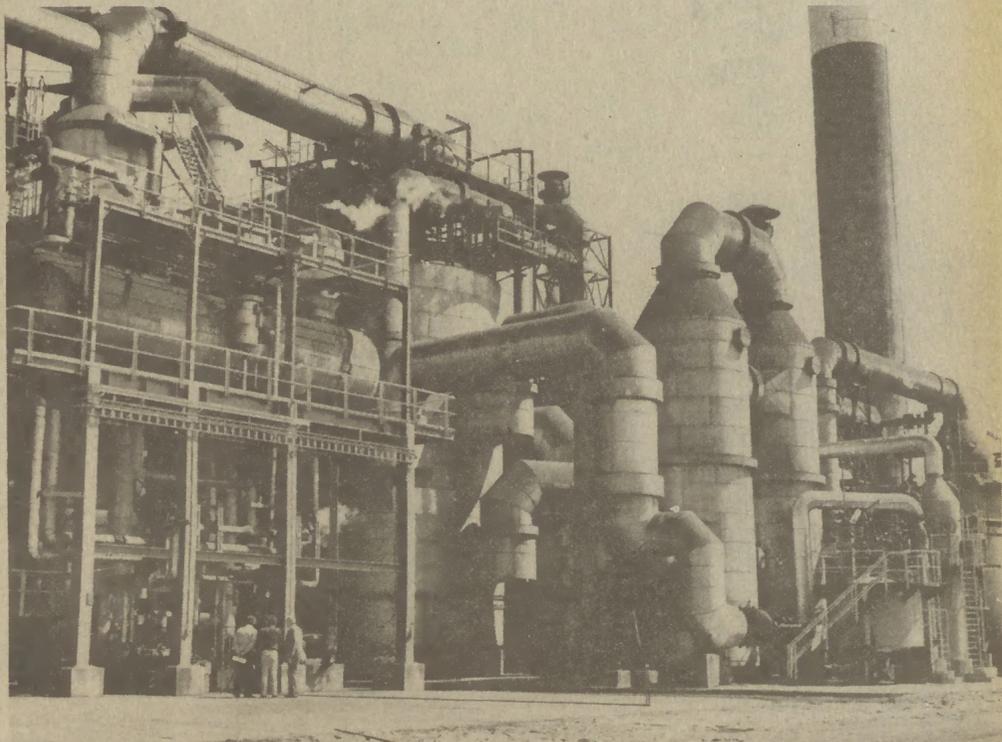


Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 751  
19 de Maio de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



## Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado

•



## Encontro sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Beja

Reportagens dos dois Encontros promovidos pelo PCP no passado fim-de-semana nas págs. 1, 2, 3, 6 e 7/Em Foco

## ESPECTACULAR VITÓRIA DA CDU EM MELIDES E CARVALHAL

Pág. 5/Semana

## PLENÁRIO DISTRITAL DA CDU NO ALGARVE

Pág. 13/Semana

## REUNIÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

Pág. 12/Semana

## GOVERNO RECUSA INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS NEGOCIATAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

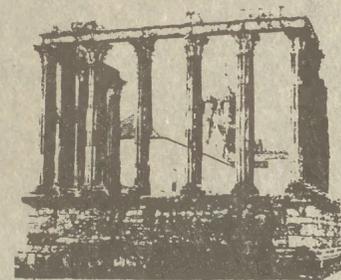
Pág. 7/Semana



## Porto:

Encontro  
sobre  
o Desenvolvimento  
da Região  
do Porto  
no limiar  
do ano 2000

•



## Évora:

avancar  
projecto  
de reestruturação  
da organização  
administrativa  
da cidade

Págs. 8 e 9/Semana

## O Partido na luta

O povo português interroga-se porquê, no momento actual, injustificadamente, se agravam as suas condições de vida e se adensam as dificuldades na vida nacional.

É um facto comprovado que os benefícios líquidos provenientes de uma conjuntura externa ainda favorável a Portugal permitiram uma acumulação de meios financeiros de vulto que criteriosamente administrados teriam possibilitado uma recuperação e correcção de muitos dos nossos desequilíbrios estruturais, sectoriais e regionais e uma substancial atenuação dos nossos problemas sociais mais agudos como os do desemprego, dos salários em atraso, das carências nos domínios da saúde, da habitação, do ensino e outras.

Pelo contrário, o que se verifica é uma acumulação de tensões e de factores de desestabilização social, económica, institucional e política que defrontam de maneira crescente a contestação, a resistência e a luta das mais vastas camadas populares.

O porquê desse agravamento é já muito claro para um grande número de portugueses: a causa central das tensões e do aumento dos factores de desestabilização na sociedade portuguesa reside na política de restauração a curto prazo dos monopólios e do seu poder e na reactivação dos planos contra-revolucionários de destruição das conquistas económicas, sociais e culturais do 25 de Abril em que afanosamente se empenha no momento actual do Governo PSD/Cavaco Silva.

Nos últimos dias, novos acontecimentos, novos actos governativos, novas distorções das realidades saídas da Revolução de Abril se produziram.

Sem aguardar a decisão do Tribunal Constitucional, ao qual o Presidente da República submeteu o pacote das privatizações de 49% do capital das empresas públicas e o pacote laboral, o Governo PSD/Cavaco Silva resolveu «rentabilizar» três das grandes empresas públicas em situação difícil — a Quimigal, a Setenave e a Siderurgia Nacional — com uma «injecção» de 170 milhões de contos para as entregar,

já «rentáveis», aos grupos financeiros portugueses e estrangeiros que as cobiçam.

O «generoso» Governo de Cavaco Silva que, na linha tradicional dos governos de direita, sangrou vultosos recursos financeiros das empresas do sector empresarial do Estado, «rentabiliza» agora em benefício do grande capital privado 3 das 12 maiores empresas públicas de que se projecta despedir no processo de «saneamento» mais de 3000 operários!

Anteontem anunciou o Governo a penhora e a venda em hasta pública dos bens móveis e imóveis dos empresários que não regularizem até ao fim do mês dívidas fiscais no montante de 94 milhões de contos. É certo que muitos empresários, principalmente alguns detentores de elevadas fortunas, fogem ao fisco, defraudam o Estado com falsas declarações da matéria colectável e aos quais os governos de direita têm fechado sistematicamente os olhos. Mas muitos milhares, a imensa maioria dos devedores, são pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, arruinados ou à beira da ruína, de quem o Governo faz tábuas rasas nas decisões da penhora e se dispõe a arrestar terras, estabelecimentos, unidades fabris e outros bens essenciais.

Também no mesmo Conselho de Ministros foi decidida pelo Governo e pela ministra Beleza a nomeação de 22 directores hospitalares em aberta violação das normas democráticas que determinam a escolha electiva dos directores hospitalares pelo corpo clínico dos hospitais. É no mínimo uma verdadeira provocação contra a classe médica em greves parciais desde o mês passado e a quem o Governo se recusa ouvir e atender reivindicações sentidas.

Aos «porquês» do agravamento das suas condições de vida e aos propósitos governamentais de impor aos trabalhadores o seu odioso pacote laboral estão respondendo a classe operária e sectores profissionais e sociais muito vastos pela única forma porque podem fazer-se ouvir — a luta de massas.

É a intensificação da luta popular de massas, a crescente unidade dos trabalha-

dores, a acção convergente das forças democráticas em diversas frentes o que está isolando de maneira visível o Governo PSD/Cavaco Silva, o que está reduzindo a sua base de apoio, o que está rasgando a via para uma necessária alternativa democrática.

Depois das grandiosas jornadas de luta da Greve Geral de 28 de Março, das manifestações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio foi agora marcada para o próximo dia 26 uma nova jornada nacional de luta contra a imposição do pacote laboral.

As iniciativas do PCP constituem uma importante contribuição dos comunistas para o conhecimento e aprofundamento dos grandes problemas da actualidade.

Depois do grande Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura, que mobilizou centenas de agricultores, não só comunistas como de outras formações partidárias, intensifica-se a movimentação dos trabalhadores da Reforma Agrária que pela sua luta conseguiram fazer recuar o Governo e obrigá-lo a submeter a sua lei de destruição da Reforma Agrária ao debate público. Cresce a solidariedade dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas da zona da Reforma Agrária, alarga-se a convicção de que face aos planos de reestruturação agrícola que apontam à desertificação dos campos, ao esbulhamento das terras dos pequenos e médios agricultores, à invasão de proprietários estrangeiros, as UCP's/Cooperativas têm uma missão patriótica a desempenhar em benefício da economia nacional e do bem-estar de milhares de famílias camponesas.

O Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado, do último domingo, no Pavilhão da Quimigal do Barreiro, em que participaram centenas de camaradas, constituiu uma grande realização na luta pela defesa das conquistas fundamentais de Abril.

Simultaneamente, assiste-se neste vasto processo de luta, ao alargamento da unidade da classe operária, em particular do movimento sindical unitário, ao isolamento dos elementos divisionistas enfeudados aos interesses de classe de que o Governo PSD/Cavaco Silva é o arauto no Poder.

A própria iminente ruptura no seio da UGT, a eleição da lista A no Sindicato dos

# Resumo

## 11 Quarta-feira

É divulgado à imprensa o pedido de declaração de inconstitucionalidade dirigido ao Tribunal Constitucional pelo Provedor de Justiça, referente ao Código das Custas Judiciais. Este diploma do Governo é considerado pelo Provedor como «socialmente injusto». ■ O grupo parlamentar comunista divulga nota anunciando que vai requerer a ratificação do diploma governamental, da responsabilidade de Leonor Beza, que visa retirar nova lista de medicamentos da comparticipação do Estado e prejudica nomeadamente os doentes asmáticos. ■ Acentua-se a divisão da UGT entre socialistas e sociais-democratas, no Congresso dos Bancários do Norte que termina no Porto. ■ É assinalado em sessão solene, o 50.º aniversário da vida literária de Fernando Namora. ■ A imprensa soviética divulga discurso de Mikhail Gorbachov sobre a irreversibilidade da «perestroika» e a preparação da próxima Conferência Nacional do PCUS. ■ O Primeiro-Ministro da Dinamarca, derrotado nas eleições, apresenta demissão à rainha Margarida, que indigita o social-democrata Jacobsen para formar Governo. ■ O Primeiro-Ministro de Moçambique, Mário Machungo debate em Maputo com o subsecretário dos EUA, Freeman, a situação na África Austral. ■ A embaixada da URSS em Londres anuncia o falecimento de Kim Philby, general do KGB e antigo agente dos serviços secretos que vivia desde 1963 na União Soviética.



## 12 Quinta-feira

O Governo aprova proposta de lei a fim de poder assumir, até ao montante de 170 milhões de contos, os passivos da Quimigal, da Setenave e da Siderurgia. ■ Enquanto a imprensa divulga a elaboração de plano governamental para desmembrar a Quimigal, os representantes dos trabalhadores da Setenave denunciam o plano que



prevê a entrega da empresa a um consórcio internacional presidido pelo ex-monopolista Mello e pela firma alemã MPC. ■ Em conferência de imprensa, a Direcção Central do Ensino Superior da JCP repudia as recentes agressões contra os estudantes e rejeita legislação repressiva. ■ O Metropolitano de Lisboa paralisa durante três horas em consequência de greves sectoriais seguidas a 100 por cen-

to, em luta por aumento de salários. ■ Cerca de dois mil camiões TIR bloqueiam a fronteira de Vilar Formoso. Os camionistas pretendem a abertura permanente da fronteira e a desburocratização dos serviços alfandegários. ■ Vítor Constâncio, secretário-geral do PS, encontra-se em Madrid com o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, com quem analisa a situação na África Austral. ■ A União Soviética e os Estados Unidos, através dos seus representantes em Genebra, assinam textos relativos ao tratado de limitação de mísseis de médio alcance. ■ Aviação militar de Israel ataca de novo o território libanês, a 30 quilómetros a sul de Beirute. ■ A actividade dos estaleiros de Gdansk, na Polónia regressa à normalidade.

## 13 Sexta-feira



Os trabalhadores da Tabaqueira comemoram o 13.º aniversário da nacionalização da empresa, numa sessão em que participam vários convidados, entre os quais representantes sindicais e de outras organizações de trabalhadores. ■ Na Assembleia da República, a ministra Beza é de novo criticada, por parte da oposição, pela política contra a saúde pública da responsabilidade do seu ministério. ■ Conselho Nacional da CGTP/Intersindical Nacional confirma à imprensa um conjunto de acções diversificadas a realizar em todo o país durante a jornada nacional de luta marcada para 26 de Maio. ■ O Bispo de Setúbal critica em Offenbach, na RFA, «certas posições» inseridas no chamado pacote laboral. ■ Trabalhadores do Arsenal do Alfeite exigem à administração um rigoroso inquérito aos serviços do refeitório, na sequência da intoxicação alimentar que ali atingiu 150 pessoas. ■ «Pik» Botha afirma em Brazzaville que deverá haver «uma retirada digna», não devendo haver «derrotado nem vencedor» na guerra que a África do Sul move à República Popular de Angola. ■ Inicia-se na União Soviética o processo da eleição dos cerca de 5 mil delegados à Conferência Nacional do PCUS.

## 14 Sábado

Cavaco Silva faz novas promessas, de visita ao Algarve, anunciando uma rede renovada de estradas, ferrovias e instalações aeroportuárias para a região. ■ O Presidente da República, Mário Soares, recebe o dirigente do Partido Radical do Chile e vice-presidente da Internacional Socialista, Enrique Silva Clima. ■ O general soviético Boris Gromov afirma em Cabul, na véspera do início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, que até 29 de Maio um quarto do contingente completará a saída. ■ São dados como desaparecidos 17 marinheiros, na sequência de um ataque da aviação iraquiana ao terminal iraniano de Larak, que atingiu quatro petroleiros. ■ O reeleito presidente Mitterrand anuncia a dissolução da Assembleia Nacional francesa e convoca eleições antecipadas para 5 e 12 de Junho próximo.

## 15 Domingo

A Coligação Democrática Unitária vence as eleições nas recém-criadas freguesias de Melides e Carvalhal, atingindo em ambas a maioria absoluta de votos e mandatos. ■ A direcção Nacional da JCP divulga à imprensa as conclusões da sua reunião e acusa o Governo de vir a agravar os problemas sociais da juventude. ■ A dirigente do PS, Elisa Damião, afim, no decorrer de um debate sobre a revisão constitucional, que o seu partido colocou ao PSD 14 condições sobre a mesma. ■ O Presidente da República inicia visita oficial ao Luxemburgo. ■ As forças militares soviéticas começam a sua retirada do Afeganistão.

## 16 Segunda-feira

Morre soterrado, em consequência de desabamento de terras, um operário que trabalhava em obra da EPAL, em Lisboa. ■ O arcebispo de Evora recebe delegação do Secretariado Distrital das UCP's e da FENCA, que lhe entregam exemplar da proposta de lei de bases da Reforma Agrária e um texto de análise a essa proposta. ■ Em conferência de imprensa, de regresso a Lisboa, participantes portugueses num intercâmbio promovido pela JOC, afirmam que há mais de 10 milhões de desempregados entre os jovens europeus. ■ Delegação iraníana de alto nível desloca-se a Damasco para debater com autoridades sírias a situação nos arredores a sul de Beirute. ■ O presidente angolano,



José Eduardo dos Santos, declara em Luanda que o seu país aceita a retirada progressiva das forças cubanas desde que cessem os motivos que justificam a sua presença em Angola.

## 17 Terça-feira

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, revela que 50 000 empresários conseguiram não pagar um tostão de imposto ao fisco, enquanto cerca de 200 000 empresários conseguiram «construir» declarações de rendimentos abrangidos por impostos entre zero e 23 contos. As dívidas fiscais do patronato ascenderam a 90 milhões de contos. ■ O vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Anatoly Adamishin, avista-se, em Lisboa, com o secretário português dos NE, Durão Barroso; o diplomata soviético encontra-se no nosso país para debater amanhã com o secretário-adjunto dos EUA para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, a situação da África Austral, um dos temas da próxima cimeira de Moscovo entre Gorbachov e Reagan. ■ O portavoz palestino Bassam Abu Sharif informa em Bagdad que a repressão israelita contra a população dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia provocou 343 mortos, 9900 feridos e cerca de 19 000 detidos.

Bancários e a passagem para sindicatos da área da CGTP-IN de centenas de trabalhadores antes filiados noutros sindicatos é um fenómeno indicativo do alargamento do processo unitário no seio dos trabalhadores e do seu movimento sindical.

Neste pano de fundo de crescente isolamento do Governo PSD/Cavaco Silva e do alargamento da unidade da classe operária e da unidade e convergência entre as forças democráticas o PCP multiplica as suas iniciativas políticas e de organização e prepara activamente a realização do seu XII Congresso.

Encontros, plenários e reuniões intensamente participadas são reveladoras da vitalidade do PCP e da sua vinculação aos grandes problemas da hora actual. Um vasto debate se desenvolve sobre as questões mais candentes do momento que vivemos revelador da profunda democracia interna do nosso Partido.

Encontros, plenários, reuniões que incidindo sobre tarefas imediatas que reclamam a acção dos comunistas enriquecem também, na perspectiva do Congresso, debates que constituem contribuições extremamente válidas para o conhecimento da realidade nacional, para o enriquecimento das ideias e a necessária busca de soluções interessando à participação dos comunistas na compreensão e abordagem das grandes questões da nossa época, apetrechando todo o Partido para a batalha política e ideológica.

Uma grande abertura no debate e ao mesmo tempo uma grande firmeza na unidade e na coesão do Partido, estão criando as condições necessárias à preparação e realização do XII Congresso.

É um firme propósito do Partido e da sua direcção que nenhuma contribuição seja perdida para o melhoramento do trabalho geral do Partido e ao mesmo tempo firme determinação no respeito pelas normas internas do debate e de decisão do Partido.

Desta complexa batalha política e ideológica sairá mais forte o PCP, mais apto para o combate democrático do momento actual e do futuro.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcaroiva de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

## Movimento sindical

# Lutas próximas — acções de hoje

Sem incluir, por questões de tempo, acções que provavelmente ocorrerão em breve no âmbito da Função Pública e dos quadros técnicos, constam destas e das páginas seguintes acções sindicais suficientes para que se justifique forte optimismo relativamente à jornada nacional de luta, marcada pela CGTP para o próximo dia 26. Além de outras movimentações e lutas sindicais dignas de registo e apoio solidário, ressalta a prolongada luta dos médicos, a acção sindical dos enfermeiros e dos professores, a intervenção no campo da Segurança Social, a defesa do sector empresarial do Estado (ver Em Foco) e a luta nos transportes, com destaque para o Metro.

Como já aqui referimos na semana passada, a luta pelos salários nos transportes pode abranger de novo todo o sector. Na passada quinta-feira, o pessoal do movimento e tracção paralisava totalmente o Metropolitano de Lisboa, entre as seis e trinta e as nove e trinta da manhã, com uma adesão de 100 por cento.

### Intransigência Irresponsabilidade

Segundo a Federação Sindical (Festru), os trabalhadores do Metro foram novamente «obrigados» a recorrer à greve. No dia 11, com tempo suficiente para desconvocar a paralisação, o presidente do conselho de gerência (CG) do Metro mostrava «intransigência e irresponsabilidade».

Numa reunião de conciliação, como lhe chama a Festru, aquele gestor «informou ter novos valores para apresentar». Só não o fazia por saber que não iam ser aceites pelos trabalhadores.

Se o gestor do Metro estava a par disso, o mesmo deveria suceder com o Ministério da tutela e com o Governo.

O presidente do CG do Metro disse ainda, segundo a Festru, que os valores a apresentar depois das paralisações já efectuadas este ano, eram «demasiado baixos».

Assim, não falta motivo à Festru e aos outros sindicatos para responsabilizar, mais uma vez, o CG tutelado pelo Governo «pelos trans-tornos que o conflito provoca junto dos utentes».

Na passada segunda-feira, segundo estava anunciado, deve ter-se efectuado nova



Os sindicatos médicos que preparam uma federação, convocaram através da Ordem uma Assembleia Médica Nacional, que marcaram para amanhã, às 17 horas, na FIL. Mantém-se, entretanto, o anúncio da greve para hoje e amanhã (foto de arquivo)

reunião entre sindicatos e conselho de gerência. Que o CG tenha apresentado desta vez valores capazes de desbloquear a situação é certamente a vontade dos utentes e dos trabalhadores.

### Jornada no Porto

Uma concentração na Praça da Liberdade, a partir das 17 horas, marcará no Porto o ponto alto do Dia Nacional de Luta, convocada pela CGTP-IN para 26 de Maio, anunciou a USP (União dos Sindicatos).

Entretanto, decorria ontem, quarta-feira, no Cinema Júlio Dinis um plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito do Porto, o qual analisou questões relacionadas com a continuação da luta contra o pacote laboral e, em particular, o conjunto de acções a desenvolver pelos vários sectores na perspectiva da mobilização para o dia nacional de luta. Paralisações ao nível de diversas empresas, com o objectivo da maior participação de tra-

balhadores na concentração na baixa do Porto, plenários e outras iniciativas de rua nos vários concelhos, no sentido da reafirmação da disposição de não deixar passar o pacote laboral, de manifestar repúdio pela política salarial do Governo e pela generalização de todas as formas de emprego precário, são algumas das acções a levar a cabo pelos trabalhadores do distrito do Porto, no próximo dia 26 de Maio.

### Três razões fundamentais para prosseguir com a luta

Ao sumariar as três razões principais para prosseguir com a luta, a comissão executiva do conselho nacional da CGTP, tendo este reunido em Lisboa na passada sexta-feira, 13, reafirmou que o pacote laboral continua a não ser um facto consumado, que «a política salarial do Governo provoca a diminuição do poder de compra dos trabalhadores» e que a realidade existente aponta para a escandalosa generalização de todas as formas de precarização do emprego.

A Inter volta a recordar que o conteúdo do pacote laboral e o processo como foi elaborado «estão feridos de inconstitucionalidade formal e material».

A central sublinha o facto de o Governo ter colocado em discussão pública, fora de tempo, a legislação que constitui o pacote. Para o conselho nacional da CGTP

é reveladora a circunstância de o Governo pretender avançar com uma autorização legislativa que não foi promulgada pelo Presidente da República. Como se sabe, a constitucionalidade ou não da autorização só será conhecida, pelo que se prevê, na próxima quinta-feira.

Depois de reafirmar a sua confiança na luta dos trabalhadores e na sua continuidade contra as medidas deste Governo no campo laboral, a direcção nacional da CGTP, sublinha que «os dados hoje disponíveis confirmam que a CGTP tinha razão quando se recusou a assinar o acordo de política de preços no CPCS» (Conselho Permanente de Concertação Social).

### Tecto salarial desajustado

«A inflação prevista pelo Governo está hoje completamente desacreditada», lembra a direcção da CGTP, acrescentando que ela só serviu para agravar «a conflitualidade social». O tecto salarial, ou os vários tectos para o resto do ano, estão, assim, completamente desajustados. É o que têm provado, com suficiente clareza, as lutas desenvolvidas entretanto, designadamente a greve geral de 28 de Março.

Quanto à pretendida revisão constitucional, a CGTP considera que «as forças de direita e o Governo apertam o cerco».

Na opinião da central, manifestada durante a reunião do seu conselho nacional em 13 do corrente, a revisão que o Governo pretende em nada favorece os trabalhadores e o País.

Conclui o conselho nacional que, «no decorrer dos próximos dias, milhares de trabalhadores em todo o País vão estar envolvidos em acções de esclarecimento e debates, de forma a fazer a análise da situação social e laboral do País. Plenários de activistas e de empresa irão decorrer também de forma sistemática».

As reivindicações por que lutam os trabalhadores são justas e concretizáveis. «A CGTP-IN pretende que o dia nacional de luta seja uma acção de protesto de todos os trabalhadores, unidos na acção em prol de objectivos concretos», refere, por último, o conselho nacional.



O secretário-geral do PCP com os dirigentes do Sten

## Álvaro Cunhal recebe uma delegação sindical

No dia 17 de Maio, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu uma delegação do Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte composta por Lima Barbosa (presidente), Souto Águeda,

António Lousada e Almeida dos Santos.

A delegação expôs a situação decorrente do plano de integrar no Ensino Politécnico os Institutos Superiores de Engenharia, com a

consequente descaracterização dos cursos e desvalorização académica e a classificação dos engenheiros técnicos portugueses num «grau» inferior a engenheiros técnicos de outros países da

CEE, designadamente de Espanha.

Álvaro Cunhal confirmou a delegação do SETN o apoio do PCP aos direitos e reclamações dos engenheiros técnicos e do seu sindicato.

Trabalhadores

## Cuidado com os excessos,



Os excedentes são múltiplos e variados na Segurança Social. Mas o maior excesso é constituído pelas dívidas de numerosas entidades patronais. É inconcebível que os ricos sejam cada vez mais ricos para que os trabalhadores possam exercer entre si a «solidariedade» que o Governo quer

### Pecados

Nos tempos da outra senhora, eufemismo muito machista para designar o fascismo, os comunistas eram comumente apresentados como filhos dilectos de Satanás.

Comiam criancinhas ao pequeno-almoço. Matavam os velinhos com injeções atrás da orelha. Roubavam as terras, as casas, os gados, as mulheres, enfim, a propriedade privada de cada um.

Embora não fosse explicitamente afirmado, suspeitava-se que tinham chifres e cauda bifurcada e era quase certo que exalassem um subtil cheiro a enxofre.

Garantia-se que por artes de magia negra se infiltravam em todo o lado, pelo que havia que estar atento e denunciar a mais leve suspeita de conluio ou simpatia pelos ditos, fundamental para a salvação da alma, da família e da pátria.

Mudaram-se os tempos.

O que nem sempre significa a mudança das vontades, mas quase sempre implica a mudança dos meios com que se perseguem os mesmos fins.

Com a vida terrena a disputar infernais atributos, Satanás perdeu fulgor e baixou nos «tops» do terror popular.

Os comunistas deixaram de ser papões a povoar os pesadelos da plebe, que à revelia dos senhores de antanho investigou por conta própria, apalpou, cheirou, indagou das famílias e dos costumes, trocou opiniões e ideias e chegou à conclusão de que alguém tinha andado a enganá-la.

Pelo que foi preciso civilizar os comunistas, q.b., como nos cozinhados, porque agora a receita era outra.

Vai daí passaram a ser dinossauros, estalinistas, ortodoxos, dogmáticos, cavernícolas, antidemocratas e estúpidos.

Tão estúpidos que não apreciam comida chinesa.

Tão cavernícolas que não gostam de casas.

Tão dinossauros que não vão ao ballet.

Tão estalinistas que não praticam ginástica.

Por exemplo.

Os que se desviam destas normas, diz-se, entram em pecado mortal.

Ou se arrependem a tempo ou são excomungados, diz-se.

E só não vão parar à fogueira porque a inquisição já passou à História e até mesmo os comunistas, filhos dilectos de Satanás, modernizaram os seus métodos de actuação.

O que os não tornou menos maquiavélicos, note-se. À excepção de uns quantos, pecadores, por isso mesmo caídos em desgraça.

Como se calcula, tão enriquecedora informação sobre os comunistas foi divulgada pelos jornais, por certos jornais, defensores até ao último carácter, à última vírgula, ao último ponto, da verdade, apenas a verdade e nada mais que a verdade.

A esta hora, e após tão esclarecedora informação, uns quantos milhares de comunistas estão, não há que duvidar, em profundo exame de consciência.

Mea culpa, mea culpa, mea máxima culpa.

Quantos livros leram? Quantas vezes foram ao cinema?

E ao teatro? E ao ballet? É pecado?

A mulher a dias? É preciso despedir?

E aquele perfume francês?

E a televisão a cores, e o vídeo?

E as compras no Continente? As férias em Marrocos?

O tapete de Arraiolos? O ar condicionado? O urso de peluche?

A bicicleta BMX?

Credo, cruces.

Pela parte que me toca perdi o conto aos pecados mortais quando rondava já os cem e estou em crer que nem cheguei a metade.

Isto não é um exame de consciência. É uma catástrofe.

Por este andar ainda chegamos à conclusão que pecamos todos tanto que já não temos salvação. E que a única coisa que nos resta, a nós comunistas, é continuar nesta via de cativar cada vez mais pecadores até que todos, mas todos, possam pecar em paz.

Dados recolhidos recentemente junto da CGTP e de organizações sindicais da Função Pública permitem-nos afirmar que as dívidas de diferentes entidades patronais à Segurança Social (instituições de Previdência e Fundo de Desemprego) atingem valores excessivamente alarmantes (523 milhões de contos entre 1973 e 1988), ao mesmo tempo que, de maneira não menos alarmante e excessiva, vai alastrando a tentativa governamental de criar um vasto quadro de excedentes (primeiros candidatos à próxima leva de desempregados ou de pessoal subutilizado nas instituições de Previdência de recorte tradicional).

Recorde-se, antes do mais, que esses candidatos ao desemprego são trabalhadores da Função Pública (TFPs) de pleno direito, isto é, não estão subordinados a nenhum estatuto especial, ao contrário do que acontecia antes do 25 de Abril.

Assim, basta olharem à sua volta para verificarem, sem margem para dúvidas, como os processos de criação de excedentes abundam noutros organismos e departamentos estatais.

Ainda há poucos dias o secretário de Estado da Segurança Social, Luís Filipe Pereira, admitia a hipótese de alterar a estrutura em vigor no CRSSL, ou seja no Centro Regional, que o Ministério do Emprego tutela no distrito de Lisboa.

Recorde-se ainda, para se entender melhor o que poderá significar estrutura no entender daquele secretário de Estado, que o «seu» ministro no anterior Governo, Mira Amaral, afirmava em público, há menos de dois anos, que:

«O sistema (da SS) encontra-se totalmente descapitalizado — está em regime de repartição pura — pois, para fazer face a acrescidas responsabilidades financeiras, foi forçado, num passado recente, a alienar o património financeiro».

«Alienou» o património financeiro e agora prepara-se para «alienar» mais trabalhadores.

Embora um pouco obscuras no molde utilizado, são claras no conteúdo as palavras do ex-ministro do Emprego e hoje da Indústria, Mira Amaral.

No entanto, convém clarificar melhor a questão acrescentando que quem alienou o património da Segurança Social «num passado recente» não foi o sistema da SS. Foi o Governo. O sistema da SS pode ser culpado de muita coisa, mas não alienar por sua livre iniciativa o património seja de quem for.

#### Hipótese até quando?

Quanto ao Centro Regional de Segurança Social do

Distrito de Lisboa, acima referido pela sigla CRSSL, o que os sindicatos ficaram a saber numa reunião recente com o secretário de Estado, Luís Filipe Pereira, foi que já estão em estudo «diversas alternativas» para a «reestruturação» daquele Centro. Pelo menos, o secretário de Estado admitiu essa hipótese preocupante, só pelo que ela implica em relação a um passado recente.

Pelo que soubemos, as direcções da Federação (FNSFP) e do Sindicato da zona (STFPZSA) não põem em causa a reestruturação. O problema é outro.

Luís Filipe Pereira argumenta a favor do seu projecto, de que apenas se conhecem os traços gerais, com o que pensa serem as necessidades de adaptar o Centro (CRSSL) às «características da região» lisboeta, e com «dificuldades», dizem os dirigentes sindicais, na administração da estrutura actual.

Esses traços gerais implicariam a transformação do CRSSL em quatro.

Aquele membro do Governo não confirmou, mas também não desmentiu a hipótese de o Centro de Lisboa se desmembrar em acção social e três zonas: rural, urbana e produtiva.

Os dirigentes sindicais dos TFPs confirmaram-nos as suas «mais vivas preocupações» pela possível «quebra de unidade» do CRSSL, sendo ela preparada, como tudo leva a crer, nas costas dos trabalhadores e dos beneficiários.

Dizem ainda os responsáveis sindicais de Lisboa que os TFPs conhecem os problemas que tiveram que enfrentar no passado e nesta mesma área de actividade.

Num apelo aos TFPs para se manterem informados, designadamente através das suas organizações sindicais, as comissões executivas da Federação e do Sindicato já citados sublinham principalmente «as tentativas de criação de excedentes em processos idênticos noutros departamentos e organismos estatais».

#### Número exagerado de lugares a extinguir

Mas além dos excedentes, há as «dificuldades vividas durante o regime de instalação», situação em que se encontra também em Lisboa o Centro Nacional de Pensões, bem como «a falta de carreiras de acordo com as funções dos trabalhadores».

As mesmas fontes sindicais adiantam que se mantêm, por outro lado, as «reservas do conselho directivo» do CRSSL no diálogo com os representantes dos trabalhadores.

Depois, há ainda «a ausência de formação profissional compatível com a intro-



Afastadas do recurso ao crédito bancário, as pequenas empresas cumprem no geral os seus encargos com mais frequência que as grandes

dução de novas técnicas», assim como «a falta de transparência de algumas reestruturações — tudo questões em aberto por um passado recente, que podem vir a afectar fortemente os postos de trabalho — vincam os sindicatos ao apelarem para uma forte participação contra o que consideram pode vir a ser «um grave precedente» na uniformização da Segurança Social.

Os sindicatos da FP defendem afinal neste caso o direito ao trabalho que, como se sabe, é intensamente abalado pelo Governo e pelas suas medidas de aparente «solidariedade» remetidas para o que pretendem venha a ser um movimento sindical abalado na Função Pública, incapaz de responder aos interesses dos seus filiados, com as ineludíveis repercussões nos interesses e garantias dos beneficiários da Segurança Social.

Daí o apelo sindical à participação dos trabalhadores do Centro de Lisboa na defesa dos seus próprios direitos e interesses, que não estão desligados dos outros que se manifestam na luta contra a legislação laboral do Governo.

Os sindicatos da FP, neste caso o do Sul e Ilhas e a Federação de todo o sector, reconhecem que o quadro de pessoal necessita de ser alterado profundamente. Consideram que há um número exagerado de lugares a extinguir quando vagarem, sem que em contrapartida haja «lugares e carreiras de acordo com as funções dos trabalhadores».

Estas anomalias constituem para os representantes dos TFPs na SS «um forte elemento desmotivador».

Para o combater, além da participação nas lutas gerais, que tem sido animadora, principalmente na greve geral, os sindicalistas defendem «o debate e a troca de pontos de vista» com o conselho

directivo do Centro de Lisboa.

Na reunião com o secretário de Estado, Luís Filipe Pereira, onde se levantou a questão, este membro do Governo «responsabilizou-se por diligenciar junto do CRSSL para que os representantes dos trabalhadores sejam urgentemente recebidos» pela direcção do Centro.

Embora não exista um balanço actualizado, devem ser hoje não menos de 20 mil os trabalhadores da Segurança Social em todo o País. No distrito de Lisboa, haveria actualmente entre 8 e 10 mil.

Qualquer reestruturação, por muito necessária que se afigure, não pode deixar de ter em conta estes milhares de postos de trabalho.

Daí a atenção que naturalmente os sindicatos dedicam às complicadas questões das carreiras. Pelo que averiguámos, o respectivo Decreto (248/85) não foi ainda totalmente aplicado. Apesar de ter três anos e de não contemplar grande parte das reivindicações salariais, a sua aplicação — informou o secretário de Estado — estará ainda «numa fase de conclusão» no que respeita aos trabalhadores do Centro Regional de Segurança Social do Distrito de Lisboa.

O decreto das carreiras cria novos níveis que não estão a ser aplicados na generalidade. Os sindicatos põem em dúvida os critérios utilizados quanto a essa matéria pelo conselho directivo do Centro de Lisboa.

Embora o alcance do decreto não vá além dos 30 a 50 por cento dos «anteriores lugares de topo das carreiras profissionais genéricas», a situação do quadro de pessoal, sobretudo na área administrativa, pode agravar-se — dizem ainda os sindicatos — se o diálogo não for complementado com proveito en-

Trabalhadores

# atenção aos excedentes



São os grandes que devem mais. 11 por cento «encarregar-se» de 63 por cento do total das dívidas à Segurança Social. Na imagem, concentração de PME's em Lisboa — 22.4.84

tre os responsáveis sindicais e a direcção do Centro.

Recorde-se que o processo que levou à aprovação do

quadro de pessoal do CRSSL foi elaborado sem conhecimento das organizações sindicais. Além disso,



Os sindicatos não devem ser impedidos de intervir no processo da reforma fiscal

sublinham as mesmas organizações com sede em Lisboa, a metodologia seguida foi «diferente da maioria dos outros Centros Regionais».

## Continua o crescimento vertiginoso das dívidas

Numa das últimas tomadas de posição pública sobre o caso das dívidas patronais à Segurança Social, a CGTP afirmava que o Governo não faz um esforço sério para debelar a situação. Ao mesmo tempo, a Central reafirmava que, entre 1985 e 1987, no período dos dois governos de Cavaco Silva, as dívidas

das entidades patronais tinham aumentado 47 milhões e meio de contos. Mais números que foram divulgados no Debate Nacional sobre Segurança Social, em Dezembro do ano passado, revelavam sem desmentido que, entre 1973 e 1988, as contribuições não recebidas pela SS situavam-se nos 523 milhões de contos. Só nos últimos quatro anos, a partir de 1984, a fuga ao pagamento de remunerações devidas mas não cobradas pela SS atingiram os 178 milhões de contos.

Recorrendo a elementos recentes, divulgados por Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da CGTP-

-IN, e por Eugénio Rosa, economista do Gabinete de Estudos da mesma Central, deve-se assinalar, ainda, que «os grandes devedores, com dívidas acumuladas de capital e juros de mora de largos anos, não estão em condições de liquidar os seus débitos no prazo máximo de 10 anos, sendo certo que não beneficiarão, então, de isenção ou redução de custos e de juros».

O diploma de 19 de Fevereiro (DL 52/88) e a alteração fixada em Março do ano passado não resolveram, nem talvez se destinem a resolver seja a que prazo for, a questão das dívidas das entidades patronais à SS e o seu avolumar constante.

A CGTP e o restante movimento sindical não estão contra alterações ao actual sistema da Segurança Social. O que criticam e põem justamente em causa é o facto de essas alterações não significarem um esforço sério para debelar a situação.

A questão está, aliás, directamente ligada à da reforma fiscal e ao actual sistema de financiamento da Previdência e Fundo de Desemprego.

Para Maria do Carmo Tavares, que se pronunciou sobre o assunto na penúltima semana de Março, essas

questões interligadas deveriam ser analisadas em conjunto, para que nomeadamente fosse alterado o actual sistema de financiamento da Segurança Social.

O actual sistema de financiamento, afirmava na altura aquele elemento da comissão executiva da CGTP, é fortemente desfavorável e prejudicial às empresas que empregam mais trabalhadores, favorecendo, pelo contrário, as empresas de maiores rendimentos, com mais capital e menos trabalhadores; facilita e até premeia os despedimentos, contrariando a criação de postos de trabalho; é um sistema injusto, pois as empresas com maiores lucros não são necessariamente as que mais contribuem para a Segurança Social; por último e, com consciência de que o problema não é de agora, o rápido desenvolvimento tecnológico, provocando a descida do peso da massa salarial nos custos totais das empresas, diminui evidentemente a base sobre a qual são calculadas as contribuições.

Mal seria que os trabalhadores não estivessem conscientes das mudanças a operar. Mas pior ainda seria se desprezassem os seus próprios direitos, que os seus sindicatos estão decididos a defender.

# Alterações no comércio incluem o gás

## • Êxito assinalável nos supermercados

Reúnem-se hoje em Lisboa, conjuntamente, os trabalhadores da EDP e da Petroquímica e Gás de Portugal (PGP). O encontro relaciona-se com a decisão governamental de entregar o CDG (Centro de Distribuição de Gás) à primeira daquelas empresas. Ainda no campo do comércio, os sindicatos anunciam um êxito assinalável nos supermercados.

Na passada quinta-feira, dia 12, as principais cadeias de supermercados do País assinavam com a Fepces (Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços de Portugal) um «protocolo de compromisso», tendo em vista a assinatura próxima do primeiro ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) para aquela importante área do comércio a retalho.

O acordo abrangerá, segundo a Fepces, «mais de cinco mil trabalhadores no sector de supermercados». Entre outras empresas serão abrangidas pela regulamentação colectiva de trabalho vertical os supermercados Pingo Doce, Supa/Minipreço/Pão de Açúcar, Continente, Inô — tudo casas bem conhecidas com sede em Lisboa.

A Fepces assinala que se trata de um «instrumento regulador específico», já que específicas são em muitos aspectos as actividades daquelas lojas.

O futuro acordo (ACTV), que as principais cadeias de

supermercados se comprometeram a viabilizar até ao próximo mês de Outubro, entregando a sua contraproposta em meados desse mês.

## Luta desde Janeiro do ano passado

Desde Janeiro de 1987 que os sindicatos do comércio, e designadamente a Fepces, se esforçam por levar a cabo as conclusões do Encontro Nacional, no sentido de «acabar com as assimetrias e em especial com a prática discriminatória e discriminatória das empresas».

Ao referir-se particularmente aos supermercados, a Fepces e os trabalhadores do comércio a retalho nas grandes lojas afirmam que têm lutado em áreas como o da admissão, carreiras profissionais e horários de trabalho, formação, higiene e segurança, subsídios de alimentação e salários, nomeadamente.

Essas reivindicações têm sido recusadas sistemática-

mente pela Associação Nacional de Supermercados.

Com a assinatura do protocolo da passada quinta-feira, a Associação reconhece a razão dos sindicatos e dos trabalhadores.

## EDP e PGP: posição das ORTs

As organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores, sobretudo a CT da EDP, que promoveu um plenário na passada quinta-feira, não estão dispostas a permitir que a transferência da distribuição do gás de cidade para a Petroquímica se

faça em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, «alcançados ao longo dos anos com grandes sacrifícios».

Foi nesse sentido que aprovaram uma moção que ressalva, primeiro que tudo, «o vínculo contratual existente com os trabalhadores do Centro de Distribuição de Gás», pertencente à EDP.

As ORTs protestam claramente nessa moção contra «a perda de direitos» que acarretaria a «eventual passagem dos trabalhadores do CD Gás para a Petroquímica e Gás de Portugal».

É por isso que se efectua hoje, quinta-feira, 19, o ple-



Numa das empresas que assinaram o compromisso

nário dos representantes dos trabalhadores das duas empresas.

A Federação sindical das indústrias eléctricas (FSTIEP) afirma que a medida do Governo atinge globalmente os trabalhadores da EDP.

Além disso, atingirá com «prováveis repercussões» todo o «sistema de economia pública de distribuição de gás».

Na moção aprovada em Lisboa pela Comissão de Trabalhadores da EDP afirma-se a dado passo que todo este processo foi conduzido «à revelia das estru-

turas representativas dos trabalhadores».

São citadas por essas estruturas (CT e sindicatos) as seguintes disposições legais: Lei 46/79 (alínea c) do art.º 18), alínea j) do art.º 23, alíneas c), d), h) do art.º 24, alínea a) do art.º 32, e parágrafos 1, 2, 3 e 4 do art.º 35 da mesma Lei.

Os trabalhadores da EDP voltarão ao assunto, através das suas organizações representativas, ainda esta semana, inclusive, com o plenário que hoje efectua conjuntamente com as ORTs e trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal.

## Encontro no dia 10

Um encontro nacional de organizações representativas (ORTs) do comércio está marcado para próximo dia 10 de Junho em Lisboa. Convocado pela Fepces (Federação do sector) a iniciativa destina-se a membros das ORTs e activistas sindicais em supermercados.

Segundo a direcção da Fepces, o encontro abordará o sector e a sua evolução; horários de funcionamento dos estabelecimentos e suas consequências; vínculo contratual, horários e ritmos de trabalho; condições salariais e sociais; formação profissional; higiene, segurança e riscos de incêndio; organização sindical.

No encontro colaboram os sindicatos filiados na Fepces.

## Trabalhadores

# Renasce um sindicato

Depois de um «processo de crise profunda» que se prolongou por dez anos, o SPZS — Sindicato dos Professores da Zona Sul — aprovou no último sábado, em Évora, um pormenorizado plano de acção até 1990. I Congresso do SPZS propõe-se «derrotar o isolamento, ensinar e aprender com prazer».

Além de pôr em prática as decisões do 1.º Congresso que efectuou desde a sua criação em 1975, o Sindicato propõe-se implementar correctamente a Lei de Bases do Sistema Educativo; completar a estabilidade profissional, elevar o estatuto social do professor e modernizar a Escola do Sul.

Dos «cinco planos gerais para a acção do SPZS» até 1990 consta ainda a actividade na defesa do «progresso social e económico do País», de que anteriores direcções não se ocuparam.

O I Congresso do SPZS defenderá, segundo o plano de acção aprovado com variadas emendas, os «direitos e liberdades dos cidadãos»,

assim como a «elevação do nível de vida dos trabalhadores».

## Posição sobre o movimento sindical

Dos cinco planos para a acção do SPZS, que se reafirma independente, mas não neutral, é de realçar também o quinto ponto assim redigido: «Continuar o reforço do movimento sindical docente e do movimento sindical unitário português».

Nos termos em que foi formulado no projecto de plano de acção aprovado pelo 1.º Congresso, o posicionamento do SPZS para com o mo-

vimento sindical português continuará a ser o de «não filiação em organizações sindicais de tipo superior».

No entanto, essa posição não se fundamenta numa «visão neutral» daquele movimento.

Registe-se que o Congresso do SPZS privilegia uma «atitude de cooperação e respeito pela independência recíproca» adoptada pela CGTP-IN.

Quanto à UGT, «não pode deixar de registar a atitude de hostilidade na divisão do movimento sindical dos professores».

O Sindicato sublinha que «reforçar o movimento sindical unitário», mantendo a independência, é uma atitude que «não deve ser confundida com neutralidade».

Ainda segundo o mesmo projecto de plano aprovado pelo Congresso, os delegados ao 1.º Congresso do SPZS recordam que, a partir de 1977, o seu Sindicato «mergulha num processo de crise profunda», em que «o dinamismo e o índice de participação dos professores se

vai reduzindo ano após ano».

Ao caracterizarem essa situação, os sindicalistas afirmam que «a crise interna atinge a ruptura entre 1979/81, levando à demissão e ao demissionismo a quase totalidade dos dirigentes».

Assim se caracterizou a vida sindical no SPZS pela paralisação da vida sindical, gerando «a ruína financeira da organização».

Ainda como reflexo daquela atitude demissionista e anti-sindical, veio «o desprestígio, tanto no plano sindical como no plano social».

O resultado até 1987, foi «a demissão em massa dos associados».

Por exemplo, «em Abril de 1981, estavam sindicalizados no Alentejo e Algarve um total de 518 professores, que pagavam regularmente uma quota de 70 escudos, situação bem elucidativa», lê-se no projecto do plano de acção, do estado de decadência a que tinha chegado o Sindicato.

Outros dados mereceriam destaque, ainda a propósito



**1º congresso do sindicato professores da zona sul derrotar o isolamento ensinar e aprender com prazer**  
 Évora 12.13.14 maio 88

DOCUMENTO BASE  
 PLANO DE ACÇÃO

deste 1.º Congresso do SPZS, mas o seu volume muito vasto e também o seu pormenor obrigam-nos a guardar para outra altura a sua divulgação.

Entretanto, é de realçar o tipo de participação activa que o Sindicato da Zona Sul tem desenvolvido no âmbito

da Federação Fenprof, com idêntica contrapartida no SPZS.

Este último vai empenhar-se activamente na preparação do 3.º Congresso daquela Federação. O Congresso de Évora sublinhou que para reforçar o Sindicato é «indispensável» reforçar a Fenprof.

# Proposta de greve na Enatur

A menos que as coisas se ordenem de outra forma, a Enatur entrará em greve proximamente. A discussão da respectiva proposta estava marcada para anteontem, em Coimbra. Segundo a Feshot (Federação sindical da hotelaria e turismo) são os aumentos salariais que estão em causa. Questões de ordem salarial foram também o motivo que levou a Fepces (Federação do comércio) a apresentar queixa judicial contra a EDP.

Enquanto na Enatur, as propostas patronais de aumentos não vão além dos 6,5 por cento rejeitados pelos sindicatos, porque não correspondem, nomeadamente, aos «índices de produtividade», na EDP, empresa pública aliás como a Enatur, «o conselho de gerência (CG) da empresa está a proceder por acto de gestão à aplicação dos aumentos salariais (retroactivos) e à redução do horário semanal de trabalho».

Quer isto dizer que os trabalhadores da EDP filiados nos sindicatos da Fepces têm por parte da gerência da EDP um tratamento diferente do que consta do acordo de empresa.

«A Fepces ainda não subcreveu o protocolo de acordo com o CG porque entende, e é certo, que a sua aplicação impede um conjunto largo de centenas de trabalhadores — que completa, este ano, dois anos de permanência numa dada categoria — de passarem a um nível superior de enquadramento».

A Fepces (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) que, sobre este assunto, pediu a intervenção da IT (Inspeção do Trabalho), do Ministério do Emprego e do Provedor de Justiça, a quem apresentou queixa, realça que «o conselho de gerência da EDP recorre a processos

ilegais para discriminar trabalhadores».

Sublinha também a Fepces o facto de o CG da EDP querer obrigá-la a subscrever um acordo que acarreta perda de direitos. Além do mais, o CG é «responsável por não se ter chegado a acordo, visto ter «inviabilizado uma disposição transitória» que defendesse aqueles trabalhadores discriminados pelo facto de estarem filiados em determinados sindicatos.

Para essa discriminação, a gerência da EDP utiliza os mapas de quotização sindical. Segundo a Fepces, «é de tal maneira ilegal e prepotente a atitude do CG que, em entrevista concedida pelo Provedor de Justiça a representantes da Fepces, este afirmou ir a Provedoria intervir junto da empresa».

Acrescenta a Fepces que «em questão está a discriminação dos trabalhadores». Mas está também — sublinha — a utilização ilegal pela empresa dos mapas de quotização, circunstância que leva a «casos caricatos», como seja o de «haver, numa mesma secção, trabalhadores que descontam para o sindicato de diferentes maneiras: uns pelo mapa e outros directamente». Além disso, a empresa aplica «os salários e a redução de horário a uns e não a outros», conclui a Fepces protestando contra a anomalia da situação.

## Cablesa

# Métodos de uma multinacional

Por terem participado num plenário legal, 60 trabalhadoras foram alvo de processos disciplinares na Cablesa, empresa dependente da multinacional americana General Motors.

Aquela empresa do ramo industrial de componentes eléctricos beneficiou, relativamente aos processos instaurados, da «cumplicidade» da Inspeção do Trabalho (IT).

Afirma o SIESI, sindicato do ramo, que «a brigada da IT de Lisboa, chamada a intervir na Cablesa, agiu de forma parcial, em nítida cumplicidade com a direcção da empresa».

O sindicato, que explica os factos em pormenor, revela ter havido da parte da direcção empresarial «discriminação» no pagamento dos

salários àquelas trabalhadoras participantes no plenário de 27 de Abril findo.

Tendo entretanto procedido a aumentos salariais, a entidade patronal penalizou as 60 trabalhadoras, que «ficaram com o vencimento inferior em cerca de dois mil escudos, relativamente às suas companheiras de trabalho que exercem as mesmas funções», lê-se no comunicado do SIESI emitido em 11 do corrente.

## Ilegalidades e repressão

Além da discriminação salarial e dos processos disciplinares arbitrariamente instaurados contra a lei sindical, a direcção da Cablesa desmembra a empresa sem informar os representantes dos trabalhadores sobre o futuro dos postos de trabalho.

Além disso, foram nume-

rosos no ano passado os acidentes de trabalho nas fábricas de Carnaxide e Linho. Segundo o SIESI houve nessas fábricas da Cablesa 382 acidentes de trabalho naquele período.

Para o sindicato, esses acidentes em «número elevadíssimo», confirmado por dados da própria empresa, «não têm qualquer paralelo» com os verificados noutros locais de trabalho.

Os acidentes na Cablesa devem-se, segundo o SIESI, aos «elevados ritmos de produção exigidos às operárias das linhas de montagem».

Esses ritmos causadores dos acidentes («cerca de 300 motivaram incapacidade total por períodos superiores a 10 dias») são impostos «arbitrariamente pelo patronato variando segundo os interesses estritos dos planos de produção».

A Cablesa, que emprega 1300 trabalhadores, tem

mais de 900 contratados a prazo.

Os patrões em Portugal da multinacional americana General Motors não podem desrespeitar as leis portuguesas sobre férias, direito de reunião (o plenário de 27 de Abril foi o terceiro a ser proibido), igualdade de salários, faltas e outras disposições legais que protegem o trabalhador.

Por outro lado, a IT não pode agir com critérios desiguais, só porque se trata da empresa A ou da empresa B.

Refere o SIESI que a IT noutros casos similares, em Almada, Vila Franca de Xira e Évora, «autuaram empresas das áreas respectivas, que tentaram impedir abusivamente a realização de plenários».

Numa dessas intervenções dos serviços da Inspeção, «a empresa visada não aceitou a posição da IT — refere o SIESI — tendo o processo transitado para o Tribunal do Trabalho de Lisboa. Este determinou a condenação da empresa».

Num comentário final ao seu extenso comunicado à imprensa, o sindicato «considera que a escalada repressiva da direcção da Cablesa, as discriminações e tentativas de impedir a actividade sindical na empresa», contrariando o estipulado na lei, «têm em vista conter o descontentamento da generalidade dos trabalhadores face a todas as situações descritas. Saliencia, por outro lado, que a delegação de Lisboa da Inspeção do Trabalho tem pesadas responsabilidades na progressiva degradação da situação laboral da empresa, através de omissões e de comportamentos cúmplices para com os patrões da Cablesa».



Plenário (foto de arquivo) na Signetics, uma das empresas que desapareceu no nosso país, na voragem das multinacionais da electrónica

Nacional

# Espectacular vitória CDU em Melides e Carvalhal

Confirmando e, talvez, ultrapassando as expectativas mais optimistas, a CDU ganhou espectacularmente as eleições intercalares realizadas no passado domingo nas Freguesias de Melides e Carvalhal, no concelho de Grândola, obtendo maiorias absolutas que foram dos quase 60% dos votos expressos em Melides, aos quase 80% em Carvalhal, num escrutínio em que as abstenções oscilaram entre os 30% e os 38%, o que se deve considerar notável, no quadro de eleições locais intercalares, como estas.

Os actos eleitorais realizaram-se na sequência da criação da nova Freguesia de Carvalhal em Dezembro último, por decisão da Assembleia da República e proposta do PCP. Melides, a freguesia-«mãe», é uma autarquia onde as forças políticas que hoje compõem a CDU sempre obtiveram a maioria absoluta dos votos, consolidando um prestígio que passa, em primeiro lugar, pela qualidade do trabalho realizado e a honestida-

de e competência dos seus eleitos na condução da vida da Freguesia.

São os seguintes, os resultados dos dois escrutínios:

Para a Assembleia de Freguesia de Melides:  
Coligação Democrática Unitária/CDU: 728 votos (59,9%); Partido Social Democrata: 280 votos (23%); Partido Socialista: 183 votos (15%); Inscritos: 1786; Votantes: 1216 (68,1%); Abstenções: 570 (31,9%). Os mandatos ficaram assim distribuídos: CDU - 6; PSD - 2; PS - 1.

Para a Assembleia de Freguesia de Carvalhal:  
Coligação Democrática Unitária/CDU: 452 votos (77,3%); Partido Socialista: 90 votos (15,4%); Partido Social Democrata: 37 votos (6,3%); Inscritos: 939; Votantes: 585 (62,3%); Abstenções: 354 (37,7%). Os mandatos ficaram assim distribuídos: CDU - 6; PS - 1.

Porto

# Defender Centro Histórico

Na sequência do debate recentemente realizado pela CDU/Porto sobre a Zona Histórica do Porto, no decorrer do qual foi anunciada uma iniciativa dos deputados comunistas no Parlamento Europeu visando obter apoios financeiros para a respectiva recuperação, realizou-se no passado dia 12 de Maio, uma entrevista do deputado do PCP no Parlamento Europeu, camarada **Joaquim Miranda**, com o presidente da Câmara Municipal do Porto.

Esta entrevista, realizada a

pedido do deputado Joaquim Miranda, visou dar a conhecer à Câmara Municipal do Porto, através do seu presidente, o propósito de concretizar a breve prazo aquela iniciativa e assegurar uma informação futura sobre a matéria.

Na oportunidade, o camarada Joaquim Miranda salientou a sua intenção de «reunir os mais amplos apoios para subscrição da Proposta de Resolução que irá apresentar no Parlamento Europeu relativa à Zona Histórica do Porto».

# Encontros Concelhios da CDU

Santo Tirso

Decorreu no passado domingo, dia 15 de Maio, na Casa da Cultura de Santo Tirso, o Encontro Concelhio da CDU que reuniu eleitos e activistas da coligação de treze das freguesias do concelho, tendo procedido ao levantamento dos problemas existentes, à análise da gestão realizada nos diferentes órgãos autárquicos e delineado o plano de iniciativas da coligação que conduza à sua dinamização e ao seu alargamento tendo no horizonte as eleições autárquicas de 1989.

Um debate vivo, participado, enriquecido pelo testemunho dos participantes que possibilitaram um primeiro balanço dos problemas mais sentidos pelas populações e informaram sobre as inúmeras promessas avançadas na última campanha eleitoral autárquica pelos candidatos do PS e do PSD e cuja concretização hoje, cerca de dois anos e meio passados, não se vislumbra.

Da freguesia de Santo Tirso, à denúncia das carências existentes na zona periférica da cidade, à freguesia de vila das Aves, onde se mantém por resolver os mesmos problemas que existiam em 1985 (ou seja, a falta de instalação da Repartição de Finanças, o Ensino Secundário superlotado, a necessidade da melhoria da rede viária, possibilitando melhores acessos à vila, entre outros), foi o desfiar de situações nas diferentes localidades, que se verificou não terem sido resolvidas no presente mandato. O Encontro da CDU concluiu que tal situação decorre não só da falta de dinamismo e de iniciativa dos executivos de Junta, como, igualmente, da insuficiência de verbas transferidas pela Câmara PS.

Da Câmara PS se falou da demagogia na execução dos Planos, da superficialidade na previsão orçamental, da pouca transparência da sua gestão (nos últimos 5 anos a Câmara PS só realizou 50% do que previu).

Falou-se do esbanjamento, da sumptuosidade e da megalomania características da gestão PS no concelho de Santo Tirso e constatou-se que, nos últimos anos, não se construiu uma única casa de habitação social no concelho, que a questão dos lixos é gravíssima, que poucos têm sido os avanços no campo do saneamento básico e da rede viária. Referiu-se ainda as enormes dúvidas que se levantam a esta gestão (há mais de um ano que se encontram dois inspectores na Câmara de Santo Tirso) e a falta de diálogo da maioria PS da Câmara com as restantes forças políticas representadas nos

órgãos autárquicos do concelho.

Quanto à CDU, o Encontro concluiu pelo trabalho muito positivo dos seus eleitos nos diferentes órgãos autárquicos tendo, contudo, verificado que a informação CDU tem sido insuficiente, pelo que se impôs a tomada de medidas que irão contribuir para a melhoria do trabalho neste âmbito. Foram apontadas medidas de estrutura que irão possibilitar um melhor funcionamento da coligação no concelho.

A necessidade de prosseguir o debate sobre alguns problemas que afectam as populações do concelho, a realização do Encontro de âmbito de freguesia e a decisão de concorrer, em 1989, a todos os órgãos autárquicos, foram outras importantes decisões do Encontro Concelhio da CDU em Santo Tirso.

Palmela

Realizou-se no passado sábado o Encontro CDU do Concelho de Palmela, o qual tinha como objectivos a apreciação do balanço do mandato em curso, dinamização da CDU no concelho e preparação das eleições intercalares para as freguesias de Palmela, Poceirão e Marateca.

Das conclusões do Encontro salienta-se o «balanço positivo do trabalho realizado e em curso pelos órgãos autárquicos, no cumprimento do programa eleitoral apresentado às populações em 1985».

Foi aprovado um calendário de prestação de contas CDU para o final de Maio, a levar a efeito nas freguesias de Palmela, Quinta do Anjo, Pinhal Novo, Marateca e Poceirão.

No encontro estiveram presentes mais de 100 pessoas, entre eleitos, membros das listas e apoiantes CDU, vindos de todos os locais do concelho. Foi eleita uma comissão coordenadora da CDU com 38 elementos, que irá dinamizar a actividade da CDU no concelho.

Está entretanto em marcha o trabalho preparatório das eleições intercalares a realizar ainda este ano. Neste sentido já estão a funcionar três comissões CDU, uma em cada freguesia, que estão a elaborar os próximos programas eleitorais e as listas e a programar a campanha e pré-campanha eleitoral. Realizaram-se reuniões com a população em vários locais que, por sua vez, têm contribuído para a elaboração dos programas, e nalguns casos, sugerido nomes para as listas CDU.

Os presentes no Encontro transmitiram «confiança no trabalho desenvolvido pela CDU e grande optimismo nos resultados a alcançar nas próximas eleições». Os eleitos e candida-

dos da CDU, «em estreita ligação com as populações, estão em condições de continuar a obra para o progresso e desenvolvimento do concelho de Palmela.

S. João da Madeira

A realização no passado sábado do Encontro Concelhio da CDU de S. João da Madeira teve fundamentalmente os objectivos de fazer o balanço ao trabalho realizado e programar o que se deverá fazer ainda no actual mandato e traçar as linhas gerais orientadoras para a preparação das próximas eleições autárquicas.

Relativamente ao balanço e segundo o documento discutido e votado no Encontro, «pode afirmar-se que a participação dos eleitos apoiantes da CDU na Assembleia Municipal e de Freguesia, apesar de estarem em minoria, tem-se revelado de grande importância na defesa dos interesses da população, na resolução dos problemas locais e na defesa intransigente da autonomia e democraticidade do poder local. Na Junta de Freguesia onde são maioria relativa, têm contribuído decisivamente para alterar e melhorar o trabalho deste Executivo. Na Câmara, onde não temos representantes, o Executivo tem revelado incapacidade, inoperância, má e duvidosa gestão, não resolvendo os problemas do concelho».

A CDU «tem denunciado a má gestão, as irregularidades, as lutas pessoais, o servilismo político dos eleitos do CDS e do PSD e vai continuar a fazê-lo. Continuará também a apoiar com total isenção as boas medidas, venham de onde vierem, que resolvam os problemas da população», sublinhou-se.

Tendo em vista as próximas eleições autárquicas, «é bom que comecemos por lembrar que a política do Governo em relação às autarquias se tem caracterizado pelo corte de verbas, imposição de encargos sem os correspondentes meios e ingerência na gestão das autarquias. Isto exige vigilância e actuação firme dos eleitos e das populações no sentido de garantir a autonomia do Poder Local Democrático», advertiu-se.

É legítimo também desde já advertir contra as teorias do «voto útil», cujos resultados neste concelho estão à vista. Muitos, por quererem garantir a «utilidade» do seu voto lamentam hoje a exclusão do vereador Jorge Cortez do Executivo camarário e o consequente desastre da entrada apenas de vereadores de duas listas (CDS e PSD) que tanto prometeram para tão pouco fazerem.

Matosinhos

# Casas clandestinas não são opção, mas recurso

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, em comunicado divulgado no passado dia 14 de Maio, solidarizou-se com os moradores dos Paus/Guifões, cujas habitações foram demolidas por ordem da Câmara Municipal de Matosinhos, reafirmando a sua disposição de «lutar firmemente para que seja transparente todo o processo para com os clandestinos de forma a não defraudar as suas legítimas aspirações a terem uma casa condigna».

Refere a Comissão Concelhia que a construção da maioria das casas daquele núcleo de clandestinos ini-

ciou-se antes do limite decidido pela Câmara (31/3/87), não se compreendendo por isso que se venha agora tomar medidas drásticas como as que se verificaram, tendo em conta que os moradores estavam abrangidos pelas normas camarárias. «São casas para habitação própria, iniciadas há muito tempo e não concluídas por falta de possibilidades económicas pois trata-se de gente que vive do seu trabalho, sendo alguns emigrantes», salientam os comunistas de Matosinhos. Não se trata de casas para especulação nem de praia, antes pelo contrário,

são primeiras habitações que constituem alternativa a viver em barracos e «ilhas», o que transforma a acção de demolição numa ainda maior injustiça para com os moradores.

Ao afirmar que a Câmara de Matosinhos promete e não cumpre, a Comissão Concelhia fundamenta a sua posição no facto de durante as campanhas eleitorais se ter prometido aos moradores a resolução da situação e nunca se ter tomado medidas nesse sentido. Do mesmo modo, considera que «não é possível combater os clandestinos sem que a Câmara crie alternativas».



No âmbito das comemorações do «Dia da Europa», funcionou de 9 a 13 de Maio, na Avenida da Liberdade, o pavilhão «Europa, o nosso futuro». Das actividades ali desenvolvidas destacamos o contacto que os eleitos do PCP no Parlamento Europeu possibilitaram às muitas pessoas que visitaram o pavilhão. A foto mostra Aboim Inglês, Joaquim Miranda e Barros Moura com David Williamson, secretário-geral da Comissão das Comunidades, e o dr. António Menezes, director do gabinete de informação da Comissão em Portugal

## Assembleia da República

### Projecto, hoje, no Parlamento

# Membros das juntas em regime de permanência

O Plenário da Assembleia da República aprecia hoje um projecto de lei da autoria do PCP que garante a membros das juntas de freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos de freguesia.

Na origem desta iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PCP, de acordo com os seus subscritores, está o reconhecimento de que o importante papel que as freguesias devem assumir no quadro de repartição de atribuições nos diferentes níveis de autarquias tem vindo a ser negado por uma «legislação espartilhadora da sua acção».

Para a bancada comunista, apesar de «alguma inflexão» registada nesta orientação (quer quando a lei de Fi-

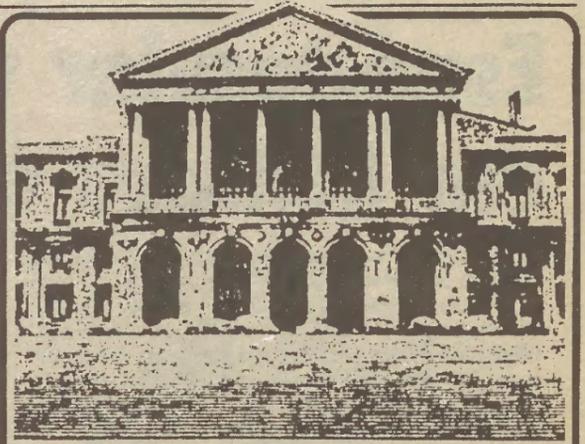
nanças Locais duplicou o valor mínimo da participação das freguesias nas receitas municipais quer quando se procedeu à actualização dos abonos devidos aos membros das juntas), a situação está longe de poder ser considerada satisfatória, entendendo por isso o PCP que importa «aprofundar essa inflexão, dignificando a autarquia, freguesia e os eleitos que, dedicadamente, nela exercem o seu mandato».

Assim, de acordo com a sua introdução preambular, o projecto que os deputados hoje analisarão visa concretizar essa intenção numa determinada área, precisamente a de permitir, em certos casos e condições, «uma maior dedicação e disponibilidade» dos autarcas da junta de freguesia, através da instituição do regime de permanência.

Contra esta solução têm-se levantado entretanto algumas vozes, alegando nomeadamente o valor do trabalho voluntário prestado fora das horas da actividade profissional. Acontece, porém, como salienta o preâmbulo do projecto, que exactamente por ser inegável e importantíssimo o valor desse esforço, é que «não deve ser negado, antes deve ser permitido que, pelo menos nas maiores freguesias, aqueles que quiserem dar maior esforço, entregando-se totalmente às funções respectivas, o possam fazer». Na opinião dos parlamentares comunistas não se pode compreender que essas freguesias possam ter vários funcionários e «não possa ter um regime de permanência precisamente o eleito, e, por isso mesmo, o responsável perante a população».

No seu articulado, o projecto propõe um conjunto de soluções consideradas prudentes, estabelecendo-se desde logo no Artigo 3.º um número máximo de membros da junta em regime de permanência, de acordo com determinados critérios.

Compete à assembleia de freguesia, sob proposta da junta, a deliberação sobre a existência ou não dos membros em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, estabelecendo-se por outro lado «um princípio justo de repartição de encargos com o município respectivo», por forma a permitir que as freguesias mantenham «um nível razoável de disponibilidade financeira», sem todavia deixarem de participar nas despesas decorrentes das deliberações que tomem.



## Regionalização

Questão da maior importância para o futuro do País e das instituições democráticas, a regionalização preencheu a ordem do dia de terça-feira. Em discussão, esteve assim aquilo que o líder parlamentar comunista Carlos Brito considerou «**uma das mais importantes reformas de fundo**» de entre as que se colocam ao nosso país nos próximos anos, reforma que, garantiu, esta sim, «**será capaz de produzir efeitos modernizadores nas estruturas da administração e da economia**».

Na sua importante intervenção, Carlos Brito analisou pormenorizadamente a evolução dos debates que se têm travado à volta desta temática, debruçou-se sobre os projectos de lei dos restantes partidos e deu a conhecer as principais soluções contidas no projecto do PCP.

A este respeito, em síntese, sublinhou que as propostas de flexibilização na criação das regiões administrativas apresentadas pelo PCP no seu projecto de revisão constitucional «**inserir-se na mesma orientação e na mesma metodologia que enformou o projecto de lei do quadro apresentado em 1976, isto é, que o processo de regionalização tem que ser um processo de baixo para cima, onde actue como factor determinante o juízo, a vontade e a acção das populações**».

Pela sua importância voltaremos no próximo número a este assunto.

## Urge dignificar o Serviço Militar Obrigatório

O grupo Parlamentar do PCP irá entregar em breve um projecto de lei elaborado com a preocupação de introduzir alterações que melhorem e dignifiquem o Serviço Militar Obrigatório (SMO). O anúncio foi feito faz hoje uma semana pelo jovem deputado comunista Álvaro Amaro. Estava-se no período de discussão de uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a alteração à Lei do Serviço Militar, ocasião aproveitada por Álvaro Amaro para introduzir no debate um conjunto de observações, queixas e críticas que se observam a partir das condições de prestação do SMO.

O sistema de instrução, o grau de perigosidade e aval científico do mesmo, as condições de assistência médica e medicamentosa, o voluntariado nas forças especiais, a duração do serviço militar, as condições dos quartéis, o valor do pré, o papel do SMO na formação cívica e cultural do indivíduo, foram assim algumas das matérias em torno das quais Álvaro Amaro centrou a sua atenção, obrigando deste modo a alargar o campo e o objecto do debate.

A vantagem de uma abordagem deste tipo foi também realçada por Álvaro Amaro na medida em que ela permite conduzir, frisou, a uma «**maior dignificação do SMO**», facto tanto mais importante quanto se assiste, segundo disse, a uma «**nociva tendência para o alheamento dos jovens face ao direito de servir nas Forças Armadas**», em simultâneo com a «**adopção de um raciocínio que preconiza a criação de um corpo profissional**».

Para os jovens comunistas, lembrou o orador, o Serviço Militar Obrigatório é «**rico em potencialidades**, permitindo do seu ponto de vista desenvolver relações de cooperação e igualdade», «**aproximando entre si jovens de sectores sociais diferen-**

tes», podendo ajudar a «**criar hábitos de trabalho colectivo**», a contribuir para a «**prática da disciplina consciente**» e ainda «**valorizar escolar e profissionalmente**» os jovens militares.

## Lei Quadro das Universidades Apelo à razão e ao consenso

Elaborado com vista a contribuir de maneira positiva e construtiva para o debate que a Assembleia da República irá proximamente realizar em torno da autonomia universitária, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na passada semana na Mesa deste órgão de soberania um projecto de lei quadro das universidades.

O projecto de lei assenta numa concepção de universidade como instituição central situada não acima das escolas mas sim como a totalidade englobante destas, resultante das suas próprias experiências. Nesse sentido, a iniciativa do PCP não se confina à definição da estrutura central da universidade, completando simultaneamente, ainda que em termos genéricos, a definição, composição, atribuições e competências dos órgãos gerais das escolas. Por outro lado, consagra-se a eleição

Mas se esta descrição corresponde a um quadro desejável a verdade é que a realidade, como tratou de sublinhar Álvaro Amaro, é bem diferente, levando a que os jovens encarem o Serviço Militar Obrigatório como «**uma penalização e uma nefasta interrupção no curso normal das suas vidas**».

Depois de analisar algumas das causas para este divórcio que se esboça entre os jovens e o SMO, o jovem deputado apontou várias medidas tendentes a introduzir alterações que dignifiquem este Serviço sobretudo nos modelos de instrução militar

e nas condições de assistência médica e medicamentosa.

Detendo-se no projecto de lei a apresentar em breve pela bancada comunista, Álvaro Amaro sumariou por último algumas das propostas nele contidas, pondo em relevo designadamente a que prevê uma maior flexibilização da idade de incorporação, a que concede um subsídio aos jovens em situação de amparo familiar e ainda as que estabelecem o aumento do pré para 25 por cento do salário mínimo nacional e bem assim a gratuidade dos transportes.

democrática e participada de todos os principais órgãos de gestão universitária pelos que nela trabalham ou estudam.

O referido projecto preconiza ainda uma autonomia das universidades, no quadro constitucional, entendida como forma de assegurar a plena transparência e gestão democráticas, a participação dos diversos corpos nos vários domínios e níveis de decisão e a participação de representantes das actividades comunitárias na definição da política científica e pedagógica da universidade.

De acordo com uma nota do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, os deputados comunistas consideram que a matéria em debate deve merecer profunda reflexão por parte das diferentes bancadas com vista a evitar posições sectoriais ou menos

esclarecidas em que, salientam, «**à força da razão e dos argumentos se sobreponha a razão da força dos votos**», como tem sucedido na maior parte dos debates parlamentares. Nesta medida, entende a bancada do PCP que «**tudo deve ser feito**» para encontrar pontos de vista de consenso «**que, por o serem, dão dignidade reforçada à lei aprovada**».

Manifestando inteira disponibilidade para a realização deste esforço consensual, o Grupo Parlamentar do PCP considera ainda ser indispensável, por outro lado, que a futura lei venha a acolher o sentir do todo universitário, razão pela qual irá propor na Comissão Parlamentar de Educação que seja organizado um amplo debate público em que seja assegurada a intervenção dos sectores interessados.

## Problemas ambientais no distrito de Setúbal

Um bom exemplo de como se trabalha, se vive e se defende o meio ambiente no distrito de Setúbal foi na passada semana dado a conhecer no hemiciclo pela deputada comunista Apolónia Teixeira. Tratou-se de levar aos deputados as conclusões de um recente encontro promovido pela Associação de Municípios daquele distrito, no decorrer do qual foi abordada durante dois dias toda a problemática relativa ao meio ambiente.

Do êxito desta importante iniciativa se fez eco a deputada comunista, divulgando designadamente algumas das conclusões a que chegaram os numerosos participantes. E uma delas, na base de estudos sumários que foram apresentados, é a de que nos aspectos da qualidade do ar, da água e dos solos, o distrito de Setúbal é um dos que se encontra em «**mais grave situação**».

Para este estado de coisas, segundo foi salientado, contribuíram em larga medida o sector químico instalado e os grandes aglomerados populacionais a eles agregados, sendo igualmente preocupante a poluição hídrica nos principais rios que banham e alimentam o distrito em virtude sobretudo das emissões de efluentes contaminados em metais pesados.

Na base da análise e dos contributos recebidos, os participantes definiram em relação ao futuro, segundo Apolónia Teixeira, que a «**resolução dos problemas ambientais passa necessariamente**

pela resolução de problemas sociais, destacando-se de entre estes a habitação, a saúde e segurança social universal, o ensino vocacional para todos os jovens, o direito ao trabalho e ao salário.

Ainda a este respeito, e de acordo com as suas palavras, «**é fundamental que qualquer projecto industrial ou qualquer estratégia de desenvolvimento seja implementada segundo uma perspectiva social que defenda o ambiente e afirme o primado social sobre o interesse individual ou de grupo**».

## Encontro Nacional sobre Agricultura

Também as conclusões de uma outra importante iniciativa, esta organizada pelo PCP, chegaram na passada semana ao conhecimento da Câmara. Tratou-se do recente Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura, iniciativa a que demos desenvolvido destaque na nossa última edição.

A apresentação do que de mais importante lá se passou esteve a cargo do deputado Rogério de Brito, ocasião que aproveitou para passar em revista alguns dos aspectos principais da actual situação agrícola, para caracterizar o conteúdo da política seguida pelo titular desta pasta e para dar a conhecer as posições do PCP relativamente à que considerou uma política agrícola necessária para o País e para os agricultores.

Assembleia da República

Em causa a transparência da administração pública

# Maioria, sem êxito, tenta salvar a face do Governo

Ao impedir na passada semana — numa tentativa de salvar a face do Governo — a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar da responsabilidade política da ministra da Saúde num processo em que avultam os indícios de ilegalidade e corrupção, a maioria voltou a prestar um mau serviço ao País.

Em causa está a transparência dos actos da administração pública e do Governo, mais concretamente as relações entre o Ministério da Saúde e empresas privadas, relações onde permanecem zonas obscuras e de onde sobressaem factos indiciadores gravíssimos para os quais não foram dadas explicações claras por parte dos responsáveis governamentais.

Para a totalidade dos partidos da oposição tornava-se assim evidente que o âmbito do inquérito parlamentar proposto pela bancada comunista tinha em vista assegurar à Assembleia da República, no exercício das suas competências fiscalizadoras, a possibilidade de analisar e inquirir actos que prefiguram uma grave situação incompatível com a transparência e lisura de processos que devem em todo o momento nortear a acção da administração pública e do Governo.

## Iludir a questão

Assim o não entenderam a bancada do PSD e o Governo, os quais, à falta de melhores razões, sem convicção, tentaram iludir a questão central (o problema da transparência) procurando por um lado restringir o debate ao funcionamento de um Hospital (S. Francisco de Xavier) — o que não era manifestamen-

pital de S. Francisco de Xavier.

## Negócio rápido

E a história poderia começar precisamente naquilo que aquele médico comunista classificou de «rápido e sigiloso» negócio da compra da clínica do Restelo e do logradouro anexo, um negócio onde seguramente poderiam ter sido evitados alguns prejuízos para o Estado se tivesse havido grande interesse em apurar as responsabilidades da firma construtora, designadamente em relação a caldeiras podres, esgotos mal montados e instalação eléctrica deficiente.

Na sua extensa e pormenorizada intervenção, fundamentando algumas das suas afirmações com documentos comprovativos, Fernando Gomes aludiu depois a «irregularidades relacionadas com a aquisição de equipamento para o novo Hospital cuja instalação e respectiva coor-

## Coincidências?

Seria entretanto em torno da aquisição de material de informática feita pelo Ministério da Saúde que o deputado comunista teceria mais desenvolvidas considerações, fazendo uma exposição dos factos que não podem deixar de suscitar, no mínimo, uma reacção de perplexidade.

A palavra ao deputado comunista:

«Em 30 de Março de 1987 o então chefe de serviço de aprovisionamento do Hospital S. Francisco Xavier solicita autorização para a aquisição de equipamento informático com dispensa de concurso público.

«Nesse pedido é manuscrito despacho da comissão instaladora enviando à consideração superior tal solicitação e datado de 3 de Abril de 1987.

«Com data de 2 de Abril é passada a factura n.º 130 da PDL no valor de 36 867 600\$00.

«E agora pasme-se — diz Fernando Gomes — com a data de 1 de Abril já o chefe de serviço de aprovisionamento diz que das firmas consultadas, a que melhor satisfaz os interesses do Hospital é a PDL.

«E como corolário, só em 6 de Abril é que a comissão instaladora opta com base num parecer da PA e na nota n.º 23/87.

«Será que vale a pena referir que, conforme se pode consultar no registo comercial de Lisboa, as firmas PA, PDL, Evenco e GTI estão todas interligadas pelo capital consti-



Ao impedir a realização de um inquérito para averiguação da responsabilidade política da ministra da Saúde, num processo em que avultam os indícios de ilegalidade e corrupção, a maioria prestou uma vez mais um mau serviço ao País. Na foto, o Hospital de S. Francisco Xavier, em torno do qual existem muitos factos obscuros que continuam a aguardar o desejado e necessário esclarecimento

tutivo», interrogou Fernando Gomes para logo em seguida deixar outra pertinente questão:

«Será que o fornecimento de refeições ao mesmo hospital no valor aproximado de 75 mil contos, feito com dispensa do concurso público, pela firma Lisretal, constituída pela Navalís e Gaslimpo, sendo a primeira componente da PA e da PDL e a segunda componente da GTI e da Evenco, é uma mera coincidência?»

## A dança dos colaboradores

Ainda no plano da informática, quis saber o deputado comunista em que condições é que foram adquiridos pelo Ministério vários computadores cujo valor total ultrapassa os 45 mil contos, admitindo-se

que também nestes casos tenha faltado a transparência de processos, não tendo sido respeitado o enquadramento estipulado na lei quanto à compra de material e serviços de informática por parte dos organismos públicos.

Esquivando-se, a ministra e a maioria deixaram também por esclarecer no decorrer do debate alguns aspectos daquilo a que o deputado comunista designou por «dança dos colaboradores ministeriais», movimentações essas que, citando as suas palavras, deixamos à atenção do leitor:

— «O senhor Francisco Lufinha, que depositava uns milhões de contos de dinheiros públicos no City Bank, saiu de director do departamento de gestão financeira dos Serviços de Saúde para, imagine-se... exercer funções de chefe no City Bank.

— «O senhor Costa Freire

saiu do PA para secretário de Estado da Administração da Saúde.

— «O senhor Francisco Moncada Sampaio saiu da PDL e da PA para director dos serviços de utilização comum dos hospitais.

— «O senhor Silveira Botelho saiu de chefe de gabinete da sra. ministra da Saúde para a PA e mais recentemente para a Hospitalária, que, segundo se sabe, ficou responsável pelo arranque do Hospital da Prelada e faz parte de um consórcio concorrente à construção do hospital Amadora/Sintra.

— «A sra. Teresa Morais Palmeiro saiu de secretária da sra. ministra da Saúde para directora da Hospitalária.»

«Fará tudo isto parte de um dos tão prolapados "lobbies"?», deixou no ar, por fim, sem que tivesse obtido resposta, o deputado comunista.



Ao contrário do que diz a ministra não há médicos a mais no SNS como o comprova o facto de serem os próprios serviços, as ARS e os hospitais a empregar médicos como tarefeiros ou com contratos de um ano

te o objectivo do inquérito — e, por outro, desculpar-se com a existência de averiguações em curso na Procuradoria Geral da República e de um inquérito da Inspeção Geral dos Serviços de Saúde.

Mas quais foram então as dúvidas, os factos e suspeitas levantadas pelos partidos da oposição, e designadamente pelo PCP, em relação aos quais quer a maioria mantiveram o mais completo, estranho e comprometido mutismo?

Embora constituindo apenas uma parte de um complicado «puzzle», como salientou o deputado comunista Fernando Gomes, observem-se por agora os factos que se sucederam em torno do Hos-

denação acabaria por ser entregue a uma empresa denominada P.A.

Tendo então como seu director geral Costa Freire (actualmente a exercer funções de secretário de Estado da ministra Leonor Beleza), a «eficiência» da P.A. desde logo se evidenciou, como referiu o deputado comunista, sendo particularmente visível na chamada campanha de promoção do Hospital S. Francisco Xavier em que foram dispensados cerca de 42 mil contos. A proposta de campanha é apresentada a 16 de Julho, no mesmo dia é passada a factura e no dia seguinte a campanha começa na rádio, televisão e imprensa escrita.

Na semana passada, em dois dias consecutivos, várias questões relativas à política de saúde e às orientações e acção do respectivo Ministério voltaram a ocupar a atenção dos deputados. Depois do debate realizado faz hoje oito dias em torno do inquérito parlamentar às relações entre o Ministério da Saúde e empresas privadas (ver desenvolvimento nesta página), foi a vez sexta-feira última de o Plenário apreciar dois pedidos de ratificação apresentados pelo PCP e pelo PS ao Decreto-Lei n.º 90/88 que revê parcialmente o regime das carreiras médicas.

Considerado um rude golpe nas referidas carreiras, o diploma governamental retira o vínculo à Função Pública dos médicos do internato complementar, passando estes a trabalhar obrigatoriamente em exclusividade. Por outras palavras, depois de vários anos a trabalharem para o Estado, estes médicos deixariam de ter assegurada colocação, perdendo assim a estabilidade de emprego.

Justificando a decisão, disse a ministra que não há nenhuma outra profissão a que o Estado assegure a todos o

trabalho e estabilidade de emprego, defendendo-se ainda com o argumento de que o SNS não comporta mais médicos.

Como tratou de demonstrar o deputado comunista Vidigal Amaro ambas as questões são falsas. Com efeito, conforme explicou, importa reter em primeiro lugar que a Constituição e a lei consagram um Serviço Nacional de Saúde que garante a todos os cidadãos a prestação de cuidados de saúde com carácter geral, universal e gratuito, cuja realização tem obviamente de contar

com os técnicos necessários e muito especialmente com os médicos. Ora acontece, como frisou Vidigal Amaro, que estes «têm de ter uma formação contínua e digna» e uma estabilidade de emprego que «lhes permita dedicarem-se, sem sobressaltos, sem o fantasma do desemprego no horizonte, ao cumprimento das tarefas e das responsabilidades que lhe são confiadas».

Em segundo lugar, a permissa de que existem médicos a mais no SNS está por demonstrar, disse o deputado comunista, socorrendo-se para tanto da «realidade», a qual, garantiu, «mostra bem o contrário». Lembrou a este respeito que nos cuidados primários «a dificuldade de acesso às consultas é um facto, acções de saúde pública não se realizam e hoje é um sonho distante a educação para a saúde».

«Nos hospitais, os quadros médicos estão muito longe de estarem preenchidos, há

mesmo hospitais onde a percentagem é de 50 por cento. E esta falta de médicos é tão real que são os próprios serviços, as ARS e os hospitais a empregar médicos como tarefeiros ou contratos de um ano», salientou por último Vidigal Amaro em abono da sua tese.

Num contexto em que o nosso país apresenta os piores índices na prestação de cuidados de saúde na Europa e num momento em que quer a Ordem quer os sindicatos médicos manifestam a sua preocupação pelos projectos para a reestruturação das carreiras médicas que estão a ser elaborados à sua revelia, a apresentação deste diploma surge assim, na opinião da bancada comunista, como um «rude golpe nas carreiras médicas», sendo ainda considerado «mais uma medida avulsa, completamente desligada da realidade e sem se enquadrar em qualquer política definida para a saúde».

PCP

## Évora: avança projecto de reestruturação da organização administrativa da cidade

O PCP através do seu Grupo Parlamentar e dos deputados eleitos pelo distrito de Évora entregou, no passado dia 12 de Maio, na mesa da Assembleia da República, o Projecto de lei n.º 242/v, de reestruturação da organização administrativa da cidade de Évora.

A propósito desta iniciativa e do significado que envolve, a Comissão Concelhia do PCP promoveu antontem em Évora uma conferência de imprensa em que estiveram presentes os camaradas Artur Mendes, daquele organismo do Partido; Lino de Carvalho, deputado comunista, que apresentou o projecto-lei; Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal, que deu explicações adicionais sobre a expansão urbanística da cidade, a qual justifica aquela iniciativa no Parlamento; José Ernesto, da Assembleia Municipal de Évora; e António Foito, vereador do município eborense. Vejamos então o essencial das explicações prestadas aos homens da Informação na cidade do Templo de Diana.

A reestruturação da organização administrativa de Évora, que há muito se vem fazendo sentir, resulta do crescimento constante da cidade, traduzido através da corrente política de ordenamento urbanístico conduzido pela CM, de acordo com as orientações do Plano Director, na criação no exterior das muralhas de conjuntos urbanos de dimensão significativa nos quais se têm integrado antigos e novos bairros.

Tal expansão urbanística no quadro do Plano Director permite e exige também um reordenamento administrativo ajustado à actual malha residencial com o objectivo de:

- Institucionalizar e dar dignidade administrativa às vastas áreas geográficas em que os bairros se transformaram, constituindo unidades com vida própria;
- Melhorar a gestão democrática e a estrutura administrativa aproximando-a das populações;
- Facilitar o relacionamento entre a população e a estrutura administrativa que lhe é mais próxima, a freguesia, resolvendo transformos e dificuldades que resultam do actual quadro de freguesias urbanas já desajustadas, da realidade e do consequente distanciamento geográfico entre os municípios e a sede da freguesia. Saliente-se que só na actual freguesia da Sé, com 32.674 habitantes, residem 79,5% da totalidade (41.102) da população da cidade e, desta, apenas 10.450 habitantes, segundo o censo de 1981, residem na cidade intra-muros.

Neste sentido o PCP propõe a criação de cinco novas freguesias a partir das actuais freguesias da Sé e de S. Pedro (que são extintas): Malagueira, Horta das Figueiras, Senhora da Saúde, Baceolo, Sé e S. Pedro.

A cidade de Évora ficará, assim, dotada de 8 freguesias, as cinco novas citadas mais as freguesias já exis-

Como o que sobra da actual freguesia da Sé, no centro histórico, após a criação das novas freguesias no espaço exterior às muralhas, não é suficiente para a manter como freguesia nos termos da legislação existente, houve necessidade de a juntar à freguesia de S. Pedro, criando uma nova unidade administrativa, «Sé e S. Pedro» com a preocupação de manter duas designações que fazem parte da própria história da cidade e dos seus habitantes.

Com este projecto de lei o PCP e os seus deputados eleitos pelo distrito cumprem um compromisso eleitoral e procuram corresponder às diferentes solicitações que nesse sentido lhe forem manifestadas tanto por eleitos das autarquias como pela população.

Caberá agora, nos termos da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho, aos respectivos órgãos

do poder local emitir os pareceres e apreciações necessárias para que o projecto esteja em condições de ser agendado, discutido e votado na Assembleia da República.

«O PCP vai, naturalmente, bater-se para que todos os órgãos do poder local chamados a emitir parecer o façam num sentido favorável, esperando que as restantes forças políticas nos acompanhem na viabilização de um projecto, que mais do que do PCP é da própria cidade e que reputamos de importante para Évora, que vai ao encontro das necessidades e vontades das populações, que permite uma organização administrativa da cidade mais coerente com o actual surto de crescimento e desenvolvimento e com a classificação do seu centro histórico como património mundial», sublinha a Concelhia de Évora do PCP.



No encontro com os jornalistas em Évora

## Aveiro

### São importantes todas as medidas que visem o reforço da CDU

O agravamento dos principais problemas sociais, o crescente isolamento do Governo e da sua política, as recentes acções de protesto, luta e unidade dos trabalhadores e das populações, a situação nas autarquias, o reforço da CDU e aspectos da preparação do XII Congresso do PCP foram temas abordados pela Distrital do Partido, que sublinha a importância de «todas as medidas que visam o reforço da CDU, tais como a multiplicação da informação à popu-

lação e a realização de encontros concelhios, como já se verificou em Oliveira de Azeméis». Idênticas iniciativas decorrerão brevemente em todos os outros concelhos do distrito.

Desemprego, contratos a prazo, trabalho precário, trabalho infantil, repressão, carências na habitação e na assistência médica e hospitalar são problemas que continuam a assinalar o quotidiano das populações, alerta a Distrital do PCP.

Trata-se de dar resposta às graves carências na rede de abastecimento domiciliário de água, actualmente abrangendo pouco mais que metade da população. E na rede pública de saneamento, disponível apenas para uma em cada três famílias da Área Metropolitana do Porto.

Trata-se de vencer atrasos acumulados, que estão a acentuar-se, na fase de implementação da rede viária rádio-concêntrica projectada para a aglomeração urbana do Porto, designadamente, a

## O PCP e a Área Metropolitana do Porto

# O levantamento e a análise responsável dos problemas «nas vésperas» do ano 2000

### • Conferência de Imprensa da DORP

A Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP vai promover e apoiar a realização, no decurso dos próximos meses, de um conjunto de debates, encontros e outras iniciativas abertas à participação e à colaboração de elementos de outras forças políticas e centradas nas questões do desenvolvimento regional e da regionalização, e em particular nos problemas da Área Metropolitana do Porto. Com tais iniciativas, pretende-se preparar e criar as melhores condições para a realização no próximo Outono de um Encontro sobre o Desenvolvimento da Região do Porto no limiar do ano 2000.

Estas revelações foram feitas aos jornalistas na conferência de imprensa convocada pela DORP do Partido para o passado dia 13 na cidade Invicta, onde divulgou as posições dos comunistas a propósito dos problemas da Área Metropolitana do Porto. Ao encontro com os profissionais da Comunicação Social, realizado no CT da Boavista, compareceram os camaradas da DORP Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do PCP; Helena Medina, do CC; e Viriato Pina Moura; para além de Oliveira Dias, Maurício Ferraz, Armando Pimenta e Serafim Nunes, vereadores, respectivamente, das Câmaras Municipais do Porto, Gaia, Gondomar e Maia. Vejamos algumas das principais questões abordadas perante os jornalistas.

É crítica, a vários títulos, a situação e os problemas com que a região do Porto e as suas populações se debatem, no que respeita ao seu bem-estar, progresso e desenvolvimento. Com expressão mais aguda na Área Metropolitana do Porto, onde reside mais de um milhão de habitantes, tal situação e problemas reclamam uma urgente intervenção que, conjugando vontade política, recursos humanos e financeiros, meios técnicos, ultrapasse situações à beira de ruptura, enfrente estrangulamentos existentes, vença atrasos por mais tempo insustentáveis e seja capaz de assegurar no futuro um desenvolvimento equilibrado e mais humano deste pólo fundamental do distrito e do norte do País.

Trata-se de enfrentar uma situação habitacional que se traduz, entre outros aspectos, no facto de uma em cada três famílias viver em regime de partilha de habitação, em fogos sobrecapados e em barracas. De estarem em estado de deficiente conservação ou degradação um em cada dois alojamentos arrendados. De existirem situações de emergência e de ruína de facto abrangendo milhares de fogos sobretudo nos núcleos históricos do Porto e de Gaia. E de proliferar a construção clandestina.

Trata-se de dar resposta às graves carências na rede de abastecimento domiciliário de água, actualmente abrangendo pouco mais que metade da população. E na rede pública de saneamento, disponível apenas para uma em cada três famílias da Área Metropolitana do Porto.

Trata-se de vencer atrasos acumulados, que estão a acentuar-se, na fase de implementação da rede viária rádio-concêntrica projectada para a aglomeração urbana do Porto, designadamente, a

correção de desequilíbrios e distorções existentes e o respeito e dinamização de todas as formações económicas que a integram.

Estão ainda longe de estar identificadas em todas as suas implicações, no que respeita à região do Porto e em particular à sua Área Metropolitana, as transformações operadas pela política de recuperação capitalista da última década e os impactos decorrentes, ou em afirmação, da integração de Portugal na CEE. Independentemente dos resultados dessa análise, torna-se necessário aprofundar o sentido de uma acção planificada de defesa, apoio e desenvolvimento da actual base económica da região, e de combater ao processo de reconstituição do domínio monopolista e transnacional, que tende a reduzi-la a uma região economicamente periférica e desarticulada.

Na região do Porto, como em todo o País, o poder local democrático realizou nos 12 anos da sua existência

primeira fase da via de cintura interna, o lanço Porto-Maia da autoestrada Porto-Braga e o lanço Águas Santas-Campo do IP4. Bem como o crescente atraso na execução dos projectos integrantes do Nó Ferroviário do Porto, com destaque para a nova ponte ferroviária sobre o Douro.

Trata-se de dar passos para aperfeiçoar a rede de transportes urbanos e suburbanos e melhorar a inserção nessa rede dos transportes ferroviários. De assegurar os prazos de execução da primeira fase de expansão do aeroporto de Pedras Rubras e de integrar as acções de modernização do porto de Leixões num programa coerente de expansão e aproveitamento de todas as suas potencialidades.

Trata-se de não permitir mais delongas no projecto de naveabilidade do Douro e de acelerar obras e infra-estruturas que permitam aproveitar as novas potencialidades de transportes, turísticas e de lazer que ele abre, salvaguardando na sua exploração o interesse público e social deste projecto e assegurando a preservação do equilíbrio ambiental e paisagístico.

Já hoje importante pólo de actividade económica no contexto nacional, o desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto pressupõe o aproveitamento e valorização de todos os recursos naturais existentes, designadamente dos humanos, a mobilização das capacidades produtivas e de serviços, a sua diversificação, intensificação, e especialização num contexto nacional e da CEE, a

desportiva e recreativa, do funcionamento dos serviços, etc.

A política de direita de sucessivos governos contra o poder local, de que um dos traços mais significativos tem sido o esborço para a sua asfixia financeira com a atribuição de novos encargos e a redução de meios financeiros (só em 1988 os municípios do distrito foram esbuhados em 700 mil contos por corte do FEF) tem vindo crescentemente a dificultar a acção das autarquias locais.

Apesar dessa condicionante negativa, é necessário igualmente sublinhar que os recursos e meios de que tem disposto as Câmaras da Área Metropolitana do Porto, quase todas presididas por elementos do PS e do PSD, têm estado muito longe de serem bem aproveitados. É a não aplicação adequada das verbas. Os atrasos inaceitáveis em sectores como o saneamento e o abastecimento de água. A realização de iniciativas e investimentos que não correspondem aos interesses da maioria da população. Os atentados ao património histórico, cultural e natural. O mau funcionamento e o burocratismo que empenra muitos serviços. Os atrasos constantes na realização das obras. E uma política em vários aspectos meramente administrativa, sem rasgo nem iniciativa, e que não aproveita as potencialidades da participação popular. Igualmente é de referir como negativa, designadamente a nível das Câmaras Municipais, a crescente subordinação de eleitos do PSD e do PS aos interesses de grupos económicos. Com fenómenos de corrupção, de compadrio, de falta de transparência, que retiram credibilidade e eficácia e desviam a acção municipal dos seus compromissos para com as populações.

Embora situando-se em posição de minoria nas Câmaras da Região, a intervenção activa dos eleitos pertencentes à CDU tem sido um factor de grande importância para o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, o combate aos aspectos negativos da gestão, mas também para um novo estilo de trabalho, desenvolvido nos seus pelouros e outras áreas de intervenção, e que se tem acabado por reflectir de um modo positivo em muitos aspectos da acção das autarquias.

A acção do actual Governo PSD/Cavaco no que respeita às questões específicas com que se defrontam as populações da Área Metropolitana do Porto tem-se pautado pela mais completa ineficácia, pela demagogia e pelo desprezo.

Acção a que se tem associado a ingerência e a afronta

deportiva e recreativa, do funcionamento dos serviços, etc.

A política de direita de sucessivos governos contra o poder local, de que um dos traços mais significativos tem sido o esborço para a sua asfixia financeira com a atribuição de novos encargos e a redução de meios financeiros (só em 1988 os municípios do distrito foram esbuhados em 700 mil contos por corte do FEF) tem vindo crescentemente a dificultar a acção das autarquias locais.

Apesar dessa condicionante negativa, é necessário igualmente sublinhar que os recursos e meios de que tem disposto as Câmaras da Área Metropolitana do Porto, quase todas presididas por elementos do PS e do PSD, têm estado muito longe de serem bem aproveitados. É a não aplicação adequada das verbas. Os atrasos inaceitáveis em sectores como o saneamento e o abastecimento de água. A realização de iniciativas e investimentos que não correspondem aos interesses da maioria da população. Os atentados ao património histórico, cultural e natural. O mau funcionamento e o burocratismo que empenra muitos serviços. Os atrasos constantes na realização das obras. E uma política em vários aspectos meramente administrativa, sem rasgo nem iniciativa, e que não aproveita as potencialidades da participação popular. Igualmente é de referir como negativa, designadamente a nível das Câmaras Municipais, a crescente subordinação de eleitos do PSD e do PS aos interesses de grupos económicos. Com fenómenos de corrupção, de compadrio, de falta de transparência, que retiram credibilidade e eficácia e desviam a acção municipal dos seus compromissos para com as populações.

Embora situando-se em posição de minoria nas Câmaras da Região, a intervenção activa dos eleitos pertencentes à CDU tem sido um factor de grande importância para o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, o combate aos aspectos negativos da gestão, mas também para um novo estilo de trabalho, desenvolvido nos seus pelouros e outras áreas de intervenção, e que se tem acabado por reflectir de um modo positivo em muitos aspectos da acção das autarquias.



Com clareza e objectividade, a DORP do PCP toma posição sobre a Área Metropolitana

ta directa dos interesses da região através de um comportamento centralista, antidemocrático e ao serviço das suas clientelas.

É a usurpação dos SMGE e a tentativa de impor aos municípios a exploração do gás canalizado através de uma empresa ligada a grupos económicos privados protegidos pelo Governo, contrariando o projecto em curso para a criação de uma empresa intermunicipal. É a manobra, até hoje fracassada, de dissolução da Câmara de Gondomar, que surge ligada à tentativa de controlo desse município por parte de grandes empresários da construção civil igualmente envolvidos no negócio do gás.

É também o Orçamento de Estado aprovado para o corrente ano, em que ao reduzidíssimo lançamento de novos projectos no âmbito do PIDDAC se somam os atrasos de duração variável e o protelamento sem prazo de importantes projectos, como sejam os do Nó Ferroviário do Porto, empreendimentos no âmbito da saúde, e o projecto da nova ponte rodoviária sobre o Douro.

Acresce que, como instrumento fundamental da tutela do Governo sobre a região e de tentativa de comando antidemocrático sobre os Municípios, a CCRN se afirma crescentemente como suporte e agente da política do PSD no que respeita às questões, problemas e opções que se colocam ao desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto.

Centralismo à vista

Os recentes passos visando a criação da Área Metropolitana do Porto e a sua instituição de facto na base de um Conselho Coordenador Metropolitano, integrado pelos presidentes das Câmaras Municipais, o presidente da CCRN e representantes de departamentos governamentais, a pretexto de enfrentar reais necessidades de coordenação e cooperação intermunicipal em diversas matérias, e da concessão de

recursos nacionais e comunitários, faz avolumar o perigo das principais opções relativas ao desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto serem de facto decididas ao nível do poder central e das suas clientelas, à revelia dos órgãos municipais democraticamente eleitos, e de serem retiradas às autarquias da região competências e áreas fundamentais da sua acção.

Por sua vez, a elaboração de um Programa Nacional de Interesse Comunitário (PNIC), como medida fundamental de ataque às graves carências com que se debate a AM Porto, num processo que surge fortemente hegemónico pela CCRN, mesmo a ir por diante, circunscreve-se a algumas áreas limitadas de problemas, revela-se manifestamente insuficiente e ameaça adiar por mais alguns anos a urgente consideração integrada, coordenada e democraticamente assumida perante as populações das opções que se colocam ao efeito de desenvolvimento da região.

É neste contexto que a DORP do PCP considera ser necessário reafirmar e sublinhar:

1.º — Que o processo de regionalização, tal como está previsto na Constituição, é um passo de grande importância para o aperfeiçoamento do regime democrático, para a reforma democrática da Administração Pública, que a descentralize, desconcentre, desburocratize e aproxime os centros de decisão dos interessados, e para o desenvolvimento regional.

2.º — Que é indispensável assegurar que as Regiões Administrativas sejam constituídas sem qualquer limitação das atribuições e da autonomia dos municípios, e que sejam dotadas de atribuições e poderes nos domínios do planeamento, do desenvolvimento económico e social, do equipamento social e ambiente, da educação e ensino, da cultura e património histórico e cultural, da cultura física e desporto, da protecção civil e do apoio à acção dos municípios.

3.º — Que a instituição e delimitação concreta de uma Região Administrativa com centro no Porto deverá ser feita com base no respeito pela vontade democrática da população dos concelhos que deliberarem integrar a região, expressa através do voto das suas Assembleias Municipais.

Mas significa também, que a defesa do desenvolvimento da região do Porto, é inseparável da urgente criação de órgãos de poder regional, eleitos pela população e democraticamente representati-



PCP

## MADEIRA

## Nova DORAM já reuniu

● **Iniciativas com Blanqui Teixeira**

Após a sua eleição na 2.ª Assembleia da organização, realizada em meados de Abril passado, reuniu pela primeira vez a Direcção da Organização do PCP da Região Autónoma da Madeira (DORAM). Na reunião, que decorreu no último sábado no Centro de Trabalho do Funchal, também esteve presente o camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido. Durante a sua breve presença na Região, o dirigente comunista participou em reuniões de militantes de Santa Cruz e do Funchal, noutra iniciativa com intelectuais e ainda numa conferência de Imprensa.

O plenário da DORAM elegeu os seus órgãos executivos (secretariado e executivo, constituídos, respectivamente, por 5 e 11 camaradas), definindo também as funções, competências e tarefas da DORAM, dos referidos órgãos e das suas comissões de apoio.

De acordo com o **telex** que chegou à nossa redacção, a DORAM fez o balanço da 2.ª Assembleia da organização da Região, do imenso trabalho de estudo então realizado e dos seus resultados e conclusões, aspectos de que o «Avante!» tentou em várias ocasiões dar uma panorâmica aproximada. As tarefas regionais dos comunistas e a preparação do XII Congresso foram, naturalmente, enquadradas no debate da DORAM.

Outro assunto em destaque foi a batalha eleitoral do Outono, a que nos referiremos mais adiante. Assim, foram discutidos os objectivos do PCP na frente eleitoral e as suas propostas aos democratas independentes, à Associação «Intervenção Democrática» e ao partido ecologista «Os Verdes», com vista à realização do Encontro Regional da CDU-Madeira.

A análise da situação política regional e nacional, salientando as conclusões do Comité Central de 4 e 5 de Maio, preencheu a parte final da reunião da DORAM.

**Eleições este ano**

Retomando a questão das eleições regionais deste ano, será útil lembrar algumas li-

nhas fundamentais já definidas na 2.ª Assembleia da ORAM, que a reportagem do «Avante!» então acompanhou directamente. Vejamos o que nos diz a Resolução Política aí aprovada:

*Em 1989 realizar-se-ão eleições de grande importância para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, mas a grande batalha eleitoral será travada, já no corrente ano, com a eleição da nova Assembleia Regio-*

*são suscitados e ainda pela contribuição para a convergência das forças da oposição, é não só extremamente incómoda para o PSD-Madeira, como é uma necessidade para o povo da Região.*

*O PSD, por todas estas razões, procura, através de mecanismos inconstitucionais e ilegais, reduzir o número de deputados na Assembleia Regional, com o único objectivo de tentar que na próxima Assembleia Regional a oposição saia diminuída e o PCP não esteja representado.*

*A luta pela manutenção da representação Parlamentar do Partido e o seu alargamento, bem como o reforço das posições da oposição democrática e a consequente redução do número de deputados do PSD, são objectivos centrais na próxima batalha eleitoral.*

*A convergência de todas*

*ças no sentido de preparar a participação do PCP no quadro da CDU na próxima batalha eleitoral, tendo por objectivos centrais:*

- Impedir a consumação da manobra desencadeada pelo PSD/Madeira, para reduzir o número de deputados na Assembleia Regional;

- Manter o deputado eleito do PCP e procurar eleger outros;

- Contribuir para a redução do número de deputados do PSD e para o reforço das posições das forças democráticas, através da convergência democrática.

*Tais objectivos são possíveis e necessários e dependem essencialmente do empenhamento na preparação da batalha eleitoral, assente:*

- No alargamento imediato da CDU a muitos democratas independentes empenhados em contribuir juntamente com os comunistas e seus aliados do Partido «Os Verdes» e da Intervenção Democrática, para a defesa da Autonomia e da Democracia;

- Na preparação das listas de candidatos que deverão resultar da participação activa de todos os que integram a CDU, e por isso amplamente unitárias;

- No combate firme a todas as tentativas já habituais de restringir os direitos e liberdades dos comunistas e seus aliados na pré-campanha e campanha eleitoral;

- Na organização e planificação da intervenção do PCP na campanha eleitoral em termos de actividade política, de informação, de agitação e propaganda e de consciencialização e mobilização de todas as organizações, e militantes e de todos os amigos do Partido.

*Só com o reforço da oposição democrática na Assembleia Regional se poderão vir a criar condições no futuro, para uma efectiva e credível alternativa democrática ao Governo conservador e autoritário do PSD Regional — conclui a organização do PCP na Região Autónoma da Madeira.*



1988 é ano de eleições na Região Autónoma da Madeira

nal, provavelmente no mês de Outubro.

*As eleições regionais deste ano são particularmente importantes no contexto regional e assumem significado no plano Nacional, já que serão as primeiras eleições que se realizarão após a derrota das forças democráticas em 19 de Julho de 1987.*

*A actividade do PCP na Assembleia Regional, pelas propostas apresentadas, pelos problemas dos trabalhadores e das populações que*

*as forças democráticas, com vista às próximas Eleições Regionais, pela qual o PCP tem vindo e continuará a lutar, representaria, a concretizar-se, um passo importante no caminho da democratização da Assembleia Regional na defesa dos interesses dos trabalhadores e da população da Madeira e Porto Santo.*

*Continuando a luta pela convergência das forças democráticas, impõe-se intensificar desde já todos os esfor-*



Os comunistas estão vivamente empenhados na dinamização da CDU e no diálogo entre todos os democratas



O ponto da situação sobre a aplicação das medidas definidas pelo Encontro de quadros da ORL de 7 e 8 de Novembro do ano passado será feito numa iniciativa distrital das células de empresa do PCP da região de Lisboa. Trata-se de um encontro marcado para o próximo sábado, dia 21, na Junta de Freguesia de Alcântara.

Na breve informação que fez chegar ao nosso jornal, a DORL do PCP salienta a propósito:

É objectivo deste Encontro proceder à avaliação da situação das células de empresa e dos resultados da aplicação das medidas apontadas.

O reforço das células de empresa, da sua actividade e ligação à classe operária e aos trabalhadores em geral; e o reforço da actividade sindical dos militantes comunistas nas empresas visando o fortalecimento do movimento sindical unitário — são objectivos essenciais do nosso trabalho que o Encontro de 7 e 8/11 sublinhou e a experiência posterior confirmou amplamente.

O desenvolvimento da luta nos últimos meses — designadamente as greves em dezenas de empresas do distrito, as jornadas de luta de 6/2, 17/3 e 14/4, e a greve geral de 28/3 — atesta a importância das células de empresa, as quais, nestas lutas, desempenharam um papel decisivo. Este facto não pode, contudo, levar-nos a esquecer as enormes dificuldades existentes em grande parte das células de empresa, antes demonstra a necessidade imperiosa de tomarmos as medidas capazes de ultrapassar muitas dessas dificuldades. Daí a necessidade de as comissões concelhias, os organismos de direcção de sectores e os secretariados de célula de empresa, dedicarem à preparação do Encontro a atenção e os cuidados adequados.

O Encontro realiza-se no salão da Junta de Freguesia de Alcântara das 10 às 19.00 horas.

**De Alcabideche a Braga**

De vários pontos do País surgem notícias sobre a Festa da Alegria. Os comunistas de Alcabideche, por exemplo, no seu diversificado programa de excursões para este ano, têm uma para Braga (9 e 10 de Julho). A promoção é da comissão de iniciativas do PCP da freguesia de Alcabideche e as inscrições funcionam no CT local (telefones: 286 69 91 ou 269 02 23). Grutas de Santo António, Couço, Baleal/Peniche, Sesimbra/Palmela e Badajoz são destinos de outras viagens de convívio programadas pela organização de Alcabideche.

PCP

## Preparação do XII Congresso

# Debates no Vitória

### • Hoje, o 1.º, com Armando Castro

O organismo de direcção do Sector de Informação da ORL do PCP promove, no âmbito da preparação do XII Congresso do Partido, um conjunto de debates a realizar no Centro Vitória, na Av. da Liberdade, de acordo com o seguinte calendário:

**Hoje, dia 19** — Conferência por **Armando de Castro** sobre leis gerais da dialéctica e conclusões recentes de algumas ciências. A intervenção será seguida de debate. Trata-se de uma iniciativa marcada para as 17 horas, alargada a camaradas de todos os sectores e concelhos da ORL.

Ainda hoje, mas às 21 ho-

ras, terá lugar um debate com **Albano Nunes** sobre algumas experiências do movimento comunista internacional.

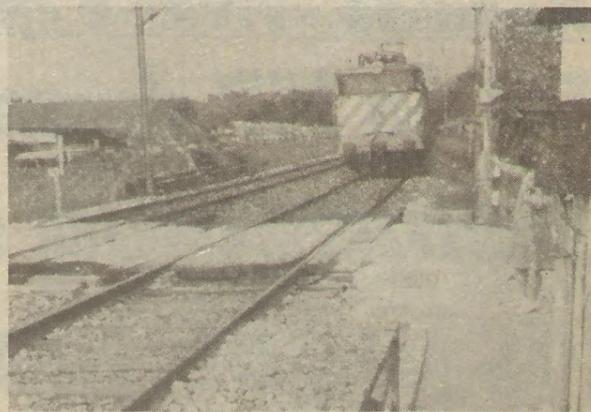
**Dia 26** — Debate com **Blanqui Teixeira** sobre alguns aspectos dos Estatutos, da organização e do funcionamento do Partido. Início da sessão: 21 horas.



**6 de Junho** — Debate com **Luis Sá** sobre a Questão do Estado na Revolução Portuguesa. A iniciativa é organizada pelo Comité Local de Lisboa e começará às 21 horas.

**9 de Junho** — Debate com **Joaquim Miranda** sobre a participação dos comunistas portugueses no Parlamento Europeu, a partir das 21 horas.

**16 de Junho** — Debate às 21 horas com **Carlos Carvalhas** sobre alteração na sociedade portuguesa depois do 25 de Abril.



## Ramal ferroviário Figueira/Pampilhosa ameaçado?

A diminuição dos serviços de qualquer transporte que actualmente sirva a região é contrária ao seu desenvolvimento e piora as condições de vida dos seus habitantes, comenta a Comissão Concelhia do PCP de **Cantanhede** a propósito das ameaças que pairam no ar sobre o ramal Figueira da Foz/Pampilhosa.

«Os utentes», diz aquele organismo do Partido, «tiveram conhecimento que o conselho de gerência da CP pretende suprimir alguns dos comboios que circulam nesta linha, nomeadamente os 1626, 1630, 1627 e 1631, e ainda a expedição de mercadorias na estação de Arazede. Tem também circulado a informação de que pretende encerrar definitivamente este ramal no prazo de 5 anos».

Tomando posição firme sobre o assunto («não há fumo sem fogo»), a Concelhia de Cantanhede salienta:

- Impõe-se a renovação desta via férrea, o aumento do número de comboios, assim como a preservação do património existente que se encontra em degradação;

- Não se entende que há alguns anos tenham sido reparadas algumas das estações e imediatamente fechadas;

- Os trabalhadores, os agricultores, os comerciantes, os estudantes, os imigrantes que vivem nesta região não podem ser mais uma vez atraídos por quem rege os destinos deste País, com o encerramento de uma linha que serve a região há mais de 100 anos.

A Comissão Concelhia de Cantanhede do PCP, por tudo isto, apela à população do concelho e restantes utentes desta linha que lutem pela sua manutenção, melhoramento e aumento do número de comboios, de forma a que as necessidades da região e dos seus habitantes fiquem melhor servidas.

## Viseu

# Reunião da Distrital do PCP

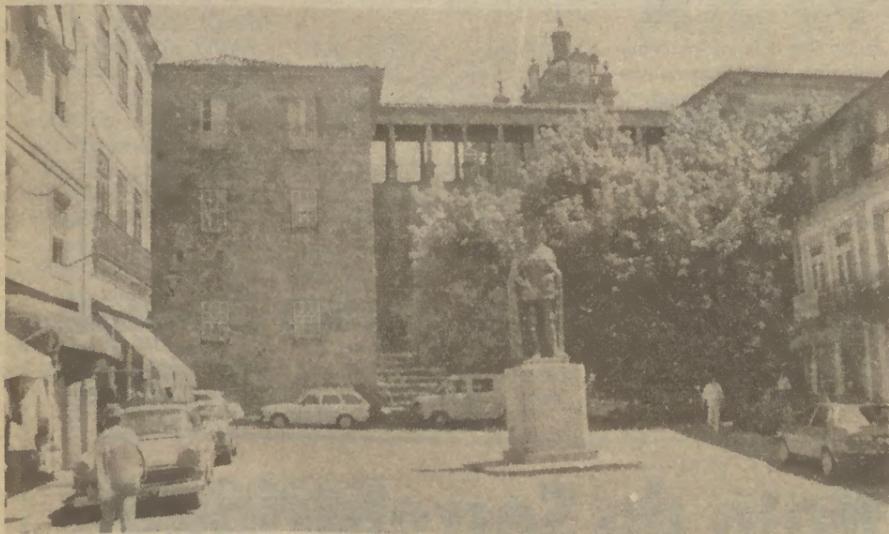
A Comissão Distrital de Viseu apela a todos os militantes e organizações do Partido do distrito, para que, dentro do grande colectivo partidário, dêem a sua preciosa contribuição para ultrapassar as dificuldades e deficiências naturalmente existentes, para estreitar a ligação do Partido às massas e para participarem com a sua militância, propostas e opiniões nos trabalhos preparatórios do XII Congresso, que assim resultará num grande passo em frente na elevação da força, unidade e coesão do Partido, no seu reforço político e ideológico e no melhoramento da sua capacidade de intervenção.

O apelo consta do documento de conclusões (resolução) aprovado na recente reunião da Comissão Distrital do PCP de **Viseu**, convocada para «apreciar a evolução da situação política e social nos últimos meses e para proceder a um primeiro balanço do trabalho preparatório do XII Congresso do PCP nas organizações do distrito». A reunião debruçou-se também so-

bre as conclusões do Comité Central de 4 e 5 de Maio.

Depois de sublinhar que «a convergência e a unidade das forças democráticas continua a apresentar-se como um imperativo para fazer frente ao crescente autoritarismo, intolerância e arrogância por parte do Governo e da sua maioria parlamentar», a Distrital do PCP, que analisou também questões relacionadas com as eleições de 1989 (Parlamento Europeu e autarquias), refere numa passagem da sua resolução:

«Embora ainda na sua fase inicial (elaboração de documentos preparatórios, estudos, propostas e sugestões como base de trabalho do Comité Central), a preparação do XII Congresso no distrito de Viseu traduziu-se já na realização, desde Fevereiro último, de dezenas de reuniões e iniciativas (organismos, plenários de militantes, encontros, etc.) em que participaram centenas de militantes e simpatizantes do Partido.»



## Algarve

# Que futuro para o sanatório Carlos Vasconcelos Porto?

Tudo indica que o Governo PSD através do Ministério dirigido por Leonor Beza se prepara para vender o sanatório **Carlos Vasconcelos Porto**, em São Brás de Alportel, no Algarve. Até ao momento a ministra não deu qualquer resposta ao requerimento parlamentar apresentado pelo PCP. Entretanto, na passada sexta-feira, o camarada Carlos Brito, presidente da bancada comunista e membro da Comissão Política do Partido, deslocou-se àquela unidade hospitalar.

De acordo com um diploma do ministério da Saúde, o sanatório, situado a 30 quilómetros da capital algarvia, passou a ser hospital de rectaguarda para apoio ao distrital de Faro, tendo sido nomeada uma comissão instaladora.

Trabalham neste sanatório 3 médicos e 7 enfermeiras, pessoal insuficiente para responder às ne-

cessidades de assistência dos 44 doentes internados. Em vez de completar o quadro do pessoal, melhorar as condições existentes e proceder ao reequipamento fundamental, o Ministério parece mais interessado no negócio da venda. A febre privatizadora «desceu» até ao Algarve, onde o Hospital Distrital de Faro continua a rebentar pelas costuras e onde é frequente encontrar doentes em macas pelos corredores transformados em «enfermarias». Isto enquanto o sanatório Carlos Vasconcelos Porto tem 50 camas desocupadas...

Esta deslocação de Carlos Brito ao Algarve, realizada no âmbito dos seus contactos regulares com os problemas da região, insere-se nos trabalhos preparatórios da interpelação que o Grupo Parlamentar do PCP irá fazer em S. Bento sobre Saúde.

# XII festa Avante!

## Abriram as inscrições para o torneio de futebol

Até ao dia 25 de Maio estão abertas as inscrições no CT Vitória para o torneio de futebol de salão da 12.ª Festa do «Avante!». O torneio decorre em 3 fases: local, distrital e nacional. Para informações e inscrições podem ser contactadas as organizações do Partido em qualquer centro de trabalho.

O torneio de futebol de salão é aberto a todas as equipas representativas de clubes, colectividades, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, bombeiros, comissões sindicais, organismos de bairro, etc.

Em Lisboa as equipas serão agrupadas em séries (4 equipas por série), por sor-



teio a realizar a 26 de Maio; os jogos devem iniciar-se a 28; os vencedores de cada série disputarão entre si a passagem à fase distrital.

## Juventude

**Reunião «viva» e «produtiva»****DN da JCP chama os bois pelos nomes: Demagogia do Governo não resolve os problemas da juventude**

O Governo desenvolve uma grande actividade, envolvendo numerosos recursos, em acções com elevada componente demagógica, para a governamentalização e tentativa de controlo do movimento juvenil; mas, entretanto, não enfrenta nem resolve qualquer dos grandes problemas sociais da juventude, antes os agrava em alguns casos, com a sua política.

Esta é a apreciação que a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa fez da política do Governo PSD/Cavaco Silva para a juventude, posição divulgada no final da reunião de dias 14 e 15 daquele organismo dirigente da JCP.

A reunião, considerada em conferência de imprensa como «bastante viva e muito produtiva», realizou-se em Lisboa, na «Voz do Operário», e teve também a participação de Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP.

A JCP decidiu denunciar firmemente o agravamento dos problemas da juventude, combater a demagogia e a utilização dos fundos do Estado para a promoção do Governo, defender energeticamente a autonomia, a independência, a desgovernamentalização e a despartidarização do movimento juvenil e das iniciativas para a juventude.

A JCP considera que «deve, por si própria e por influência no movimento juvenil, apresentar propostas de alterações concretas» para que os muitos recursos existentes sejam consagrados ao reforço da actividade das associações de jovens e do movimento juvenil, classificando o aproveitamento das condições existentes como «um direito próprio máximo» dos jovens e das suas organizações, «combatendo sempre a manipulação e o controlo governamentais».

**17 resoluções**

Analisando a actividade da JCP desde a sua última reunião, a Direcção Nacional destacou a realização da 4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e das assembleias de organização do Porto, Setúbal, Minho e Leiria (distritais) e da Covilhã (concelhia), e do seminário sobre o pacote laboral.

Salientou igualmente os encontros que a JCP tem efectuado com outras organizações políticas de juventude (JS, JRD, JOC e Juventude de «Os Verdes») para discutir e aprofundar questões relacionadas com os problemas da juventude portuguesa.

Na reunião foram aprovadas 17 resoluções sobre a política do Governo, o movimento juvenil, realizações da JCP e actividades institucionais.

A DN da JCP caracterizou a situação no movimento juvenil por «uma crescente participação da juventude em todas as grandes batalhas sociais que se têm travado nos últimos meses no nosso



país», nomeadamente na jornada de luta de 17 de Março da CGTP-IN, na greve geral de 28 de Março, nas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Foi também salientada a «grande actividade e participação dos jovens» nas iniciativas realizadas em torno do Dia do Estudante (24 de Março), do Dia da Juventude (28 de Março) e do festival «Amar o Tejo, viver a paz».

O 1.º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores-Estudantes foi considerado pela DN da JCP um «momento alto da participação e discussão em torno dos seus problemas concretos».

Registam-se avanços positivos das listas de unidade estudantil nas eleições para as direcções associativas no ensino secundário — realça a DN da JCP, destacando também «alguns passos positivos» na coordenação interassociativa.

Uma «forte participação estudantil» tem caracterizado, segundo a Direcção Nacional da JCP, a luta dos estudantes dos ISCA's e dos ISE's contra a integração compulsiva no ensino superior politécnico.

Ainda em relação ao ensino superior, a JCP caracterizou as «Queimas das Fitas» e a «Semana Académica» como «momentos altos da participação estudantil, em que o convívio, a festa, a alegria e também a crítica à política de ensino e da saúde foram tónicas dominantes».

**O caso dos «comandos» e o SMO**

A rápida conclusão do inquérito aos acontecimentos



que levaram à morte de dois jovens «comandos» durante a recruta e a divulgação dos resultados à opinião pública é a exigência da DN da JCP, que considerou, a propósito, a «forma desumana e penosa» como é ministrada a instrução nas tropas especiais e nos «comandos» em particular com «condições que em nada abonam à visão que os jovens têm do serviço militar obrigatório e antes favorecem o surgimento de teses conducentes à profissionalização das Forças Armadas, com todos os perigos que daí advêm para o regime democrático».

Uma vez mais a JCP pronuncia-se pela defesa do serviço militar obrigatório constitucionalmente consagrado e pela dignificação das condições em que ele é prestado. A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa avançou, nesse sentido, com propostas como o aumento do prazo, a redução do tempo de prestação do SMO e a melhoria das condições de alojamento e assistência médica nas unidades, uma política de ocupação de tempos livres e de animação cultural e desportiva.

O projecto de lei que incentiva a criação de associações juvenis e estabelece formas de apoio às suas actividades e o projecto de lei sobre garantias dos direitos dos jovens que frequentam cursos de formação profissional foram iniciativas dos jovens deputados comunistas destacadas pela DN da JCP de um vasto conjunto de visitas, audiências e debates. A

acção dos dois jovens comunistas na AR foi mesmo considerada na conferência de imprensa «incomparável», por exemplo, à dos deputados da JSD, que são mais de uma dezena no parlamento.

**Um calendário cheio**

Depois de analisar a grave situação do desporto juvenil

em Portugal, a DN da JCP decidiu promover, de 22 a 29 de Maio, uma campanha sob o lema «A JCP pelo direito ao desporto».

Apelando ao movimento juvenil para a necessidade de promover iniciativas de solidariedade para com a juventude e os povos de países vítimas de opressão e agressões, a JCP decidiu realizar um conjunto de iniciativas próprias e anuncia desde já a vinda a Portugal

de uma delegação de jovens dos países da «linha da frente», de 20 a 24 de Junho, numa acção conjunta com a Federação Mundial da Juventude Democrática.

Entre outras iniciativas que compõem um calendário bem recheado, destaca-se ainda a participação na Festa do «Avante!» (com o Festival da Canção Juvenil e o espaço «Juventude em Festa») e na Festa da Alegria; a participação nos encontros do PCP sobre educação e ensino (28 e 29 de Maio) e sobre autarquias (4 de Junho); o empenhamento na divulgação e dinamização do trabalho preparatório do XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (RPD da Coreia, Verão de 1989); a realização, em Outubro, de uma iniciativa no quadro da preparação dos congressos do PCP e da JCP (este marcado para o 1.º trimestre de 1989); um conjunto de actividades orientadas para o ressurgimento da dinâmica juvenil criada em torno da campanha eleitoral da CDU; festivais juvenis e iniciativas próprias da JCP no período do Verão.

A DN considerou que a participação da JCP na comissão organizadora do Encontro dos Jovens pelos Descobrimientos, no Conselho Consultivo da Juventude e no Conselho Nacional da Juventude (e sua direcção) deverá «em todas as situações» caracterizar-se por «uma linha de clareza e independência das suas posições e actividades» e «contribuir para a autonomia, a independência e a iniciativa própria da juventude e do movimento juvenil».

A DN considerou que a participação da JCP na comissão organizadora do Encontro dos Jovens pelos Descobrimientos, no Conselho Consultivo da Juventude e no Conselho Nacional da Juventude (e sua direcção) deverá «em todas as situações» caracterizar-se por «uma linha de clareza e independência das suas posições e actividades» e «contribuir para a autonomia, a independência e a iniciativa própria da juventude e do movimento juvenil».

**Nota do Secretariado da DN da JCP**

A Assembleia Geral da CNJ (Conselho Nacional da Juventude) aprovou, em 16 deste mês, o Orçamento para 1988, com o voto contrário da JCP. A esse propósito, entende o Secretariado da Direcção Nacional da JCP esclarecer o seguinte:

1. No dia 21 de Fevereiro de 1988, a Assembleia Geral do CNJ aprovou o Relatório de Actividades do seu órgão executivo cessante e elegeu a nova direcção. Não lhe foram então submetidas para apreciação, nem as Contas, nem o parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1987.

Perante tal situação, comprometeu-se o presidente a, no prazo de um mês (concluído em 21 de Março), apresentar às organizações membros o Relatório e Con-

tas do exercício financeiro transacto.

Até hoje tal não se verificou.

A JCP defendeu que o CNJ deveria contratar um contabilista para resolver com celeridade a situação e, inclusivamente, colocou à disposição meios próprios para ajudar à resolução do problema.

2. Na reunião do passado dia 16, confrontada com um projecto de orçamento do CNJ para 1988 não assente em elementos e análises rigorosas do exercício financeiro anterior, a JCP propôs que a discussão e votação desse projecto fossem transferidas para data posterior.

3. Entende a JCP que esta situação não pode manter-se indefinidamente.

Entende também a JCP

que opções de carácter estrutural que implicam vultuosos investimentos (designadamente com novas instalações, remuneração de dirigentes e promoção de grandes iniciativas juvenis) não são compatíveis com a ausência de elementos rigorosos anteriores que permitam previsões orçamentais correctas e responsáveis.

A JCP, tal como anunciou na própria Assembleia Geral, entende dever tornar públicas as razões da sua atitude e as suas preocupações ante o prolongamento da situação existente, convencida que assim contribuirá para a sua rápida superação.

Lisboa, 17 de Maio de 1988

O Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa

Nacional

# Plenário distrital da CDU no Algarve

A fim de analisar a situação em que se encontra o funcionamento dos órgãos autárquicos na região e definir algumas linhas de trabalho para o futuro, realizou-se no dia 15 de Maio, em Faro, o primeiro Plenário Distrital da CDU/Autarquias.

A realização desta reunião insere-se no processo em curso, visando a dinamização da acção dos eleitos e de estruturas locais da CDU, de forma a preparar, com a devida antecedência, a intervenção nas próximas eleições autárquicas em 1989.

Do balanço feito verifica-se que «a actividade de muitos municípios de maioria PS ou PSD se continua a pautar por acções avulso, sem planeamento ou estratégia de desenvolvimento global, subordinação grave a pressões da especulação imobiliária, pela não criação de zonas industriais, pelo desrespeito pelas regras do funcionamento democrático dos órgãos e, designadamente, pelo não cumprimento de propostas aprovadas, vindas de outras forças políticas, pelo acentuado presidencialismo e prepotência em que algumas gestões actuam, pela ausência de uma política de descentralização para as freguesias, pela tentativa de enfraquecimento e desvalorização do papel das Assembleias das autarquias, pelo desprezo das formas de participação popular na gestão local».

Os eleitos e activistas da CDU destacaram ainda que a formação de maiorias absolutas, PS ou PSD, deram um carácter antidemocrático ao funcionamento desses órgãos, e criaram a situação verdadeiramente caótica em que alguns municípios se encontram, no plano da gestão urbanística e das infra-estruturas, cujos exemplos mais gritantes se encontram em

Faro, Loulé, Portimão, Albufeira, Olhão e Aljezur.

«Por outro lado a coligação PS/PSD, formada nas últimas eleições para afastar da gestão do município de V.R.S.A. a então maioria APU, surge hoje, a pouco mais de um ano do termo do mandato, atolada em conluios e contradições, em manifestações de autoritarismo, através de uma gestão com traços de irresponsabilidade, amadorismo e incompetência que se caracteriza pelo desprezo pelos interesses reais dos municípios e, nessa base, compromete gravemente o futuro do desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António».

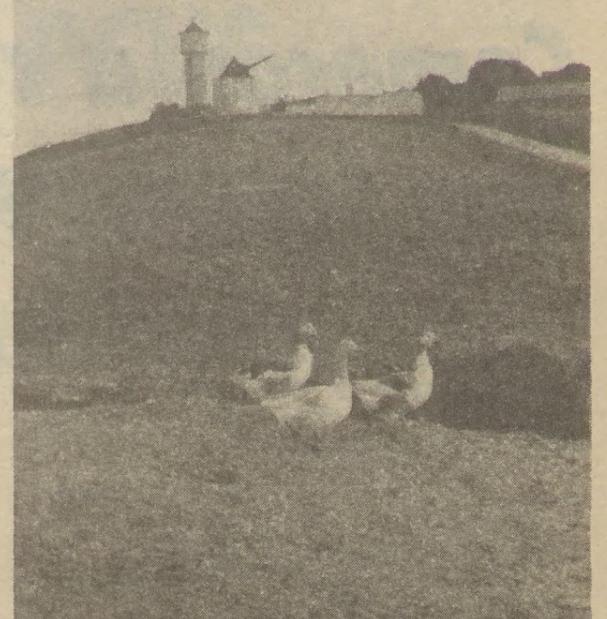
O Plenário salientou também o importante trabalho que continua a ser desenvolvido pelas Câmaras de Silves e Vila do Bispo, as quais, «através de uma acção planeada, dão cumprimento aos programas eleitorais e, nesta base, apresentam já hoje uma obra notável no domínio das infra-estruturas (saneamento básico, estradas, caminhos, electrificação), no apoio à habitação social, à educação, à cultura e ao desporto, na defesa do património histórico e paisagístico».

As freguesias presididas por eleitos ex-APU em concelho de maioria diferente — Giões, Monte Gordo e Pechão — apesar «das dificuldades colocadas no exercício do seu mandato, continuam, com base na dedicação, sacrifício e disponibilidade dos seus eleitos, a desenvolver, na sua área de intervenção e responsabilidade, um trabalho apreciável na resolução dos problemas da população».

Após comentar a actuação do Governo de Cavaco Silva em relação ao Poder Local Democrático, «caracterizada por uma acção marcadamente centralizadora», os eleitos e activistas da CDU salientaram que o Algarve continua a aguardar a conclusão de obras fundamentais, da responsabilidade do Poder Central, indispensáveis ao seu desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das suas populações, das quais salientam: a construção das barragens a Sotavento e Barlavento, a construção de novos portos e o desassoreamento de barras, a construção da unidade hospitalar do Barlavento, o avanço cla-

ro e rápido da construção da Universidade do Algarve e a construção de novas escolas preparatórias e secundárias.

Por outro lado os eleitos e activistas da CDU «expressam o seu mais vivo protesto pelos entraves e dificuldades que o partido do Governo — o PSD — tem vindo a colocar na Assembleia da República ao avanço do processo da instituição das Regiões Administrativas». Além disso os esforços desenvolvidos por alguns eleitos nos órgãos do Poder Local no Algarve para dotar a região de uma Associação de Municípios, representativa e útil, não tem encontrado até aqui a necessária vontade política para garantir a pluralidade e democraticidade em que tal Associação deve fundamentar a sua actuação. O lançamento da AMAL «tem que sair do círculo estreito de reunião de presidentes de Câmaras e passar para o debate nas Assembleias Municipais, na discussão dos seus estatutos, objectivos e funções, para que fiquem expressamente consagrados na composição dos órgãos e nas normas da sua actuação, a



O Algarve não é só praia, tal como as promessas do Governo para esta Região não são o que querem fazer parecer (na foto, paisagem rural de Vila Real de Santo António)

presença e pluralidade das opiniões e correntes políticas representadas nas autarquias do Algarve», afirmou-se.

Por último os eleitos e activistas da CDU proclamam a sua disponibilidade para, no âmbito local ou regional, discutirem com as restantes forças e sectores democráticos, formas de entendimento, cooperação e unidade que possam não só fazer frente à direita, mas também derrotá-

la em autarquias onde actualmente são maioritários.

Entretanto a CDU/Autarquias «previne que formas de entendimento, cooperação e unidade não signifiquem, nem podem significar diluição dos seus membros em listas de outras forças políticas, nem tão pouco formas que passem pela sua desistência unilateral nas eleições para os órgãos autárquicos».

## Sábado, na JF de Benfica

# AIL promove encontro sobre bairros degradados

A política de habitação, o plano de intervenção a médio prazo para construção de habitação social em Lisboa, o planeamento urbanístico e a situação social urbana são as principais questões que estarão em foco no encontro sobre bairros degradados que, por iniciativa da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, se realiza depois de amanhã, a partir das 10 horas, no salão da Junta de Freguesia de Benfica.

À iniciativa da AIL aderiram ainda — segundo o número de Maio do jornal da Associação, o «Habitação» — várias juntas de freguesia lisboetas, a União dos Sindicatos do distrito/CGTP-IN, a Ordem dos Engenheiros, a

Associação dos Arquitectos Portugueses, o Movimento Democrático de Mulheres, o Centro de Reflexão Cristã, a JOC e a LOC, o MURPI, a Associação de Moradores do Casal Ventoso, entre outras organizações.



São os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas quem mais sofre com a crise habitacional — lembra a União dos Sindicatos de Lisboa, uma das organizações que aderiram à iniciativa da AIL

### Alertar, unir, propor e exigir

Os objectivos prioritários do encontro são sintetizados em quatro pontos «claros», «inequívocos» e «urgentes», também de acordo com o «Habitação»:

- iniciar, engrossar e consolidar uma grande cadeia de solidariedade para com os cidadãos que a sociedade obriga a alojarem-se em condições indignas em casas degradadas;

- propor e exigir medidas que minorem as péssimas condições de vida aí existentes, até à total eliminação dessas zonas;

- exigir soluções e propor medidas para realojar a população que vive nos núcleos não abrangidos no Plano de Intervenção a Médio Prazo assinado entre a Câmara e o Governo;

- exigir o rigoroso cumprimento do PIMP e fiscalizar a sua execução, denunciando e combatendo todos os atrasos e bloqueios.

O encontro de sábado foi antecedido de outras iniciativas ligadas à questão dos bairros degradados, de que se destaca o espectáculo de solidariedade «Lisboa, cidade da nossa esperança», que encheu o Coliseu dos Recreios no dia 16.

Houve ainda reuniões e sessões de esclarecimento no Casal Ventoso, na Musgueira e no Bairro da Cruz Vermelha. No dia 13 esteve patente no Rossio uma exposição fotográfica (com diapositivos) e no dia 10 a comissão promotora do Encontro deu uma conferência de imprensa.

Aos jornalistas foram dados a conhecer alguns factos que mostram «as manchas negras na cidade branca».

Por exemplo, as entidades oficiais reconheceram a existência de 15 730 barracas, onde se alojam 48 121 pessoas, número que — ressalva a comissão promotora do encontro — aumenta consideravelmente se tivermos em conta as barracas que não estão numeradas, em bairros como o Tarojo e o Casal Ventoso.

Sérias dúvidas foram levantadas na conferência de imprensa em relação ao PIMP. José Godinho deixou uma interrogação pertinente: «Por que é que um plano que é para sete anos só pretende resolver o problema de nove mil barracas?»

Aquele dirigente da AIL adiantou mesmo uma resposta: mais que os problemas dos moradores dos bairros degradados, o que fez o Governo e a Câmara avançar com o PIMP «foi a necessidade de desbloquear o avanço de novos eixos viários».

## Nota da SIP do PCP Falsificações grotescas

A SIP do PCP emitiu no passado dia 13 a seguinte nota que transcrevemos:

«Na sequência de uma operação de intoxicação e intriga já anteriormente desenvolvida, alguns órgãos de informação, com destaque para o «Tal & Qual» e também, em boa medida, para «O Jornal», insistem, nas suas edições de hoje, em atribuir à direcção do PCP um determinado conjunto de «acusações» alegadamente dirigidas a Zita Seabra, membro do Comité Central do PCP.

«A este respeito, a SIP do PCP entende bastante declarar:

1. — Tais «acusações» atribuídas por alguns órgãos de informação à Direcção do PCP, não passam de invenções delirantes, falsificações grotescas e deformações venenosas e provocatórias só concebíveis por espíritos doentios e por mentalidades afogadas na desonestidade política e intelectual.

2. — Os elevados padrões de dignidade política e de respeito humano que inspiram a actividade do PCP são uma sólida garantia de que o PCP, por mais provocado que seja, nunca poderá colocar-se ao nível de mesquinhez e baixeza que está subjacente a muitos dos ataques e calúnias que lhe são dirigidas».

## Internacional

## Afeganistão

# Começou a retirada das tropas soviéticas

No cumprimento dos acordos de Genebra de 14 de Abril último, começou no domingo a retirada do primeiro contingente das tropas soviéticas estacionadas no Afeganistão. Segundo os referidos acordos o contingente soviético deverá ficar reduzido a metade até 15 de Agosto e a retirada total concluída num prazo de nove meses.

A retirada soviética, amplamente noticiada por toda a imprensa internacional, corre o risco de vir a ser dificultada pela acção de grupos de contra-revolucionários afegãos, que nos últimos dias têm anunciado a intenção de atacar as colunas em marcha.

A propósito, o general Vladimir Lobov, chefe adjunto do Estado-Maior General das Forças Armadas Soviéticas, afirmou em recente entrevista ao jornal «Novidades de Moscovo» que «se alguém pretender impor-nos uma batalha não nos vamos esquivar». Lobov salientou que «há muito que a reacção se prepara para uma guerra das estradas», lembrando que «são possíveis ataques nas passagens de montanha e acções subversivas nas vias de comunicação, pois um comboio em marcha é muito vulnerável».

Reconhecendo a «complexidade do momento», em que no final da permanência das tropas soviéticas no Afeganistão cada nova morte pode surgir como «absurda», o general Lobov adiantou que foram tomadas as «mais rigorosas medidas militares: a escolta em marcha, a mais severa observância da disciplina e o constante estado de prevenção», de forma a «evitar inclusive perdas casuais durante a retirada das tropas».

Esta questão tem subjacente uma outra, de fundo: a de saber em que medida as forças em presença no conflito afegão estão efectivamente dispostas em fazer cumprir os acordos assinados em Genebra.

Recorde-se que, nos últimos anos, o Afeganistão foi palco de violentos confrontos, tendo por um lado o governo liderado pelo Partido Democrático Popular, no poder desde a revolução de Abril de 1978, e por outros grupos contra-revolucionários directamente apoiados pelo Paquistão e os Estados Unidos. É na sequência destes



Armas e munições de fabrico americano, britânico, italiano e paquistanês apreendidas aos contra-revolucionários afegãos

confrontos que a pedido do governo afegão chegam ao país os contingentes soviéticos.

De acordo com dados publicados no «Washington Post», só no início deste ano os EUA atribuíram 300 milhões de dólares em armamento aos referidos grupos. Outras informações revelam que igual quantia terá sido dispendida pela Arábia Saudita com o mesmo objectivo.

Não menos importante tem sido o papel desempenhado na questão pelo Paquistão, em cujo território se situam bases militares dos grupos que se opõem pelas armas ao governo de Cabul.

Na tentativa de encontrar uma solução para o problema, decorreram em Genebra, durante quase seis anos (desde Junho de 1982), conversações indirectas entre o

Este importante passo não significa contudo o ponto final do confronto armado, uma vez que os principais grupos oposicionistas integrados na chamada «Aliança Democrática» prontamente anunciaram a intenção de prosseguirem o combate contra o governo de Cabul, recusando as propostas por ele anunciadas com vista à reconciliação nacional.

## A responsabilidade dos EUA

Quer os EUA como o Paquistão assumem a partir de agora plena responsabilidade de fazer cumprir os acordos. Com efeito, é consenso geral que sem o apoio daqueles dois países não será possível aos contra-revolucionários afegãos prosseguir a luta armada.

Alguns sintomas preocupantes, neste curto espaço de tempo, que medeia desde a assinatura dos acordos de Genebra, levam a crer que não será fácil a sua efectiva implementação. Ainda há dias o presidente do Partido Popular Nacional, da oposição, acusava a direcção paquistanesa de querer «furtar-se aos seus deveres no âmbito dos acordos de Genebra sobre a regularização da situação em redor do Afeganistão, o que é comprovado pelo seu procedimento face à assinatura desses documentos». Segundo o dirigente do PPN, aquele país aprovou verbalmente os referidos acordos mas, na prática, continua a «estimular as acções hostis da oposição armada afegã, enclausurada no território do Paquistão, contra a República do Afeganistão».

Na mesma ocasião o presidente do PPN acusou os líderes da oposição armada de criarem obstáculos à implementação dos acordos de Genebra, dificultando por todos os meios o regresso dos refugiados afegãos que se encontram em acampamentos em território paquistanês.

Como referia em recente entrevista o ministro afegão dos Negócios Estrangeiros, Abdul Wakil, sobre os acordos de paz «o documento mais importante (...) é o acordo afegano-paquistanês sobre os princípios das relações mútuas e, concretamente, sobre a não ingerência nos assuntos internos e a desistência da agressão».

Aquele aspecto, bem como «a declaração conjunta soviético-americana sobre as garantias internacionais, deve contribuir para a realização prática das disposições do primeiro acordo».

A retirada soviética do Afeganistão é um passo importante para a regularização do conflito, mas não pode ser o único. As restantes partes têm igualmente de cumprir a sua parte nos acordos.

## Tropas norte-americanas vigiam «contras» nas Honduras

Cerca de mil efectivos de unidades especiais norte-americanas foram enviados de urgência a semana passada para as Honduras, a fim de impedirem eventuais recontros armados entre os «contras» ali estacionados, devido a divergências internas.

Em causa está a liderança do ex-coronel da guarda somozista Henrique Bermudez, um dos principais adversários das conversações com o governo da Nicarágua sobre o cessar-fogo definitivo.

A povoação de Yamalez, onde se encontram concentrados cerca de cinco mil «contras», tem estado cercada por unidades do exército hondurenho, que guardam os acessos ao estado-maior da chamada «Resistência Nicaraguense». Os líderes dos «contras» têm estado em conversações em Yamalez, sendo que muitos deles exigem a demissão de Bermudez, a quem acusam de corrupção.

O agravamento desta situação interna, que em nada contribui para a imagem dos anti-sandinistas, levou já os EUA a chamarem Bermudez a Washington, onde o secretário de Estado George Shultz lhe exigiu a regularização de todas as divergências internas. Segundo a agência Tass, a fim de mostrar a quem se destina o apoio dos EUA e para consolidar as posições de Bermudez face aos dirigentes dos «contras» que se manifestam a favor do prosseguimento das negociações com Manágua, a Bermudez seguiu-se o envio de fuzileiros navais para as Honduras, a fim de manter a «ordem».

## EUA impedem condenação de Israel

Os EUA vetaram a semana passada, no Conselho de Segurança da ONU, um projecto de resolução condenando a intervenção de Israel no Líbano.

A resolução, apresentada pelo grupo dos países Não-Alinhados, e a que apenas os norte-americanos se opuseram, exigia a retirada imediata de todas as tropas do território libanês e a cessação de todas as acções que violam a soberania do Líbano e a segurança da sua população. O texto realçava ainda a necessidade de respeitar rigorosamente a soberania do Líbano, a sua independência, unidade e integridade territorial nas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Comentando o veto dos EUA, o representante do Líbano na ONU, Rachid Fakhoury, afirmou: **Desta maneira, os Estados Unidos incitam Israel a novos crimes contra o povo libanês, martirizado ao longo de muitos anos pelas acções agressivas israelitas. Os EUA são totalmente responsáveis pelo facto de a comunidade internacional não poder conter o agressor.**

Rachid Fakhoury disse ainda que esta atitude subverte cada vez mais aquilo que resta do plano Shultz e das suas chamadas propostas de regularização da situação no Médio Oriente. Estas iniciativas, sublinhou, no contexto da actual política dos EUA, devem ser consideradas como a defesa dos objectivos expansionistas de Israel no Médio Oriente e não como a intenção de estabelecer uma paz justa, global e duradoura na região.

## Jornalista soviético expulso de El Salvador

O jornalista soviético Iuri Stroevo foi expulso de El Salvador, apesar das autoridades daquele país o terem oficialmente autorizado a efectuar uma reportagem sobre a realidade salvadorenha.

O jornalista foi intimidado por quatro civis, presumivelmente da polícia, no hotel onde se encontrava hospedado que o forçaram a fazer as malas e a abandonar imediatamente o território salvadorenho.

Entretanto, notícias vindas a público a semana passada, dão conta que unidades hondurenhas estão a participar conjuntamente com o exército salvadorenho em operações contra as organizações guerrilheiras.

Segundo a rádio rebelde «Venceremos», o décimo batalhão da Infantaria e alguns comandos do exército das Honduras estão a actuar no departamento de Morazan, considerado o baluarte da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). A FMLN divulgou a propósito um comunicado sublinhando que a intervenção hondurenha ameaça transformar o conflito interno de El Salvador numa guerra regional, ao mesmo tempo que mostra a falta de desejo dos dois países em cumprir os acordos da Guatemala.

Salientando que tal comportamento está em conformidade com a política dos EUA, orientada para uma solução militar do conflito na região, faz-se ainda notar que a participação do exército hondurenho prova que o regime de Napoleón Duarte, apesar da ajuda militar dos EUA, é incapaz de travar a reactivação do Movimento de Libertação Nacional em Salvador.

## Delegação do PC Filipino recebida por Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, teve recentemente um encontro com uma delegação de alto nível do Comité Central do Partido Comunista das Filipinas, no qual foram trocadas opiniões acerca da situação nos respectivos países.

Álvaro Cunhal, que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, manifestou a solidariedade do PCP à luta dos co-

munistas e do povo filipino pela libertação nacional e pela democracia, contra o imperialismo norte-americano e a reacção local.

A delegação do Partido Comunista das Filipinas manifestou a sua solidariedade à luta do PCP pela defesa das conquistas da Revolução de Abril, pela paz e pelo socialismo.

No encontro foi acordado prosseguir e desenvolver os contactos entre os dois Partidos.

## Internacional

## Mikhail Gorbatchov afirma:

# Conferência Nacional do PCUS deve contribuir para o avanço da democracia e do socialismo

Está a decorrer na União Soviética o processo de eleição dos delegados à 19.ª Conferência Nacional do PCUS, que terá lugar no final do próximo mês de Junho, em Moscovo.

De acordo com as deliberações anteriormente tomadas pela direcção do PCUS, a eleição dos delegados será feita por voto secreto nos plenários dos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas das Repúblicas Federadas e dos Comitês territoriais e regionais. No total serão eleitos cinco mil delegados, o mesmo número do 27.º Congresso do PCUS:

Como seria de esperar, a iniciativa está a provocar o mais vivo interesse na URSS, não só porque se trata da primeira Conferência Nacional do PCUS desde 1941, mas sobretudo porque tem como objectivo central fazer o balanço da política de reestruturação em curso e definir os seus novos rumos.

Ao intervir sobre esta matéria num recente encontro com responsáveis pelos órgãos de comunicação social, Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, afirmou que a Conferência «está vocacionada para fazer o balanço da evolução da "perestroika" e para dar um novo e forte impulso a este processo. Está também vocacionada para criar premissas políticas, ideológicas e organizativas capazes não só de garantir a irreversibilidade da "perestroika" e da abertura democrática mas também de contribuir para o impetuoso progresso desses processos, para o seu aprofundamento».

Uma questão da maior actualidade, pois como revelou uma recente sondagem da opinião pública soviética, a

maioria dos inquiridos mostrou-se receosa de que o processo de reestruturação se desenvolva só «até certos limites». Segundo informa a Novosti, apenas 28 por cento dos inquiridos se manifestou totalmente confiante na irreversibilidade da "perestroika" e no seu aprofundamento, enquanto 11 por cento expressou receio de que o processo de abertura se reduza.

Respondendo de certa forma a estas preocupações, Mikhail Gorbatchov afirmou, no citado encontro com jornalistas, que este problema está resolvido «no quadro do pluralismo socialista de opiniões».

«Apoiamos, disse, o desenvolvimento dinâmico da crítica e da abertura desde que seja no interesse da sociedade, do socialismo e do povo.»

Porque, como diria noutro passo da sua intervenção, após referir as inevitáveis dúvidas e receios provocados pelo processo de reestruturação, o objectivo que move os comunistas soviéticos é o de «recuperar a imagem do socialismo, concebida por Léni-

ne, através da "perestroika", fazer ascender a sociedade soviética a um novo estágio de desenvolvimento».

«É nossa tarefa, afirmou Gorbatchov, tarefa da "perestroika", pôr a descoberto o potencial humanista do socialismo. Mas isso quer dizer que, na segunda fase do processo, devemos ter já uma visão clara da nossa meta final: a renovação da sociedade e das relações humanas de acordo com as ideias de Lénine.»

«Devemos fazê-lo com métodos impregnados de humanismo, de confiança e de respeito. Tal atitude não implica, de maneira nenhuma, qualquer renúncia aos princípios, uma espécie de ecletismo, a harmonização daquilo que não pode ser harmonizado. De resto, é preciso recuperar o sentido original da bela palavra que é "camarada", recuperar o espírito de camaradagem no Partido e na sociedade.»

Tarefas que não se farão sem esforço, perturbações, dúvidas e mesmo contradições, mas tarefas que o secretário-geral do PCUS considera fundamentais e para as quais há que mobilizar as maiores energias. Por isso defende que os delegados à Conferência sejam «partidários enérgicos da "perestroika", militantes comunistas, renunciando ao nosso velho hábito de regulamentar o número exacto de operários, camponeses, mulheres, etc.».

Como salienta o camarada Gorbatchov, «chegou a altu-



ra de colocar com mais insistência a questão da unidade das palavras e dos actos, das decisões e do seu cumprimento».

Em vésperas da Conferência Nacional, é do máximo interesse analisar a situação actual no que respeita à produtividade do trabalho e à qualidade da produção.

Vejamos o que diz a esse respeito o secretário-geral do PCUS:

«O produto nacional bruto aumentou 3,3 por cento em 1987. A produção industrial 3,8 por cento. Entre 1985 e 1987, a taxa média anual de crescimento foi, no caso do rendimento nacional, de 3,3 por cento; do produto nacional bruto, de 3,9 por cento; da produção industrial, de 4,2 por cento; e da produção de artigos de consumo, de

4,7 por cento. A produção agrícola global aumentou uma média de 1,9 por cento por ano; o aproveitamento dos fundos fixos 3,5 por cento e a construção habitacional 3,6 por cento. Tem vindo a melhorar a situação no fabrico de artigos de consumo. Têm-se registado tendências para uma melhoria na saúde pública e no ensino.

«Foram accionadas as forças criadoras da sociedade que engendraram tendências positivas. São factores que alteram a vida e devem fazê-lo, sobretudo se dermos impulso adequado a esses processos.

«Vejamos o crescimento da produtividade do trabalho. Entre 1981 e 1984 foi responsável pela obtenção de 86 por cento do rendimento nacional. Entre 1985 e 1987, foi de 96 por cento. Em 1987, todo o acréscimo do rendimento nacional foi obtido à custa da subida da produtividade do trabalho. No primeiro trimestre deste ano, a produtividade do trabalho na indústria aumentou 5,4 por cento, nomeadamente nas empresas que funcionam em autogestão total 6,6 por cento. Na construção civil, foi de 8,9 por cento e de 9,8 por cento nas empresas de construção em autogestão. Trata-se, camaradas, de mudanças palpáveis. Se conseguirmos manter essas tendências, penso que muitas coisas mudarão para melhor.

«Quero referir outro facto interessante. A taxa de renovação dos artigos no sector de construção de máquinas em 1985 foi de 3 por cento e de 9,1 por cento em 1987, o triplo. Hoje colocamo-nos o objectivo de alcançar 13 por cento. Tem-se reforçado a disciplina no cumprimento dos contratos e compromissos. O sistema de autogestão abarca também essa esfera da actividade económica. As tendências positivas abrem caminho através das dificuldades naturais ligadas à aplicação da autogestão, introdução de novas normas económicas, inspecção estatal de qualidade e muitos outros fenómenos, o que contribui para a radical renovação da esfera da produção.

«Analisemos agora a nossa alimentação. O que nos falta? Temos falta sobretudo de carne, legumes e fruta. A situação alimentar preocupava-nos muito. É necessário procurar medidas mais radicais para resolver mais depressa este problema. Temos que fornecer produtos alimentares às lojas, empresas de alimentação pública, mercados e cooperativas de consumo.

«Dez milhões de famílias melhoraram as suas condições habitacionais em três anos. É um crescimento considerável tendo em conta que a construção habitacio-

nal não aumentou durante vários quinquénios.

«O comércio retalhista cresceu 13 por cento, apesar da venda de bebidas alcoólicas cair mais de 50 por cento em três anos.

«Como vemos, continua a existir escassez de produtos embora o incremento da produção seja evidente. Quer isto dizer, camaradas, que temos que aumentar ainda mais a produção de produtos e serviços. Os últimos são insuficientes, facto que abre amplas possibilidades às cooperativas.»

Trata-se, como refere Gorbatchov, de realidades da "perestroika" que o PCUS se propõe analisar, discutir e aprofundar, de forma a chegar à Conferência Nacional com propostas que respondam às novas questões que se colocam, em todas as esferas da actividade.

## O papel do Partido

O papel que neste complexo contexto cabe ao PCUS não deixou de ser referido pelo camarada Gorbatchov, na intervenção que vimos referindo.

Salientando a necessidade de se «tomar consciência do papel do Partido enquanto vanguarda política da sociedade», o dirigente soviético fez notar que para tal o Partido «deve elaborar uma política cientificamente fundamentada, com base em avaliações e prognósticos correctos», o que implica «a realização de grandes trabalhos ideológicos e organizativos».

«É uma tarefa, disse, que só está ao alcance dum Partido que se guie por métodos de análise científica e marxista. Estamos por isso longe de pôr em dúvida o papel dirigente e orientador do Partido. Pelo contrário, consideramos que devemos examinar melhor esse papel que sem dúvida tem que adquirir novas características e tornar-se mais palpável. Tal diz respeito sobretudo às funções do Partido enquanto vanguarda política.»

É neste contexto que a Conferência Nacional do PCUS vai analisar questões como a divisão de funções entre o Partido, os soviets e os organismos de gestão da economia; rever a estrutura do aparelho partidário; reformar o sistema jurídico.

Trata-se, como afirmou em conclusão Mikhail Gorbatchov, de trabalhar para que a 19.ª Conferência Nacional do Partido «adopte resoluções responsáveis que dêem um novo sopro de vida à "perestroika" e contribua para que a sociedade soviética «avance pelo caminho da democratização e do socialismo».

## Senadores americanos debatem tratado INF

O Senado norte-americano iniciou anteontem, em sessão plenária, os debates sobre a ratificação do tratado soviético-americano de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance (INF), o que permite esperar que a questão fique resolvida antes do presidente Reagan iniciar a sua visita a Moscovo, nos finais deste mês.

Recorda-se que a ratificação do tratado pelas autoridades norte-americanas é considerada fundamental para o êxito das conversações de Moscovo, em que estarão em causa temas do máximo interesse tanto para a URSS e os EUA como para o resto do Mundo.

Foi este facto, de resto, que levou o dirigente da maioria democrata no Senado, Robert Byrd, a apressar o debate, após ter mantido consultas com os dirigentes

dos três principais comités senatoriais (assuntos estrangeiros, informações e forças armadas).

Segundo Robert Byrd, os membros dos referidos comités, que tomaram conhecimento dos resultados das recentes conversações mantidas em Genebra entre George Shultz, secretário de Estado dos EUA, e Eduard Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, garantiram que todos os problemas relacionados com o tratado foram resolvidos.

Idêntica posição foi defendida por George Shultz nas audiências de segunda-feira com a comissão do Senado para os Negócios Estrangeiros, onde garantiu que «foram coordenadas documentalmente, pelos signatários do tratado, na semana pas-

sada em Genebra, soluções para todos os problemas».

Segundo Shultz, o regime de verificação elaborado durante as conversações «é o mais circunstanciado e eficaz de toda a história dos acordos referentes ao controlo dos armamentos».

Considerando que «este tratado lança novos alicerces», o secretário de Estado norte-americano fez notar serem as inspecções *in loco* «um grande passo em frente dado pelos EUA e a URSS no domínio da elaboração de acordos sobre o controlo dos armamentos».

Foi exactamente por essa causa, disse Shultz, que ainda antes da entrada em vigor ambas as partes começaram a debater as questões referentes à implementação, prática dos procedimentos acordados. O que permitiu, como

disse por seu turno Eduard Chevardnadze, em Genebra, eliminar os mal-entendidos, acordando ambas as partes que deve ser o próprio texto do tratado a servir de critério nas disputas.

De salientar o facto de nas conversações de Genebra ter sido igualmente debatida a questão das chamadas «armas do futuro», tendo as partes acordado que tais armamentos estão abrangidos pelo tratado «INF».

Também Robert Dole, dirigente da minoria republicana no Senado, se manifestou satisfeito, considerando que se trata de «um bom tratado que deve ser ratificado», pelo que parecem estar removidos os principais obstáculos a que tal suceda antes da cimeira de Moscovo entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbatchov.

## Internacional

## África Austral

# Optimismo nas negociações entre Angola e A. Sul

O reconhecimento da impossibilidade de soluções militares para o continente africano e, em particular, para a África Austral, bem como da necessidade de se encontrar uma solução digna e honesta para todas as partes, constituem os traços mais relevantes da reunião que na passada sexta-feira juntou em Brazzaville, no Congo, representantes dos governos de Angola e da África do Sul.

Realizado a pedido do governo sul-africano, o encontro exploratório destinou-se, segundo informou a Angop, a dar a conhecer a Angola as preocupações da África do Sul sobre «as decisões fundamentais para a resolução dos problemas que preocupam os Estados envolvidos, nomeadamente a independência da Namíbia com base na resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a segurança de Angola».

Tanto o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, como o ministro angolano da Justiça, França Van-Dunen, que chefiaram as respectivas delegações, se manifestaram no final do encontro «optimistas quanto ao avanço das negociações».

«Pik» Botha afirmou em Brazzaville que deverá haver «uma retirada digna» que «não deve ter vencedor ou derrotado» na guerra sul-africana contra Angola, reconhecendo explicitamente que «não pode haver soluções militares para o continente e, em particular, para a África Austral». Nas suas declarações, o responsável da delegação sul-africana, que integrava ainda o ministro da Defesa, Magnus Malan e o funcionário governamental Neil van Heerden, reconheceu também «a complexidade dos assuntos que estão a ser tratados».

Numa primeira análise, pode considerar-se que esta posição sul-africana representa um recuo em relação à prática até agora seguida, a qual apostava claramente na tentativa de impor pela força das armas uma «solução»

militar idêntica à escolhida por Israel nos territórios árabes ocupados e na chamada «zona de segurança» no sul do Líbano.

Ao reconhecer a impossibilidade de manter a ocupação do sul de Angola e ao admitir discutir a independência da Namíbia com base nas resoluções da ONU, a África do Sul está, aparentemente, a fazer uma viragem de cento e oitenta graus na sua política nesta matéria.

Como escrevia há dias o «Times» londrino, «a atitude de Pretória é determinante nas conversações de paz com Angola». Para aquele jornal, o equilíbrio militar existente no terreno «poderá inclinar-se contra Pretória» e esse facto, acrescenta, «talvez seja o argumento mais persuasivo para se encontrar agora uma solução».

Embora se esteja longe de obter resultados concretos, não deixa de ser significativo o facto de França Van-Dunen ter recebido de Roelof Botha uma mensagem para o presidente José Eduardo dos Santos, exprimindo a «boa vontade» do governo de Pretória «na resolução do conflito», bem como o reco-

hecimento de ambas as partes da necessidade de realizar em breve novo encontro quadripartido, ou seja, incluindo representantes de Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos da América, para dar seguimento às negociações iniciadas em 3 e 4 de Maio na capital britânica.

Negociações a que mais cedo ou mais tarde terá de juntar-se a SWAPO, enquanto representante legítimo do povo namibiano, uma vez que não restam grandes dúvidas de que a independência da Namíbia é um passo essencial, e porventura o primeiro passo, para a resolução pacífica dos problemas da África Austral.

De resto, é de admitir que o interesse sul-africano em negociações directas com a parte angolana tem como objectivo discutir as bases da independência daquele território, na medida em que a África do Sul não deixará de querer garantias de que a Namíbia não venha a ser utilizada como base do Congresso Nacional Africano (ANC) para acções armadas contra o regime de *apartheid*. Garantias que de algum modo visam escamotear, tanto para consumo interno como externo, o facto do ANC desenvolver essencialmente a sua actividade anti-*apartheid* na própria África do Sul.

Esta questão poderá igualmente ser utilizada por Pretória como moeda de troca para o termo do seu apoio à situação esteja já bastante definida com a total subalternização do grupelho de Jonas Savimbi e a sua perda de credibilidade.

## O MPLA diz não à partilha do poder

Está excluída qualquer hipótese de que o actual processo de conversações venha a resultar numa partilha do poder em Angola entre o MPLA e a Unita — afirmou na passada sexta-feira Silas Cerqueira, da presidência do Movimento Português contra o Apartheid, em conferência de imprensa realizada em Lisboa para dar a conhecer os resultados da sua recente estada de doze dias na República Popular de Angola, onde foi recebido por vários dirigentes, entre os quais o presidente José Eduardo dos Santos e o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha.

Segundo Silas Cerqueira, a atitude do MPLA para com a Unita baseia-se no prosseguimento da política de clemência, estando aberta a possibilidade de reintegração dos seus elementos na sociedade angolana através de uma amnistia.

Na ocasião, aquele responsável do MPCA considerou contrário aos interesses de Portugal a falta de clareza e a ambiguidade que portugueses ligados a instituições de soberania alimentam em relação a Angola e as facilidades propagandísticas e logísticas de que a Unita beneficia no país, alertando para as dificuldades daí inerentes para o aprofundamento da cooperação com Angola.

Silas Cerqueira fez ainda notar a «alteração qualitativa» da situação na África Austral representada pela realização das conversações quadripartidas, em que Angola pretende uma solução assente na independência da Namíbia com bases nas re-

soluções da ONU, na retirada incondicional das tropas sul-africanas de Angola, em garantias de não-ingerência nos assuntos internos angolanos e na retirada escalonada do contingente cubano.

Embora considerando difícil fazer previsões sobre um possível acordo, Silas Cerqueira manifestou-se optimista quanto a uma solução a curto prazo, ainda que alertando para o facto de tal depender de várias circunstâncias, nomeadamente na conjuntura norte-americana. Na sua opinião para a realização das actuais conversações foi determinante a derrota sofrida pelas forças sul-africanas no Cuito-Cuanavale, que alterou a favor de Angola a correlação de forças.

Silas Cerqueira não afastou no entanto a possibilidade de se virem a verificar «novos surtos» da actividade militar da África do Sul em Angola e alertou para a preparação em círculos dos EUA de uma solução alternativa para a Unita a partir da base de Kamina, no Zaire.

Recorde-se a propósito que os EUA têm estado a trabalhar activamente na reactivação daquela base, o que serve não só os seus interesses de penetração na zona como também a possibilidade de manutenção da Unita enquanto factor de desestabilização de Angola.

De referir ainda que Silas Cerqueira situou as actuais conversações na África Austral no contexto internacional de negociação dos conflitos regionais, mas rejeitando comparações deste processo com o do Afeganistão. A única semelhança que existe, disse, é que «o nome de ambos os países começa por A».

# Sanções a Pretória propostas nos EUA

O senado norte-americano vai apreciar um breve projecto-lei sobre a aplicação de sanções económicas ao regime racista de Pretória, informou a semana passada o senador Edward Kennedy. O referido documento propõe a introdução de um embargo praticamente total ao comércio com a África do Sul (com excepção de algumas matérias-primas com importância estratégica), a proibição de investimentos de capitais norte-americanos na economia sul-africana, bem como a proibição de concessão de novos créditos a Pretória.

O projecto-lei prevê ainda o fim da ajuda à África do Sul na implementação do seu programa nuclear e a cessação da «cooperação e contac-

tos» entre os departamentos militares e de espionagem dos dois países.

Segundo o senador Kennedy, o projecto, a ser aprovado, porá termo ao apoio do *apartheid* por parte dos EUA.

De salientar que legislação análoga foi apresentada para análise da Câmara dos Representantes, após o respectivo comité para os Negócios Estrangeiros o ter aprovado por 27 votos a favor e 14 contra. Segundo o congressista Ronald Dellums, democrata, será fundamental que a Câmara dos Representantes consiga aprovar o documento por maioria de dois terços, de modo a impedir que o mesmo venha a ser vetado pelo presidente Reagan, que já em 1986 se opôs às sanções limitadas contra Pretória aprovadas pelo Congresso.

A questão do apoio das potências ocidentais à África do Sul esteve de resto em destaque a semana passada, em Washington, onde o arcebispo Desmond Tutu acusou políticos como Reagan, Thatcher ou Kohl de defenderem, apolarem e

estimularem o regime de *apartheid*, o que permite a sua sobrevivência.

Segundo Desmond Tutu, que falava num encontro com o candidato à presidência dos EUA, Michael Dukakis, as investidas retóricas contra o *apartheid* não visam mais do que encobrir o facto de eles serem os mais influentes aliados de Pretória.

As declarações do arcebispo sul-africano provocaram um forte desgosto na Casa Branca que, através do conselheiro Marlin Fitzwater, as classificou de «caluniosas».

Acontece, no entanto, que os factos dão razão a Desmond Tutu. Um relatório do Departamento Geral de Estatísticas do Congresso agora divulgado em Washington confirma que 188 companhias norte-americanas actuam na África do Sul e que 82 por cento da exportação sul-africana vai para os EUA, Grã-Bretanha, RFA, França, Itália e Japão. Nenhuma daquelas companhias, refere o relatório, tenciona diminuir a sua actividade na África do Sul.

«Inúmeras vezes o PCP alertou os trabalhadores para o perigo que representava para eles o trabalho extraordinário como regra — na prática o prolongamento do horário de trabalho. É justamente isso que o governo procura agora legalizar com o projecto de decreto-lei acerca da duração de trabalho, em apreciação na Câmara Corporativa.

Como outros, também este Decreto-Lei está cheio de pontos, parágrafos e alíneas (e também de lindas palavras) mais ou menos favoráveis aos trabalhadores, mas logo outros pontos, parágrafos e alíneas anulam os anteriores. Num lado, «considera-se desejável iniciar entre nós uma política de redução dos limites máximos dos períodos normais de trabalho...» para logo a seguir se dizer que «o INTP pode autorizar a redução ou a própria dispensa dos intervalos de descanso...». Noutro lado, «estabelece-se que os turnos devem, na medida do possível, ser organizados de acordo com os interesses e preferências manifestados pelos trabalhadores...», mas logo se atribui «às empresas liberdade para organizar os turnos pela forma que lhes parecer mais conveniente»...

O projecto é um lauto banquete que o governo procura oferecer ao patronato... O caminho a seguir é defender a todo o preço o horário das 8 horas e intensificar o combate em todos os sectores de trabalho pela conquista da semana de 44 horas.»

(«Alerta Trabalhadores» — «Avante!», VI Série, n.º 429, Maio 1971)

**AVANTE!**

«Depois de terem sugado o sangue de várias gerações de mineiros, os exploradores da Companhia das Minas de S. Pedro da Cova preparam-se para lançar à rua e ao desemprego cerca de mil mineiros.

A notícia do próximo encerramento das minas veio ainda patentear outra revoltante realidade: S. Pedro da Cova era um feudo da Companhia das Minas de Carvão. Os seus domínios estendiam-se desde as habitações ocupadas pelos mineiros até à água e à electricidade que abastecem toda a terra e mesmo às colectividades ali existentes...»

(«Pão ou trabalho!» — «Avante!», VI Série, n.º 416, Maio 1970)

ANO 19 - Nº 1 - Maio 1988 - Nº 272 - Órgão do PCP - Preço: 100

Publicador de todos os países: UNE-UNOSI

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Bem presente está ainda o slogan, lançado aos quatro ventos há três anos, do chamado «capitalismo esclarecido». Era ouvir ministros e secretários de Estado, deputados e representantes do grande capital, tecnocratas do governo e tecnocratas dos monopólios, seguidos por teóricos oportunistas de direita e de «esquerda», falando de «forças novas», «ascendentes» e «progressivas», fazendo campanha pela «liberalização» do condicionamento, a fim de que, diziam eles, essas mesmas «forças» pudessem ter possibilidades de se afirmar.

Nos seus documentos, na sua imprensa e na sua rádio, o PCP mostrou como o chamado «capitalismo esclarecido» mais não era do que uma nova máscara dos monopólios. (...)

Entretanto, em vários sectores a entrada foi efectivamente «liberalizada». Na cerveja duas novas fábricas foram autorizadas, nos cimentos duas novas fábricas estão a ser construídas. Nos petróleos uma nova refinaria vai surgir. E quem são essas forças «novas», «ascendentes» e «progressivas»? Nas cervejas o Conde de Caria e o grupo Espírito Santo associado a um poderoso grupo estrangeiro... Nos cimentos o senhor Manuel Queiroz Pereira e o grupo Espírito Santo; os senhores da SOMAPRE... Nos petróleos o grupo CUF associado com a SONAP...»

(«As forças «novas»...» — «Avante!», VI Série, n.º 453, Maio 1983)



■ **Domingos Mealha**

# Governo prepara a todo o gás regabofe das privatizações

Com o actual Governo PSD/Cavaco Silva, a ofensiva política, ideológica e económica contra o SEE reacendeu-se e exacerbou-se, integrando-se numa campanha mais ampla que, como concluiu o Comité Central do PCP, «conduzirá, a não ser sustida, a gravíssimas alterações institucionais e estruturais contrárias à Constituição e que representarão uma verdadeira subversão do regime democrático». Este alerta, contido na declaração final do Encontro sobre o sector empresarial do Estado que o PCP realizou no dia 14 no Barreiro, é acompanhado por um apelo aos trabalhadores portugueses, em especial os do SEE, e às forças democráticas para que, com a sua acção e a sua luta, prossigam, «nas novas condições geradas pela ofensiva do Governo PSD/Cavaco Silva», o combate em defesa de um vector de economia que tem importância determinante para o progresso do país, o bem-estar do povo e a independência nacional.

Considerando as nacionalizações e o sector empresarial do Estado que elas geraram como resultado directo do processo de transformações económicas e sociais operadas em Portugal na sequência da revolução de Abril de 1974, os participantes no encontro fizeram uma caracterização actualizada do sector empresarial do Estado.

Particular destaque tiveram as referências à política de restauração monopolista levada a cabo desde 1976 por sucessivos governos de direita e que teve como traço caracterizador dominante uma ofensiva global contra as nacionalizações — bem como contra a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores — e que, como se afirma na declaração final do encontro, «se veio a transformar numa verdadeira cruzada de espoliações e de centralização forçada em favor do grande capital, com gravíssimas consequências na situação económica e financeira das empresas do SEE e que constituiu a principal causa da crise económica e financeira que então se abateu sobre o país».

## ○ ladrão que grita «Agarra...!»

A grave situação criada por tal política às empresas públicas tem servido ao longo dos anos como pretexto para semear na opinião pública um estado de espírito adverso ao sector empresarial do Estado e preparar ideologicamente o seu

desmantelamento inconstitucional.

Bem vistas as coisas — e o encontro do PCP foi mais um importante contributo para que as coisas sejam bem vistas —, a campanha privatizadora assemelha-se bastante à mais que batida cena do larápio que grita «Agarra que é ladrão» para distrair as atenções e entretanto pirar-se do local do crime com o espólio arrecadado.

As nacionalizações abrangeram directamente 254 empresas de sectores-chave (banca, seguros, siderurgia, adubos, cimentos, refinação de petróleo, construção naval, meta-

lomecânica pesada, transportes, energia) e implicaram a participação em muitas centenas de outras empresas.

Este foi, como afirma a resolução, «um profundo golpe» para as forças reaccionárias e o sistema capitalista: apeados do poder político pela revolução, os grupos monopolistas que sustentavam o fascismo perderam o controlo dos sectores básicos e estratégicos da economia.

O Estado democrático, entretanto, passou a ter no SEE um «sector determinante e potencial motor da recuperação e do desenvolvimento económicos — sem que isso significasse a eliminação da iniciativa pri-



## Encontro do PCP apela à luta em defesa do SEE

vada, antes dando a esta novas oportunidades e possibilidades de se alargar em múltiplos outros sectores, libertando-a do jugo do capital financeiro monopolista».

Estava aberto o caminho — com as outras transformações revolucionárias — para a democratização económica e social do país, para o desenvolvimento planificado e independente da economia nacional e para a satisfação dos mais justos anseios e das mais sentidas necessidades do povo.

Só que, como se lê na declaração, «a análise objectiva dos últimos 13 anos de vida política e económica portuguesa (1976-1988) re-

vela que o caminho seguido pelos vários governos e pela política de direita em relação ao SEE foi exactamente o inverso»; daí resulta a tal situação grave de muitas das EPs.

Chegados a este ponto, parece que bastaria gritar «Agarra...!» (ou algo do género, como «A culpa é das nacionalizações!») para distrair a opinião pública, fazer o regabofe das privatizações, reconstituir os grupos económicos e contar com o poder assim conseguido para intensificar ainda mais a exploração dos trabalhadores.

## Quimigal Setenave Siderurgia: 170 milhões

Dois dias antes do encontro, o Governo anunciou que vai assumir parte do passivo (até 170 milhões de contos) da Quimigal, da Setenave e da Siderurgia Nacional, no quadro de «reestruturações»...

Logo acorreu o prestimoso «Correio da Manhã» a gritar garrafalmente que «Passivo de EPs sai-nos do bolso» e a explicar, para quem lê mais que os títulos, que este é «um gesto importante para reequilibrar financeiramente o sector empresarial do Estado», que até há uma lei pendente na AR que vai permitir transformar as EPs em empresas de economia mista, que os tais 170 milhões de contos até não serão suficientes para «desafogar as contas» daquelas empresas públicas, e que estas medidas, afinal, são «o primeiro passo, antes que seja legalmente possível avançar para a etapa seguinte».

Claro? Nem por isso, mas isto são daquelas coisas que não interessa muito esclarecer, ou lá se vão por água abaixo as teorias privatizadoras. Por isso é que nem vale a

pena ouvir o que dizem os trabalhadores daquelas empresas, não é?

Nessa mesma quinta-feira, por exemplo, os organismos representativos dos trabalhadores da Setenave deram uma conferência de imprensa em que demonstraram as responsabilidades de sucessivos governos de direita no facto de as potencialidades do estaleiro estarem subaproveitadas. Por culpa dos governos — recordam num folheto distribuído à população — a Setenave não construiu 4 docas flutuantes, 5 navios Panamax, componentes de navios para a Suécia e 9 navios para a Polónia.

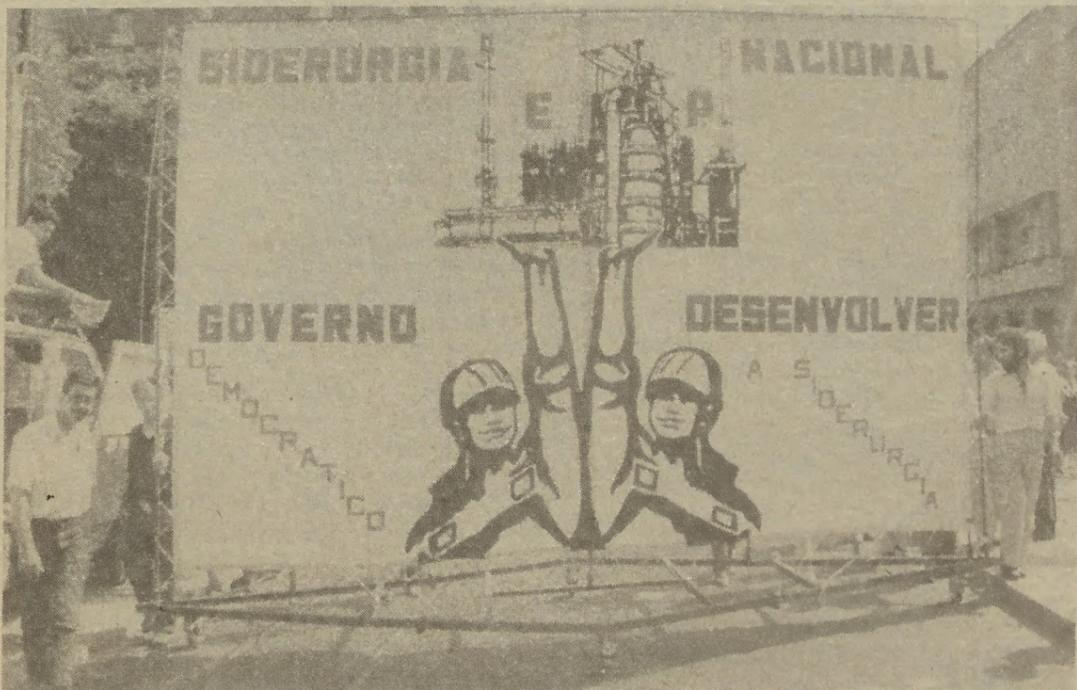
E disseram mais, as ORTs da Setenave: que os trabalhadores estão há 30 meses sem actualização salarial, que de Janeiro de 1981 a Dezembro de 1987 foram destruídos 2082 postos de trabalho, que o Governo se prepara agora para despedir mais 2 ou 3 mil pessoas.

Do caso da Setenave se falou também no encontro do PCP sobre o SEE, para lembrar, nomeadamente, que a situação financeira da empresa tem causas que remontam a 1973 e que foram depois agravadas com, por exemplo, o recurso forçado ao capital estrangeiro.

Agora, que o Governo prepara a entrega ao capital privado, surge a assumpção de parte do passivo. Mas, como revelaram os trabalhadores da Setenave, há mais: os armazéns estão cheios como nunca, pinta-se carpintarias e oficinas...

«Até os fornecedores de tintas estão admirados — disseram ao «Avante!» membros dos ORTs. — Entrou mais tinta em 2 meses na Setenave que nos dois anos antes!».

Evidentemente, que não se prepara nenhuma entrega de bens públicos ao capital privado — diz o Governo como se tivesse razão. E vem com toda aquela propaganda do «capitalismo popular», a conven-



Desenvolver a Siderurgia Nacional tem sido uma exigência permanente dos trabalhadores e do PCP. Os governos têm preferido, contudo, dar ouvidos às exigências da CEE no sentido da limitação da produção siderúrgica nacional, mesmo sabendo que Portugal é, na Comunidade, o único país que produz apenas metade do aço que consome. Enquanto está há anos encaixotado material no valor de 40 milhões de contos que permitiria uma modernização significativa da SN, a «reestruturação» do Governo aponta antes de mais para o despedimento de 2 mil trabalhadores



A marinha mercante dispõe actualmente de apenas um quarto dos navios que possuía em 1974; mas 90% das nossas trocas comerciais são feitas por via marítima, o que obriga o país a dispendir anualmente dezenas de milhões de contos em fretes e afretamento de navios. Ao longo destes anos, e apesar das encomendas, nunca a capacidade dos estaleiros da Setenave esteve completamente aproveitada; além disso, apenas 3 das construções ali realizadas vieram integrar a frota da marinha mercante nacional. Agora o Governo, fazendo ouvidos moucos às propostas dos trabalhadores, avança com uma «reestruturação» que apenas tem por finalidade entregar a empresa, sem trabalhadores, sem dívidas e com os armazéns recheados, ao capital privado (com José Manuel de Melo à cabeça)

cer o Zé de que, comprando umas acções, ficamos todos patrões.

Não diz o Governo, evidentemente, é que, como se recordou no encontro do PCP, basta deter 22% do capital para dominar os negócios de uma grande empresa no Reino Unido; nos EUA — 10,7%, em França — 35%.

Muito mais há a dizer sobre a situação no sector empresarial do Estado, nesta batalha para repor a verdade e exigir que se defenda, reestruture e dinamize o SEE de acordo com os interesses do desenvolvimento independente do país e o bem-estar dos trabalhadores e do povo.

Muito mais se disse no Encontro que o PCP realizou na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal (que, ela própria, só é Casa da Cultura por iniciativa e com o esforço dos trabalhadores). Limitados no espaço destas páginas, deixamos apenas uma referência a algumas intervenções que, para além das que trouxeram ao encontro a experiência viva dos comunistas e dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, merecem a atenção de quem se interessa a sério pelos problemas e quer trabalhar para os resolver. Falamos, por exemplo, da intervenção de Gorjão Duarte sobre o processo de liberali-

zação e de privatização à escala internacional; da intervenção de Joaquim Pina Moura no encerramento; e de António Andrez na abertura; da intervenção de José Cruz Lara sobre Bolsa, acções, títulos de participação e democratização do capital; da intervenção do sector bancário sobre limitações impostas à banca nacionalizada e pública... Bom, e temos que referir também o documento base do encontro, «SEE — elementos para uma caracterização».

No encontro participou o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Partido. Na mesa estiveram ainda António Andrez e Sérgio Teixeira, do CC, Gorjão Duarte e Pina Moura, suplentes do CC; Carlos Humberto, do Secretariado e do Executivo da DORS; Octávio Teixeira, deputado à AR; António Quintas, dirigente sindical; Jorge Martins, do Secretariado e do Executivo da Concelhia do Barreiro e camaradas de células de empresas públicas, nacionalizadas e participadas.

Além da declaração final, o encontro aprovou ainda uma moção contra o projecto de Lei de Bases da reforma agrária do Governo e de solidariedade para com os trabalhadores das UCPs e cooperativas; foi aprovada também uma moção sobre o XII Congresso do Partido. ■

## Intervenção de Octávio Pato

# Continuaremos a lutar em defesa do SEE e de Abril

### As cobiçadas EP's

(...)

«Apesar dos 12 anos de ofensiva destruidora, o peso do sector económico do Estado mantém-se no essencial.

A título de exemplo, e só para as EP's da área não financeira, vejamos os seguintes números relativos ao fim do ano de 1986:

- Tais EP's contribuíram com 13,3% para o Produto Interno Bruto; o que só por si explica por que são tão cobiçadas pelo sector privado do grande capital;
- Elas participam com 14,9% para o investimento total em capital fixo, o que prova bem a razão da nossa afirmação de como podem e devem ser o motor do desenvolvimento do País ao serviço do povo português;
- Empregam 4,5% da mão-de-obra nacional (ou seja, 182 900 trabalhadores, que se alargam para 300 000 se se considerar o sector empresarial do Estado em toda a sua extensão); e não se julgue que é uma mão-de-obra qualquer. É a mais especializada, a melhor qualificada profissionalmente, a mais apta e produtiva, que não pode ficar com o seu futuro ameaçado por uma qualquer anticonstitucional e antieconómica onda de privatizações.

Estas EP's são as mais produtivas do conjunto da economia nacional. A sua produtividade é três vezes superior à média da produtividade nacional. O que só por si leva à contestação que os alegados prejuízos nalgumas das empresas sejam por elas estarem... nacionalizadas! As causas têm naturalmente de se ir procurar na política de direita de sucessivos governos contra a consolidação e existência do próprio SEE, conforme outras intervenções já o explicitaram.»

### Abril está vivo e luta

(...) «Não será descabido lembrar, que após a vitória eleitoral do PSD e a derrota das forças democráticas em 19 de Julho, boa parte dos democratas, e até muitos comunistas, ficaram politicamente desmoralizados ou descrentes, e não foram poucos os que «baixaram a cabeça». Para as forças da direita (e para não poucos democratas), o 19 de Julho foi considerado como a vitória definitiva da direita, o fim inevitável da Constituição, o enterro do 25 de Abril e das suas conquistas.

Não foi essa a análise feita pelo PCP. Três dias após as eleições, o Comité Central reuniu, e concluiu, que a vitória eleitoral do PSD se devia a causas conjunturais, que «a direita

ganhou as eleições de 19 de Julho, mas não ganhou o povo contra Abril».

Hoje, ninguém contesta essa análise que só o PCP fez, (e ninguém é capaz de contestar o grande movimento de massas, assim como a galopante perda de apoio social e político por parte do Governo PSD/Cavaco Silva). Mas o que muitos procuram esconder e escamotear é que este impetuoso movimento de massas, este grande «levantar de cabeça», não se deve apenas ao descontentamento gerado pela política antipopular do Governo; deve-se, sobretudo, à classe operária e aos trabalhadores que são e continuarão a ser a força mais combativa e mais dinâmica da sociedade portuguesa, e que, através das suas acções de massas, catalisou e impulsionou a luta de outras camadas sociais; deve-se à elevada consciência de classe dos trabalhadores, organizados nas suas CT's, nas ORT's e nos sindicatos unitários, à frente dos quais se encontra a grande central sindical CGTP; deve-se, acima de tudo, ao grande PCP, como força de vanguarda e principal força dirigente dos trabalhadores e força determinante do regime democrático conquistado pelo 25 de Abril.

Com o PCP à frente, os trabalhadores e os democratas mais consequentes, não capitularam nem cruzaram os braços ante a vitória eleitoral do PSD. Não capitularam e não capitularão ante a ofensiva do grande capital contra as empresas nacionalizadas do SEE, contra a Reforma Agrária, contra a Constituição e os direitos dos trabalhadores.

Se é certo que a Revolução de Abril foi uma Revolução inacabada e que a contra-revolução deu grandes «machadadas» nas suas conquistas, também é certo que Abril não morreu, está vivo e luta.» (...)

«Para corresponder à crescente oposição à política do Governo e aos grandes sentimentos unitários das massas populares, a luta dos trabalhadores e democratas sem partido, a luta do PCP e dos demais partidos democráticos não pode confinar-se à oposição à política e aos desígnios do Governo, terá de se orientar também para a necessidade urgente de procurar plataformas de entendimento com vistas a uma alternativa democrática.» (...)

### PCP: intensa actividade

«As forças de direita e os anticomunistas de todos os quadrantes sabem que a coesão e a unidade dos comunistas têm sido uma força poderosa. E sabem que a sua rotura ou enfraquecimento, seria uma grande vitória da reacção e dos inimigos do socialismo.

É por isso que assistimos a uma feroz campanha em que predomina a manipulação, a desinformação, a intriga e a mentira. Campanha onde se promove, se elogia ou se homenageia tudo e todos os que, por qualquer forma, dizem ou fazem algo que sirva para alimentar essa campanha. Para alguns, não será descabido lembrar a frase do revolucionário August Bebel, companheiro de luta de Karl Marx: «Se o inimigo da classe operária te elogia pensa no disparate que terás cometido.» (...)

«Apesar da desenfreada campanha contra o Partido e da dispersão de energias que ela provoca, assiste-se a uma significativa dinamização da actividade do PCP em todas as suas organizações.

A realização dos encontros nacionais do Partido sobre as Pescas, sobre a Saúde e sobre os Problemas da Agricultura; a realização deste grande Encontro sobre o SEE; os próximos encontros nacionais sobre o Ensino, sobre a CEE, sobre a Segurança Social, sobre o Poder Local, sobre o Sector Automóvel, sobre a Independência Nacional, sem falar nos variados encontros já realizados ou programados de âmbito distrital ou regional; sem falar nas assembleias de organização, plenários e grandes encontros de quadros do Partido, na dinamização da CDU — e tudo isto envolvendo muitos milhares de militantes, — são exemplos demonstrativos da intensa actividade do Partido.

Todos estes encontros constituem importantes contributos no aprofundamento da realidade nacional e nos trabalhos preparatórios do Congresso do Partido. A campanha da comunicação social contra o Partido silencia quase completamente esta intensa actividade partidária.

O Partido esforça-se para mobilizar todas as suas energias para vencer deficiências, para dinamizar mais e mais a actividade do Partido e a luta popular. Na sua recente reunião, o Comité Central apela aos membros do Partido sem excepção para que intervenham em todos os aspectos da vida partidária.

O Partido é, incontestavelmente, a grande força dinamizadora da luta popular. Os grandes encontros já realizados este ano e os que estão programados ainda este mês e nos próximos meses, a grandiosa festa do «Avante!», a realizar em Setembro, são bem indicativos da enorme capacidade do Partido e dos seus militantes.

E, para além de tudo isso, realizaremos o XII Congresso do PCP, que está causando grande expectativa. Uma expectativa de esperança para os comunistas e todos os seus amigos e aliados, e de confiança de que dele o PCP saia reforçado, coeso e com capacidade e forças acrescidas.» ■

■ Henrique Custódio

# AÇORES (3)

## Quanto do teu mar são lágrimas de Portugal

A ilha Terceira pertence ao Grupo Central do Arquipélago dos Açores. É lá que os EUA têm a sua base das Lajes cercada de redes e de «marines» e que na Praia da Vitória (a cidade na orla da base americana) o Governo Regional construiu um gigantesco porto de mar onde vão caber porta-aviões norte-americanos mas não se vislumbra que interesse terá para as nossas débeis marinhas — isto enquanto os pescadores da Região continuam a clamar por melhores portos ou, ao menos, arranjos que dêem condições mínimas de segurança aos existentes. É precisamente a falar de portos, pescadores e outras pescarias que iremos terminar o conjunto de trabalhos que realizámos nos Açores, quando da nossa breve passagem na Região a propósito da 3.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, nos passados dias 16 e 17 de Abril.

A Freguesia de S. Mateus da Calheta possui um dos dois portos dos Açores donde se partia para a caça à baleia (o outro é na ilha do Pico). Integrado no Concelho de Angra do Heroísmo, constitui o porto piscatório mais importante da Terceira, facto de que o visitante não desconfiará, ao deparar com uma pequena baía encostada à estrada que vem de Angra, cuja saída para o mar se faz por uma nesga entre

começa e acaba daquela maneira: a empurrar toneladas de barcos pelo cimento.

Mas há outras coisas surpreendentes, no porto de S. Mateus da Calheta. Basta lá entrar...

### Varados no cimento

A própria entrada tem o seu quê de intrigante. Imaginem uma língua

de empedrado a sair de repente da estrada e a descer, com uma largura de 10 ou 12 metros, entre um pequeno muro nascendo das águas da baía e uma fieira de casas que depois se descobre serem duas tascas onde já chegou o plástico, o balcão frigorífico e a máquina de café de dois grupos. Parece uma rua, mas descendo-a um pouco, apercebemo-nos que desemboca num largo que se estende até ao quebra-mar; ali, alinhados sob o cimento como num desfile de inspecção, descobrimos então dezenas de barcos de pesca, à espera de serem mais uma vez arrastados até ao extremo do largo onde, à esquerda e quase encostada ao molhe, se encontra a rampa de acesso à água do porto. Quanto ao acesso à água do mar, esse só através de nova nesga entre os molhes que cinturam a baía, o que levanta dois problemas: não roçar com os cascos nas rochas que há anos a asso-reiam, nem espetar o barco num dos paredões dos molhes.

Isto, que nos pareceu problema bastante para fazer do porto de S.

Mateus da Calheta uma aventura permanente, é considerado pela generalidade dos quase 200 pescadores que o utilizam como uma fatalidade com outras dificuldades à frente. Interpelando-os — primeiro junto aos barcos onde tratavam dos equipamentos com a tranquila precisão de quem tem muito tempo para esperar, depois nas tascas, onde os copos são bebidos gole a gole e muitas miradas para os lados do mar — ficámos a saber de algumas.

### O esguicho dorsal

No café do senhor Brasil de Freitas (que mais tarde fez questão em

posar para a fotografia, ao lado dos pescadores) fomos encontrar um velho arpoador de baleia, Mateus Silveira, o pescador José Veríssimo Vieira e o vendilhão de peixe, Jacinto Silveira de Sousa. Acompanhá-los o camarada José da Silveira Brasil, também pescador e que esteve conosco em toda a volta na Terceira.

A reserva inicial desfez-se quando nos sentámos à mesa, à beira duma cerveja — gesto talvez iniciático, pois teve o condão de desatar a conversa e conduzir-nos de repente para o alto-mar, numa interminável discussão sobre a caça à baleia, as suas zonas vulneráveis, as diferentes maneiras como rea-



Mateus Silveira (à esquerda), velho veterano da caça à baleia, escutava com irónica altivez as contraposições de José Veríssimo Vieira, também pescador mas mais novo e, portanto, que não percebia nada «de esguichos dorsais rosados de sangue»



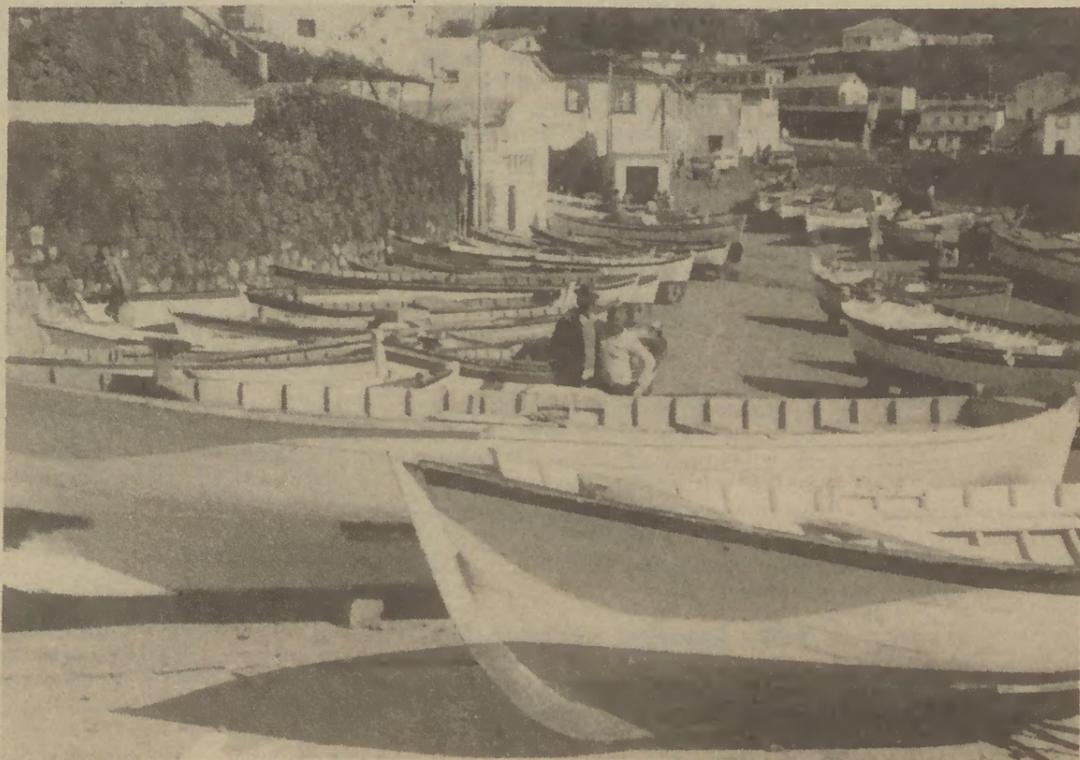
Estes são os cubículos de madeira onde os pescadores de S. Mateus guardam os apetrechos. O velho sonho é ter arrecadações em tijolo e casas de banho



Fomos encontrar os pescadores de S. Mateus da Calheta a tratar dos apetrechos com a tranquila precisão de quem sabe que tem demasiado tempo para ficar à espera. E não só que o mar melhora de felção...

dois molhes de pedra negra, mais parecendo um ancoradouro de amorismo náutico, exercido nos fins-de-semana a céu limpo e mar raso. Todavia é dali que partem quase 80 embarcações para a faina, reentrando muitas horas depois carregadas de goraz, cherne, abrótea, moreia, rocaz... que são rapidamente arrematados por preços de saldo, se comparados com os que nos deparamos nas bancas das praças e supermercados deste País. Mas isso são histórias para esmiuçar lá mais à frente.

A primeira surpresa surge com o ancoradouro: não existe. Os barcos (de 12 metros, chamados de «boca aberta») estão varados no cimento da plataforma que se debruça na baía, para onde foram arrastados da água, puxados quase a pulso e escalando uma rampa também de cimento. Quando soa a hora de voltar à faina, são de novo arrastados para a água, sempre rolando sobre troncos, como nas toscas recriações «bíblicas» do Cecil B. de Mille. Só que não é fita, embora possua algo de faraónico na brutalidade das condições de trabalho, que sempre



Varados no cimento, dezenas de barcos aguardavam como que perfilados num desfile

giam ao arpão, o esguicho dorsal rosado de sangue como sinal de que a morte se aproximava, o perigo do espadanar da cauda, a majestosa flatulência da morte que mantinha à deriva o animal — uma montanha de carne a ser rebocada para o porto. «All em frente aos molhes — apontava Mateus Silveira, olho esbraseando saudades — chegava a parecer um arquipélago de baleias, tudo à espera de ser levado para a descarna!»

Mas a caça à baleia é já só uma memória. Hoje, a pesca lança a linha e a rede a outras espécies, enrolando-se em dificuldades diferentes.

### «Bate nas pedras do fundo»

O porto é a raiz de vários problemas. O melhoramento dos molhes (mal concebidos, segundo a opinião generalizada, dificultando seriamente as manobras de saída e entrada), a construção de barracões em alvenaria que substituam os cubículos de madeira onde os pescadores guardam os apetrechos, o desasso-



Vista parcial da Ilha Terceira, na zona da Base das Lajes

reamento da baía («se um barco com mais de 12 metros aqui entra com pescado, não pode encostar se não bate nas pedras do fundo») e a criação de casas de banho com duchas, são as reivindicações mais prementes dos 170 pescadores no activo, do porto de S. Mateus da Calheta. A consciência da responsabilidade do Governo Regional no eternizar desta situação manifesta-se no encolher de ombros fatalista, que se resume na frase do «quem se lixa é o mexilhão» e na convicção de que «os que mandam estão-se nas tintas para os pequenos, sempre assim foi e será». Mas se este descontentamento ainda não se organizou ao nível da luta que rebenta com todos os «sempre assim foi e será», uma coisa é certa: Mota Amaral e o seu executivo já não iludem os pescadores de S. Mateus.

Lembrámo-nos, entretanto, do que ouvimos na Assembleia de Organização do Partido, em Ponta Delgada, onde se afirmara que a generalidade dos portos de pesca dos Açores apresentam deficiências, com relevo para os que servem a pesca artesanal. E as falhas

encontram-se quer a nível de qualidade, de concepção ou, ainda, de opção. Havia, inclusivamente, referências aos barracos podres, à falta de casas de banho, ao assoreamento da baía e à má concepção dos molhes de S. Mateus — definido, juntamente com Praia da Vitória, como o mais importante porto da Terceira (em Praia da Vitória foi entretanto construído um porto gigantesco, obviamente para servir os interesses militares norte-americanos).

### Andam a gozar com a gente!

Mas os pescadores de S. Mateus da Calheta têm outras queixas. O camarada José da Silveira Brasil fez questão de nos mostrar um outro porto — o das Cinco Ribeiras, a poucos quilómetros de S. Mateus — onde o executivo de Mota Amaral decidiu construir casas de banho, balneários e arrecadações para servir «pescadores de fim-de-semana», gente que tem outras ocupações e, até, tractores para fazer descer e

subir os barcos na rampa. Clientelas, pois claro... «Parece que andam a gozar com a gente!», ouvimos em S. Mateus.

Se calhar andam... E a ponto de permitirem uma escandaleira tão gritante como a oscilação de preço do peixe, imposta pelos «nabiças», compradores da lota que, pelos vistos, de nabos não têm nada. Só para se ter uma ideia, o preço médio/quilo do cherne, em 1987, foi de 622\$00 em Santa Maria, 837\$00 em S. Miguel, 641\$00 na Terceira, 482\$00 na Graciosa, 301\$00 em S. Jorge, 683\$00 no Pico, 797\$00 no Faial e 404\$00 nas Flores. Socorrendo-nos ainda dos documentos da Assembleia do PCP (donde retirámos os dados anteriores) concluímos que se praticam preços disparatados de ilha para ilha na compra do pescado pelos intermediários, o que fez o PCP afirmar da «necessidade de serem estudadas formas de estabelecimento de preços mínimos de garantia de venda do pescado», dado «impor-se reduzir tão evidentes, abismais e injustas diferenças de preços».

Outra questão levantada pelos pescadores de S. Mateus (e é de notar que as suas queixas, segundo eles próprios, são as de todos os pescadores da Região) diz respeito à falta de qualquer subsídio nos longos períodos em que não se pode ir à pesca. Essa questão foi igualmente abordada pela Assembleia, e citamos, a terminar:

«A política de apoios em matéria de subsídios a actividades profissionais sujeitas a largos períodos de paralisação, como é o caso dos pescadores e dos trabalhadores agrícolas, é híbrida, insuficiente, desconhecida da esmagadora maioria dos potenciais beneficiários e reveste-se muito mais de natureza caritativa do que de um efectivo direito. Na actividade da pesca, o período de mau tempo varia entre Outubro e Março. É muito tempo de inactividade provável e de dificuldades reais para os pescadores e suas famílias. Isto tem que ser reconhecido socialmente como um facto preocupante e, politicamente, exige que os apoios sejam transformados em efectivo direito e definidos os respectivos critérios e subsídios a dar aos pescadores.»

Sendo a agro-pecuária e a pesca as principais actividades económicas da Região e preparando-se a CEE para saquear as águas dos Açores, com este Governo seráfico e incompetente do PSD/Mota Amaral, adensa-se, ainda mais vertiginosamente, o futuro das pescas nos Açores. E não só das pescas... ■



José Decq Mota traçou-nos um quadro rápido, mas preciso, dos principais problemas que afligem os Açores. Ter um Governo Regional que não governa e se limita a gerir, é um desses problemas — e talvez o maior...

## Entrevista com Decq Mota

# PSD/Açores não passa dum governo de gerência

José Decq Mota, deputado do PCP à Assembleia Regional dos Açores e responsável da DORAA do PCP, em breve conversa que manteve com a nossa reportagem no Centro de Trabalho de Ponta Delgada, definiu o Governo PSD/Mota Amaral como «um executivo que não governa — gere, e gere mal, limitando-se à prática de acções que visam a perpetuação no poder». Foi o pontapé de saída para uma informação que, embora rápida, teve tempo de contrapor às incompetências do executivo de Mota Amaral uma apreciação fundamentada da realidade que se vive nesta Região Autónoma.

A questão mais grave nos Açores é a enormíssima falta de perspectivas da economia, começou por considerar Decq Mota, que pormenorizou: Foram postos em causa importantíssimos pressupostos dessa economia, nomeadamente a garantia da colocação de 80 a 85% da produção leiteira no continente (o que foi posto em causa com a entrada na CEE) e ainda da carne verde, que por enquanto continua a ser colocada no continente mas está igualmente ameaçada. Ora a economia da Região, com estes dois pressupostos em causa, fica profundamente comprometida.

Mas havia alternativa, dado o facto consumado da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia? O PCP afirma que sim:

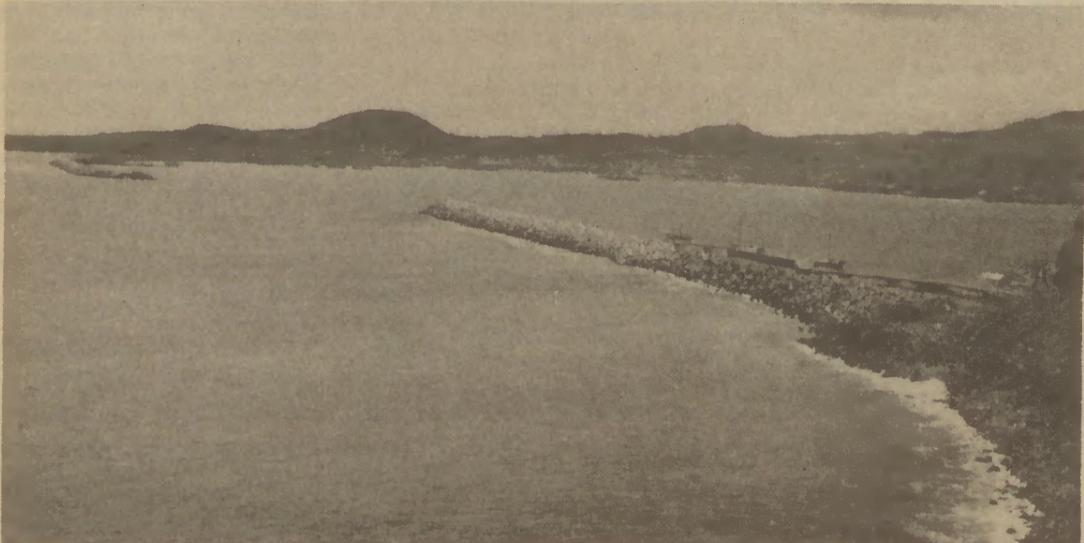
Nós reivindicamos que, sendo líquida a adesão, devem ser previstas medidas e tratamento especial que contemplem estas singularidades da economia da Região Autónoma dos Açores, que, recorde-se, nem sequer conta com as receitas do turismo, como acontece na Madeira. A Espanha, ao entrar para a CEE, teve o cuidado de salvaguardar certos aspectos relacionados com as Canárias, nomeadamente a isenção do IVA e a criação de zonas francas livres...

Entretanto os problemas sociais agravam-se, como tivemos oportunidade de constatar na visita que fizemos ao bairro dos pescadores no concelho da Lagoa, em S. Miguel. Decq Mota esclareceu:

Os problemas sociais agravam-se porque os melos disponíveis nestes últimos anos não foram aplicados no sentido da resolução dos problemas mais agudos, nomeadamente no sector da habitação, como referes no teu exemplo do bairro dos pescadores da Lagoa (situação, aliás, que o PCP denunciou na Assembleia Regional). O grande esforço do Governo Regional em relação à política social foi no sentido de procurar criar nos escalões intermédios da sociedade como que uma classe tampão, que evitasse o progresso das ideias transformadoras. Só que a adopção desta política provocou situações de pobreza (e pobreza extrema, especialmente em S. Miguel) e não evitou o surgimento de um fortíssimo descontentamento generalizado, que urge transformar em força de mudança.

Todavia o executivo de Mota Amaral gaba-se de ter uma boa política financeira, a que não seria estranha a base das Lajes e as contrapartidas financeiras que dela resultariam para a Região. Quase já de saída, José Decq Mota desmontou também esse aspecto:

A política financeira do Governo Regional tem sido, até à data, tecnicamente equilibrada, dado que as receitas próprias da Região, somadas às transferências do Orçamento de Estado e às contrapartidas pela utilização da Região para fins militares estrangeiros, têm propiciado um Orçamento Regional acima das capacidades de realização do Governo. Só que em 1988 a situação modificou-se, pois o Governo Central, de Cavaco Silva, diminuiu drasticamente a comparticipação do Orçamento de Estado e há quem queira diminuir a parte das contrapartidas americanas que vêm para os Açores. Com um défice de sete milhões de contos este ano, pode dizer-se que o «tempo das vacas gordas» acabou. A partir de agora não basta gerir, há que governar. E governar no interesse das populações, caso contrário daqui a meia dúzia de anos a dívida pública dos Açores assumirá a mesma dimensão disparatada que tem na Região Autónoma da Madeira. ■



O novo porto de Praia da Vitória poderá albergar porta-aviões, mas não se percebe em que serve as necessidades (e interesses) nacionais. Entretanto fomos nós que o pagámos...

■ João Chasqueira

## Encontro sobre o desenvolvimento

Um olhar atento  
sobre o presente

**N**a sua busca incessante de encontrar respostas para os graves problemas da região, num claro exemplo de estímulo ao diálogo franco e aberto, os comunistas do Baixo Alentejo acabam de dar mais um testemunho do enorme sentido de responsabilidade que norteia a sua acção na defesa dos interesses da comunidade e da região.

Tratou-se do Encontro subordinado ao tema **Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Beja** realizado no último fim-de-semana nesta cidade, iniciativa que permitiu não apenas dar um notável contributo para uma caracterização exaustiva da situação em todos os seus domínios e respectivo apuramento das causas como ainda para o apontar de soluções para os múltiplos e graves problemas existentes.

No fundo, com a colaboração efectiva de democratas de outras tendências e filiações partidárias, tratou-se de proceder a um diagnóstico e a uma caracterização tão rigorosa quanto possível da situação por forma a encontrar os caminhos que possibilitem criar no distrito uma dinâmica de desenvolvimento económico que inverta a actual tendência de desertificação económica e demográfica, tendo simultaneamente em vista a melhoria das condições de vida das populações.

Ora foi exactamente dentro deste espírito e com estes objectivos que se pronunciaram muitos dos cerca de 300 participantes que se deslocaram à Casa da Cultura de Beja provenientes de todos os pontos do distrito, para enriquecer um debate que se prolongou por mais de seis horas e onde avultaram as intervenções de grande qualidade e valor qualquer que fosse a matéria abordada.

## Existem soluções

Evidenciando uma profunda ligação e conhecimento de todos os sectores e áreas da realidade regional, os perto de sessenta oradores que intervieram nas três secções ao longo do dia puderam assim exprimir pontos de vista e opiniões cujo apuramento constituirá seguramente um valioso manancial de contributos

que uma resposta que se queira criadora e responsável aos inúmeros problemas com que se debate a região não poderá doravante dispensar.

Mas se os problemas são muitos e complexos a verdade é que o Encontro demonstrou inequivocamente que existem no distrito recursos suficientes para implementar uma correcta política de desenvolvimento, não faltando por outro lado as soluções adequadas para cada caso, soluções essas que, no entanto, como a generalidade dos intervenientes tratou de comprovar, não podem deixar de passar obrigatoriamente pelo respeito pela Constituição e pelas formações económicas nela consagradas.

Para este aspecto chamaria designadamente a atenção o camarada José Moreira Rita ao intervir na sessão de encerramento dos trabalhos; ocasião aproveitada para salientar igualmente como uma das

a pensar num futuro  
de progresso

*Não se conformando com a actual tendência de desertificação económica e social da sua região, cuja responsabilidade imputaram à política de direita de sucessivos governos, os participantes no Encontro apresentaram numerosas propostas de solução para os problemas existentes, garantindo que é possível resolver a crise estrutural e abrir caminho para um futuro de progresso e bem-estar*

principais conclusões deste Encontro o facto de ter ficado demonstrado que as diversas classes e camadas laboriosas e suas organizações ao mesmo tempo que dão sinais de aproximação e convergência estão dispostas a empenhar-se num projecto de desenvolvimento.

A própria realização do Encontro nos moldes em que se verificou, acolhendo um amplo e plural leque de opiniões, não pode deixar de ser encarado como um contributo ao diálogo e à desejada aproximação dos democratas na busca de so-

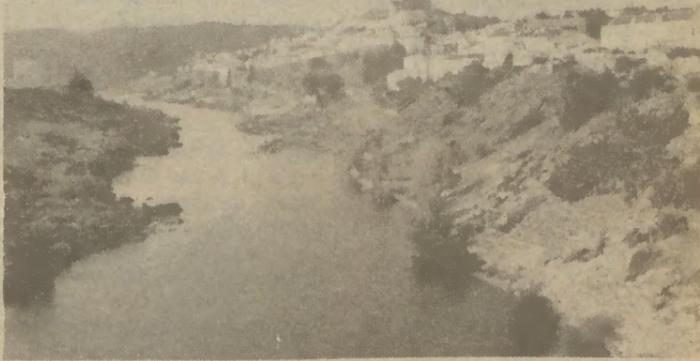
luções que, como salientou António Murteira na intervenção de abertura, «abram amplos e sólidos caminhos de progresso e justiça social».

## As responsabilidades da política de direita

Esta seria de resto uma questão particularmente em foco em várias das intervenções produzidas, esta-

belecendo-se a opinião generalizada de que é com o entendimento dos democratas e das forças democráticas que se podem encontrar as soluções e as políticas necessárias às populações e ao País.

E se em relação ao futuro as opiniões convergem o mesmo se pode dizer relativamente ao passado recente, sendo unânime a posição do Encontro de que a responsabilidade pelo actual estado de coisas cabe inteiramente a uma política errada levada a cabo por sucessivos governos de direita e nomeadamente



## Carta reivindicativa

O Encontro sobre o Desenvolvimento Económico e Social no Distrito de Beja concluiu que **as políticas de direita e social-democrata conduziram o distrito a uma situação de tal modo grave**, conforme documenta a caracterização feita, que se impõem atitudes e medidas adequadas a estancar a tendência de desertificação económica e social, a resolver a crise estrutural e a abrir o caminho para o progresso.

Trinta e oito por cento de analfabetos (38%); vinte e sete por cento de desempregados (27%); vinte e cinco por cento da população com mais de 60 anos (25%) e ausência de formação profissional qualificada, são indicadores que falam por si e dispensam comentários acerca dos resultados a que conduziram a política de direita e social-democrata e as alianças de outras forças democráticas com o PSD e o CDS. O Encontro visa também sensibilizar a

opinião pública, os poderes, as forças democráticas e todos os agentes regionais para a grave situação do distrito de Beja.

**O Encontro rejeita qualquer modelo de «desenvolvimento» que assente na exploração dos trabalhadores e dos agricultores e no baixo nível de vida material e cultural das populações.**

**O Encontro rejeita firmemente o Pacote Laboral e o Pacote Agrícola** (lei do latifúndio/arrendamento rural/emparcelamento/baldios) que a serem aprovados e aplicados agravariam a situação na região, designadamente com a destruição completa das UCPs/Cooperativas, asfixia das explorações dos pequenos agricultores, rendeiros e seareiros, quebra da produção, aumento do desemprego e da instabilidade no trabalho.

O Encontro constata que se faz sentir cada vez mais a ausência de

um **poder regional democrático (regionalização)** e a inexistência de políticas concretas, planificadas e

integradas de desenvolvimento regional.

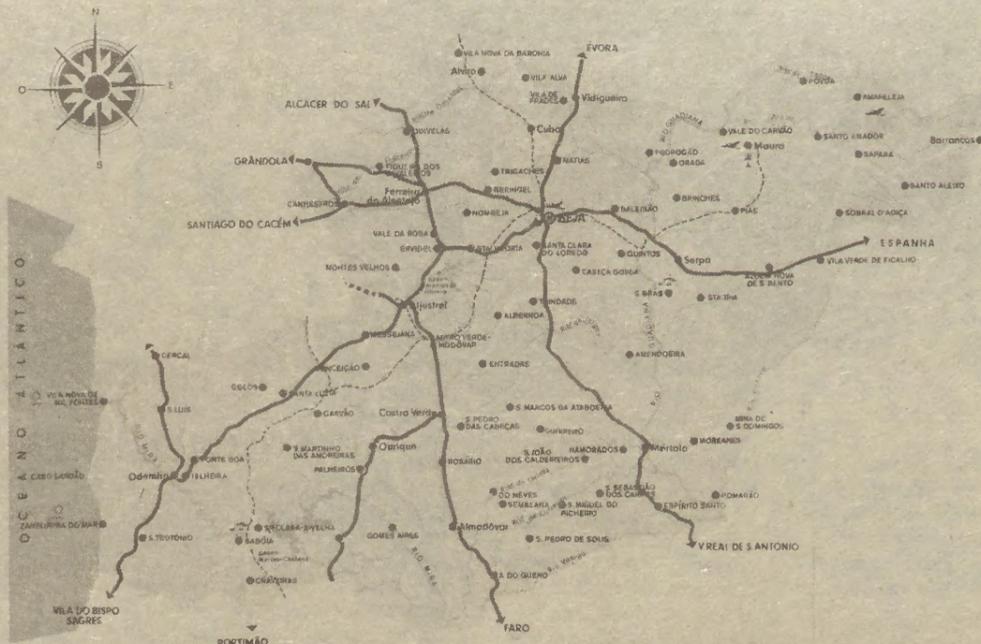
**O tecido social e empresarial**

está de tal forma fragilizado, a estagnação económica é tão acentuada, que se impõe a conjugação de esforços das forças políticas democráticas, do Poder Local, dos Sindicatos, dos agentes sociais, económicos e culturais do distrito, na elaboração de estudos e propostas que possibilitem o aproveitamento dos recursos existentes e a captação de financiamentos nacionais (Estado, sector privado e cooperativo) e comunitários (CEE).

**A coordenação de uma política nacional de desenvolvimento, planificada, divulgada e participada, com objectivos de desenvolvimento regional é fundamental, para que todos os intervenientes possam conhecer e participar nas diversas fases de execução.** ■

(Carta reivindicativa e de intenções aprovada pelo Encontro)

# económico e social do distrito de Beja



pelo de Cavaco Silva, política essa que não tem em conta as realidades socioeconómicas do distrito e que aposta na manutenção dos privilégios do grande capital, dos latifundiários e das transnacionais da CEE.

Para quem teve oportunidade de presenciar os trabalhos não passou despercebida, por outro lado, a convicção manifestada pelos presentes de que não serão as políticas de aliança das forças democráticas com a direita que poderão contribuir para o desenvolvimento do distrito, sendo por esse motivo tecidas várias críticas às alianças até agora efectuadas pelo Partido Socialista a nível local e nacional.

## Carta de intenções

Mas se o Encontro de Beja pelo levantamento exaustivo a que procedeu, pela abordagem sistematizada e pela quantidade e qualidade das intervenções constituiu uma importante achega para o conhecimento da realidade — sem que obviamente o debate tenha sido dado por encerrado —, a verdade é que ele foi bem mais longe e, como já dissemos, definiu claramente algumas direcções de trabalho, apontou medidas concretas, expressou opiniões e arrumou um conjunto de reivindicações e intenções que excedem largamente o quadro partidário, configurando um valioso contributo para trabalhos futuros das organizações e entidades com intervenção na vida do distrito.

Contidas num extenso documento denominado «Carta de intenções e reivindicações» aprovado no Encontro, entre as sugestões apontadas conta-se a realização para breve de uma reunião entre os partidos democráticos e os agentes económicos e sociais com vista a uma análise de todas as problemáticas que digam respeito ao distrito no sentido de o tirar da crise em que se encontra.

## Potencializar o Poder Local

Entre as ideias que acolheram o consenso dos presentes está também a de potencializar a intervenção do Poder Local quer no âmbito municipal quer intermunicipal, designadamente com a sua participação no estudo de projectos susceptíveis de promover o desenvolvimento e a captação de financiamentos nacionais e da CEE.

Destaque merece ainda a proposta de um outro estudo para a elaboração de um projecto integrado de desenvolvimento do distrito de Beja de molde a permitir no futuro um melhor conhecimento das possibilidades e perspectivas que se colocam de forma integrada a nível distrital.

No sentido de apresentar as conclusões do Encontro e ouvir sugestões e críticas, a Comissão Distrital de Beja — entidade promotora desta iniciativa — irá entretanto propor, como sublinhou para o «Avante!» António Murteira, reuniões a todas as entidades e organizações do distrito.

As opiniões apuradas e os conhecimentos adquiridos não deixarão de constituir, por último, um valioso auxílio aos trabalhos preparatórios do XII Congresso do Partido a realizar em Dezembro próximo. ■

# O Baixo Alentejo pode ser uma região dinâmica e próspera

— salientou António Murteira

«Estamos convictos de que aproveitando os recursos existentes, com uma correcta política de desenvolvimento económico e social que concretize o conjunto de medidas apontadas, o progresso e melhores condições de vida são possíveis no distrito de Beja, como em todo o Alentejo». As palavras são de António Murteira, dirigente comunista a quem coube iniciar os trabalhos do Encontro promovido pelo PCP sobre o desenvolvimento económico e social daquele que é o maior distrito do País.

Proferidas na parte final de uma intervenção onde foram passados a pente fino praticamente todos os grandes problemas da região e sugeridas algumas das soluções a adoptar, o optimismo contido nestas palavras viria a ser corroborado e legitimado pelo Encontro no decorrer do qual ficou claramente expressa a convicção dos presentes de que é possível estancar a tendência de desertificação económica e social, resolver a crise estrutural e abrir caminho para um futuro de progresso e bem-estar.

Ora foi exactamente em torno desse modelo de desenvolvimento que permita transformar o Baixo Alentejo numa região dinâmica e próspera que António Murteira centrou grande parte da sua atenção não sem que antes tenha procedido a um levantamento rigoroso da realidade actual, quadro repleto de problemas e carências cuja responsabili-

dade imputou a 14 anos de políticas de direita.

Dessa acção dos governos de direita destacou António Murteira a destruição das cooperativas da Reforma Agrária, a paralisação dos grandes projectos de desenvolvimento (entre eles Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, as metalurgias do cobre e do zinco), o não aproveitamento dos recursos seja na agricultura (perímetros de rega do Roxo, de Odivelas e do Mira) seja na indústria (a Consoi ou o matadouro de Beja), a falta de melhoramentos nos portos, a não instalação de uma fábrica de beterraba e de metalurgias bem como a não exploração da Mina da Preguiça, o desaproveitamento da base aérea, a não modernização de estradas e dos caminhos-de-ferro, o mau aproveitamento dos fundos da CEE, as limitações ao Poder Local, a oposição à regionalização e a falta de forma-

ção profissional, sem falar nos gritantes casos de injustiça social, os quais, segundo afirmou, obrigaram cem mil baixo-alentejanos a abandonar as suas terras entre 1960 e 1984.

Face a este quadro de estagnação, legítimo é pois concluir, como tratou de fazer o dirigente comunista, que «as políticas de direita e a integração na CEE não conseguiram promover até agora o desenvolvimento económico e social das regiões interiores» pelo que, acentuou mais adiante, urge «encontrar novas medidas e abrir novos caminhos que tenham em conta a realidade socioeconómica, institucional e política de Portugal e em particular das suas regiões menos desenvolvidas», como é o caso do distrito de Beja.

Foram depois algumas dessas medidas e caminhos que António Murteira sumariou na sua intervenção, detendo-se particularmente nas questões de âmbito social e nas referentes à regionalização, à agricultura, à CEE, às pescas, às indústrias extractiva e transformadora, ao turismo, infra-estruturas e saúde, tendo ainda diversas considerações quanto ao modelo de desenvolvimento.

A este respeito, depois de salientar a importância de uma coordena-

da política nacional com objectivos de desenvolvimento — o que pressupõe, segundo disse, o «fim à instabilidade e à entrega da nossa economia aos grandes grupos financeiros e das transnacionais» —, António Murteira rejeitou em nome do PCP modelos de crescimento que «assentem no abandono ou subaproveitamento dos nossos recursos» ou no abandono dos «grandes projectos de desenvolvimento» (Alqueva, Plano de Rega do Alentejo, instalação da metalurgia do cobre e do zinco), podendo igualmente depreender-se das suas palavras a rejeição de quaisquer modelos de crescimento que assentem na «exportação da mais valia para outros países», na «exploração material e cultural dos trabalhadores assalariados» ou que visem «transformar Portugal num satélite pobre e periférico do núcleo central e rico dos países da CEE».

Na sua intervenção, António Murteira considerou por último que «não é nem será o Governo PSD que está em condições de concretizar um projecto e uma política de desenvolvimento nacional e regional» e lembrou que «só um governo democrático, que resulte do diálogo e entendimento entre as forças democráticas, poderá concretizar um tal projecto». ■

## Iniciativa com 300 participantes

# Diagnosticar o maior distrito do País

Reunindo perto de trezentos participantes abrangendo os mais variados escalões etários e profissões (autarcas, sindicalistas, operários agrícolas e técnicos da Reforma Agrária, agricultores, industriais, quadros técnicos, professores, médicos, trabalhadores da Função Pública, etc) o Encontro decorreu na Casa da Cultura em Beja sob o lema «O Desenvolvimento Económico e Social do Distrito».

Após uma sessão plenária de abertura preenchida com uma intervenção de António Murteira, membro do CC, os participantes provenientes de todo o distrito dividiram-se por três secções que funcionariam até cerca das 17.30 horas, momento em que o plenário se voltou a reunir para assistir às conclusões do Encontro.

Na primeira secção foram abordadas questões relativas à agricultura, indústria e outras actividades económicas, as infra-estruturas, a formação profissional, o Poder Local, o associativismo, a CEE e o desenvolvimento regional.

Emprego e desemprego, subsídio de desemprego, segurança social acção social e equipamentos, constituiram por sua vez os temas propostos à discussão na segunda secção enquanto que na terceira a atenção dos participantes se virou para o ensino, saúde,

cultura, desporto, vida associativa, tempos livres, ambiente e órgãos de comunicação social.

Na mesa do Encontro, para além de Lamas de Oliveira e Lopes Guerreiro, do secretariado coordenador do Encontro, encontravam-se Alexandre Frade, António Barão, António João, António Teles, António Pós-de-Mina, António Vitória, Baltazar Bravo, Domingos Borralho, Ivo Góis, João Rocha, José Ciriaco, Mariana Lanita, e Miguel Ramalho, membros da comissão Distrital de Beja do PCP, e ainda António Murteira, Augusto Carreto, Francisco Caixinha, José Cheira e José Moreira Rita, da Comissão Distrital de Beja e do Comité Central.

Antecedendo a intervenção de encerramento proferida por José Moreira Rita, os presentes aprovaram duas moções, uma das quais de repúdio pelo pacote agrícola.

O Encontro aprovou ainda uma Carta reivindicativa e de intenções, extenso documento no qual, como o próprio nome sugere, são sistematizadas para todas as áreas da vida económica e social um conjunto de reclamações bem como de propostas de solução e medidas para os principais problemas que afectam o Baixo-Alentejo. ■

## ORMIS — «Por si só»

Esta é para quem ainda acredita nos fervores «democráticos» e promessas de diálogo que o grande patronato continua por aí a papaguear, na gula de obter o seu tão almejado pacote laboral.

O presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Miguel Boeiro, escreveu uma carta à administração da ORMIS, Embalagens de Portugal, SA, empresa situada neste concelho, que, em substância, dizia o seguinte: «Tem vindo esta autarquia a ser alertada pela população para uma presumível instabilidade da ORMIS, susceptível de pôr em risco a subsistência dos respectivos postos de trabalho. O tema, aliás, foi objecto de abordagem na última sessão da Assembleia Municipal. Posteriormente a própria Comissão de Trabalhadores da ORMIS procurou o presidente da edilidade, a quem expôs as suas apreensões face à publicação de anúncios do Tribunal Judicial da Comarca do Montijo para arrematação do património da empresa. Como órgão autárquico, a nossa visão dos problemas submete-se apenas à necessidade de zelarmos, na medida das nossas possibilidades, pela preservação da estabilidade social e económica da população (...) Assim, e abstraindo qualquer ideia de intromissão nos assuntos da empresa, claramente fora dos nossos propósitos, vimos solicitar a V. Exas uma

pequena reunião para que possamos conhecer a versão da excelentíssima administração sobre tão premente assunto».

Resposta da «excelentíssima administração»: «**Acusamos a recepção da vossa carta que, por si só, consideramos uma intromissão nos assuntos internos da empresa. Mais informamos que esclarecimentos de tal natureza só os prestamos aos accionistas da Sociedade e em Assembleia Geral.**».

Trata-se de uma atitude que por si só, diz tudo. Se quiserem mais esclarecimentos sobre até onde pode ir a arrogância, a boçalidade e a prepotência patronais, deixem este Governo concretizar o resto dos seus «objectivos democráticos».

## As novas Cruzadas

Segundo relato do boletim municipal de Silves, a estação arqueológica do Serviço da Guerrilha, que se presumia ser o testemunho do núcleo urbano que viria dar origem a Silves, ficou completamente destruída, na sequência de trabalhos de terraplanagem mandados executar por um cidadão suíço, proprietário do terreno onde estava localizada. Aquela núcleo seria uma feitoria fenício-púnica, servida dum porto sobranceiro ao rio Arade, apresentava torres e muralhas e os diversos materiais recolhidos eram considerados de extrema raridade, em todo o sul da

# Pontos Cardeais

Península Ibérica, sendo por isso a estação considerada essencial para o estudo das relações comerciais e culturais vividas entre as populações do Sul da Península e os povos do Mediterrâneo. Entretanto a Câmara de Silves mais não pôde fazer que comunicar o sucedido ao Instituto Português do Património Cultural.

Mas a barbárie já tem precedentes na região. Também na periferia da cidade de Silves, mas no lado oposto, no sítio da Fragura, junto ao rio Arade, uma cidadã holandesa retirou um Escudo do século XV duma azenha com 600 anos, quando na altura já decorria o processo de classificação de monumento nacional o que, pela Lei portuguesa, proibia qualquer transformação do edifício. O facto era do conhecimento da proprietária que, apesar das diversas diligências feitas pela Câmara, incluindo a intervenção da GNR, insiste em não devolver o Escudo. Já sabíamos que, na prática, foi a CEE que entrou no nosso país e não o contrário, mas que os cidadãos da «europa connosco» (incluindo os suíços, que têm uma europazinha só deles) levassem a coisa tão à letra, é que não esperávamos. Pelos vistos as criaturas estão convencidas que comprar

coisas em Portugal é como vir à Península Ibérica no tempo das Cruzadas: para saquear.

## Ferocidades

Este Governo está a tornar-se frenético, um autêntico dínamo que transforma a queda vertical de popularidade em exacerbada energia.

O exemplo mais recente disto tivemos-lo há dias com a entrevista do ministro do Comércio Ferreira do Amaral ao programa «Nem Mais Nem Menos» da Antena 1, onde o dinâmico governante declarou que «a economia paralela está a ser ferozmente combatida pelo Governo», pelo que aguardamos, com natural expectativa apreciar em breve Cavaco Silva e a sua equipa, com o ar mais feroz deste mundo, a correr à desfilada pelos corredores do metropolitano, praças e ruas da cidade, atrás da economia paralela que, por seu lado fugirá a sete pés com a mercadoria enrodilhada a trouxe-mouxe e perdendo, aqui e ali, um par de brincos, meia dúzia de transístores, diversas camisas Lacoste e, quiçá — ó ironia do destino! — alguns porta-chaves com o emblema do PSD ou a efigie do nosso Primeiro. Como diria o Herman — Energia, meus senhores. E da feroz.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Amen!

Já saiu uma lei oficial a pôr ponto final no desacato: porto nenhum ou zona litoral pode dar poiso à NATO.

Para longe, falcões, deixem em paz os nossos corações!

Folguemos, pois, embora lei assim que tal diferença marca não seja ainda em Portugal, e sim na Dinamarca...

Siga-se sempre a lição benfazeja. Assim seja.

## Amigos... ou cúmplices?

... e cresce o mar de fel. Mais crimes de Israel lâmina fina no corpo doce e bom da Palestina...

Geral condenação? Reagan lança o veto e diz que não...

Rezam velhas lições: amigos são para as ocasiões...

## Falta-lhe o ar

Tinham remédios grátis os asmáticos. Com o Cavaco vieram os fanáticos de poupar nas despesas enfim, com as pessoas indefesas... E lá se foi mais um direito ao chão nos cofres enigmáticos. Não houve nem perdão para os asmáticos...

Atrás de cada gesto há um fantasma uma significação por retirar. Mostra Cavaco, enquanto aumenta a asma, que ele é, afinal, quem está com falta de ar.

## Política de carteirismo

Já veio nos jornais deu na televisão: o governo vai dar e mais e mais — um dinheirão — para conseguir a viabilidade de algumas empresas. Na verdade, bem contados os pontos, apontam-se milhões, milhões de contos...

Então? Não havia e agora há? O governo não dava quando se exigia e agora dá?

Aqui há gato. Dá e torna a dar para depois melhor privatizar...

Está o governo armado em carteirista. Vai crescendo o protesto e o receio. Tirar dinheiro ao povo, está à vista, para o dar aos galifões, é muito feio...



# Agenda

**Avante!**

Ano 58 — Série VII  
N.º 751

19 de Maio de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## Comício em Baleizão

HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA

Domingo 22 Maio 1988  
15,30 horas - Largo Catarina Eufémia

Com  
**Álvaro Cunhal**  
Secretário Geral do PCP

- \* Liberdade
- \* Emprego e Pão
- \* Progresso

\* PARTICIPA! MOBILIZA! ORGANIZA OS TRANSPORTES!  
\* A LUTA CONTINUA!

Beja / Maio 1988

Comissão Distrital de Beja  
do Partido Comunista Português



— de **Viso, Ramalde do Meio, Francos e Monte dos Burgos**, às 15.00 no Centro de Trabalho de Ramalde;  
— dos **Metalúrgicos**, às 10.00, no CT de D. João IV;  
— dos **Gráficos**, às 15.00, no mesmo Centro de Trabalho.

Eufémia. As 15.00, no Largo Catarina Eufémia, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

partir das 15.00, no salão do Montepio.

• **Lisboa**  
Debate sobre as conclusões da última reunião do CC promovido pela Org. do Ensino Superior da JCP. Na sede nacional da JCP (R. Sousa Martins), com a participação do camarada **José Casanova**.

• **Porto**  
Assembleia preparatória da 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto em S. João de Deus/Campanhã, às 11.00, no Unidos ao Porto Futebol Clube.

• **Alcabideche**  
Plenário de apoiantes da CDU da freguesia de Alcabideche, a

Costa da Caparica  
Plenário de militantes da freguesia, às 17 horas, no CT.

### Domingo 22

• **Baleizão**  
Comício de homenagem a Catarina



### Quinta 19

• **Porto**

No quadro da preparação da 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto, em que aliás se inserem todas as iniciativas do Comité Local que esta semana anunciamos:

— reunião plenária dos bairros de **Bom Sucesso e Campo Alegre** no Centro de Trabalho da Boavista às 21.30;

— reunião dos camaradas da zona do **Covelo/Paranhos** às 21.30 no CT de Paranhos;

— reunião dos camaradas das **Antas/Campanhã** às 21.30 na AM das Antas;

— de **Azevedo/Campanhã** às 21.30 no CT de Azevedo;

— da **Estação de Campanhã**, às 21.30 na Escola Primária de Noeda;

— da célula do **STCP**, às 18.00 no CT da Boavista;  
— da célula da **Câmara Municipal do Porto**, às 18.00, no CT de Barão de S. Cosme.

• **Lisboa**

**Debates preparatórios do XII Congresso** organizados pelo Sector de Informação da ORL, no Centro de Trabalho Vitória;

— às 17.00, conferência por **Armando de Castro** sobre Leis Gerais da Dialéctica e conclusões recentes de algumas ciências, seguindo-se debate;

— às 21.00, debate com **Albano Nunes** sobre algumas experiências do Movimento

Comunista Internacional.

### Sexta 20

• **Oeiras**

Plenário para balanço de trabalho; discussão da situação política e social e das tarefas decorrentes. Participação do camarada **Dias Lourenço**. As 21.30, no Centro de Trabalho.

• **Almada**

Plenário da célula da Lisnave, no CT concelhio (Pombal), às 18.30 horas, com o camarada **José Manuel Maia**, suplente do CC.

• **Torres Vedras**

Plenário de militantes para discussão das conclusões da

reunião do CC. As 21.30, na sala da Sociedade Recreativa Operária, com a participação do camarada **José Casanova**.

• **Mondim de Basto**

Encontro concelhio da CDU, a partir das 21.30, na Escola C+S de Mondim de Basto.

• **Anadia**

Plenário concelhio da CDU. A partir das 21.30, na Escola Primária n.º 2 (Escola Nova) em Fomalicão.

• **Porto**

— Assembleia dos militantes do **Bairro Social da Arrábida/Massarelos**, às 20.00, no CT da Boavista;

— da **Sé (zona de baixo)** às 21.30 no CT das Ribeirinhas

— dos bairros de **Paranhos e Agra/Paranhos** às 21.30 na Esc. Prim. do Agra;

— do **Bairro do Regado/Paranhos**, às 21.30, na Escola do B.º do Regado;

— dos militantes da freguesia de **St.º Ildelfonso**, às 21.30

— do **Bairro do Cerco/Campanhã**, às 21.30, na sala da Comissão de Moradores;

— dos bairros de **Campinas, Ramalde e Providência/Ramalde**, às 21.30, no CT de Ramalde

— das células das empresas da **Via Rápida e Lordelo do Ouro e da Construção Civil**, às 18.00 no CT da Boavista.

### Sábado 21

• **Almada**

Plenário distrital de Setúbal de Informação e Propaganda. A partir das 14.30 no Centro de Trabalho de Almada.

• **Almeirim**

Reunião de quadros, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **Vale da Pedra**

Reunião da CDU, às 21.00.

• **St.º Estêvão**

Plenário de militantes, às 21.00, na Junta de Freguesia.

• **Couço**

Reunião de quadros, às 21.00, no salão da Junta de Freguesia.

• **Porto**

— Assembleia de militantes de **Massarelos** (zona da beira-Rio) às 15.00;

— de **Carvalhido, S. Dinis, Bom Pastor e Arca d'Água**, às 15.00 no edifício da Junta (velho);

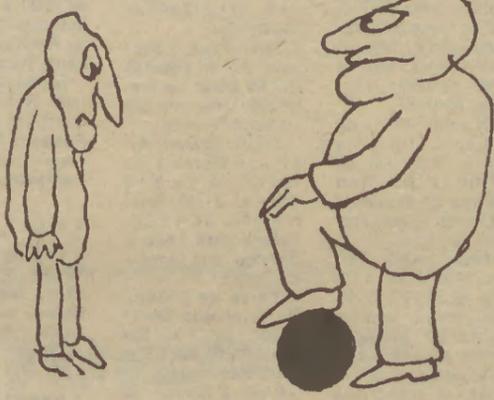
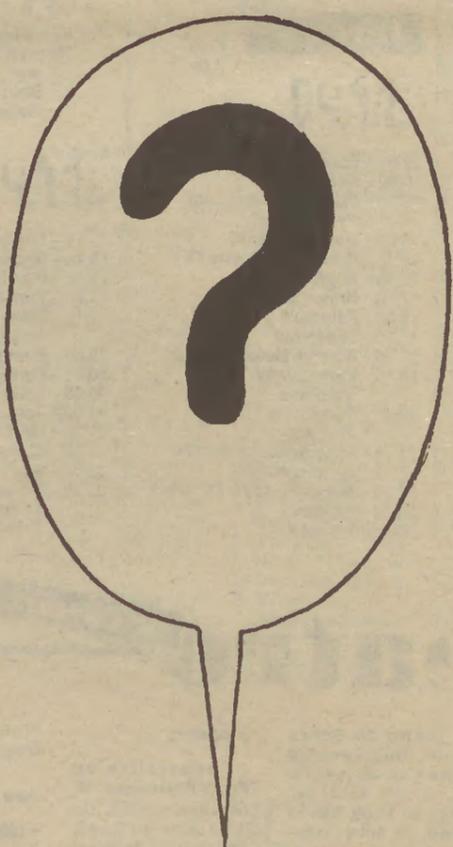
— dos bairros de **S. Tomé e Carriçal**, às 21.30 na Escola do Agra;

— do **Bairro do Outeiro e Lamas**, às 21.30, no CT de Paranhos.

— dos militantes de **Miragaia**, às 15.00, no CT das Ribeirinhas;

— das camaradas da **Corujeira, S. Roque Bonjoia, Falcão, S. Vicente de Paula e Monte da Bela**, às 21.30, na Junta de Freguesia de Campanhã;

— da freguesia de **Aldoar**, às 15.30, no Centro Social da Fonte de Moura;



S. GROSS

GROSS, Sam — EUA, in «The New Yorker»

# TV **O Programa**

**Quinta 19**
**RTP1**

09.00 - Bom dia  
10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra» (25.º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Telenovela «Roque Santeiro» (155.º epis.)  
21.20 - Primeiro Andamento  
21.55 - Telemundo  
22.30 - Série «Quando a paixão se apaga» (1.º epis.)  
23.30 - 24 Horas  
00.05 - Remate

**RTP2**

13.15 - Totally Live  
14.10 - Pano para mangas  
15.40 - Série «Um Copo Cheio de Neve» (3.º epis.)  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes» (247.º epis.)  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.10 - Formula One  
20.05 - Série «Cidade Nua» (93.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.40 - Magazine «Convite»  
22.05 - Série «As Teias da Lei»  
23.00 - Série «Século XX» - A revolução 20 anos depois (3.º epis.)

**Sexta 20**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Telenovela «Roque Santeiro»  
21.15 - Série «Contos e Vigários» (5.º epis.)  
22.20 - O Programa das Festas  
22.55 - Série «Tribunal de Polícia» (5.º epis.)  
23.25 - 24 Horas  
24.00 - Remate



00.10 - Pela Noite Dentro: «O Grande Assalto», real. Marvin Chomsky (EUA/1976)

**RTP2**

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora Escolha  
15.40 - Série «Desafio Mundial» (2.º epis.)  
16.30 - Giramundo  
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.10 - Formula One  
20.05 - Série «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.35 - Clube de Jornalistas  
22.10 - Série «O Detective Cantor» (6.º e últ. epis.)  
23.15 - Entre Barreiras  
23.50 - Troféu

**Sábado 21**
**RTP1**

09.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70x7  
12.35 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série «A Cidade e o Rio» (1.º epis.)  
13.55 - Série «O Director de Turma» (2.º epis.)  
14.00 - Série «O Mundo da Natureza» (5.º epis.)  
14.55 - Primeiro Matiné: «O Estranho Amor de Martha Yvers», real. Lewis Milestone (EUA/1946)  
17.05 - Clube Amigos Disney  
19.05 - Série «O Justiceiro» (1.º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Série «Humor de Perdição»  
21.55 - Série «Pavilhões Distantes»  
23.00 - Domingo Desportivo

23.10 - Cinema na Meia Noite «Gata em Telhado de Zinco Quente», real. Richard Brooks, inter. Elizabeth Taylor, Paul Newman (EUA/1958)

**RTP2**

09.00 - Compacto Totally Live  
13.15 - Compacto «Selva de Pedra»  
16.00 - Troféu  
20.00 - Music Box «Off The Wall»  
20.50 - Uma Boa Ideia  
21.20 - Série «Os Caminhos do Exílio» (3.º epis.)  
22.10 - O Som da Surpresa

**Domingo 22**
**RTP1**

09.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70x7  
12.35 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série «A Cidade e o Rio» (1.º epis.)  
13.55 - Série «O Director de Turma» (2.º epis.)  
14.00 - Série «O Mundo da Natureza» (5.º epis.)  
14.55 - Primeiro Matiné: «O Estranho Amor de Martha Yvers», real. Lewis Milestone (EUA/1946)  
17.05 - Clube Amigos Disney  
19.05 - Série «O Justiceiro» (1.º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Série «Humor de Perdição»



21.55 - Série «Pavilhões Distantes»  
23.00 - Domingo Desportivo

**RTP2**

09.00 - Music Box  
10.00 - Troféu  
12.30 - Série «O Meu Carro tem 100 Anos» (10.º epis.)  
13.00 - Music Box Especial: INXS  
13.50 - Caminhos  
14.25 - Novos Horizontes  
15.00 - Troféu  
17.00 - Série «O Mundo de Smithsonian» (8.º epis.)  
18.00 - Série «5.ª Dimensão» (22.º epis.)  
19.00 - Plano Bar

20.00 - Série «Quem Sai aos Seus...»  
20.30 - Artes e Letras: «Les artisans» de Jean Renoir  
21.40 - Cineclub «O Pequeno Teatro de Jean Renoir», real. Jean Renoir (França/Itália/RFA/1969)

**Segunda 23**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»  
21.15 - Série «Mátria»  
22.45 - Concurso «Com Pés e Cabeça»  
23.15 - 24 Horas  
23.45 - Remate

**RTP2**

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Concerto. Canções de Strauss e Alban Berg por Gwyneth Jones  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.15 - Telenovela «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.10 - Formula One  
19.25 - Futebol Jubileu de Michel Platini: França-Seleção do Resto do Mundo (transmissão directa)  
21.20 - Jornal das Nove  
21.50 - Montra de Livros  
21.55 - Teatro «O Dia do Juízo Final»

**Terça 24**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Vamos Jogar no Totobola  
20.25 - Telenovela «Roque Santeiro»  
21.25 - Programa da Direcção de Informação  
22.20 - Série «Pulasky» (2.º epis.)  
23.35 - 24 Horas  
00.05 - Remate

**RTP2**

13.15 - Totally Live  
14.30 - Dois Dedos de Conversa  
15.40 - Série «Dallas»  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.15 - Telenovela «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.10 - Formula One  
20.05 - Série «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»  
22.10 - Cinemadois «O Cozinheiro do Rei», real. H. J. Syberberg (RFA/1972)

**Quarta 25**
**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
18.45 - Notícias  
19.00 - Futebol Final da Taça dos Campeões Europeus - Benfica-Eindhoven (transmissão directa)  
21.15 - Telenovela «Roque Santeiro»



22.55 - Lotação Esgotada «Agente Secreto 007», real. Terence Youg, int. Sean Connery e Ursula Andress (EUA/1962)

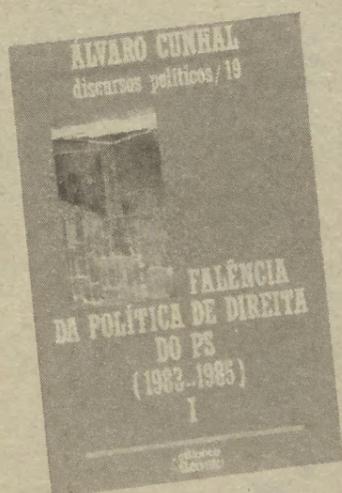
**RTP2**

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Piano Bar  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.05 - Formula One  
20.00 - Série «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Montra de Livros  
21.35 - Clube de Imprensa  
22.25 - Série «Joana»  
23.10 - O Danço Congo e Outros Folgares de S. Tomé e Príncipe

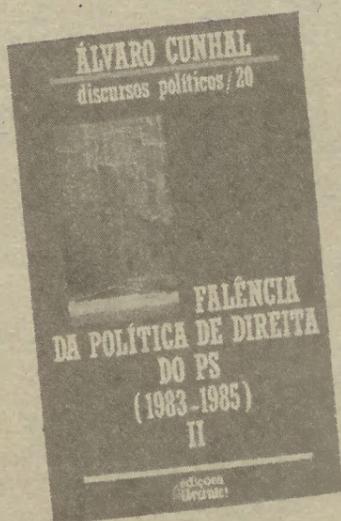
## edições **Avante!**

ÁLVARO CUNHAL  
Falência da política

de direita do PS (1983-1985) I, II



01.33  
634 pp.  
900\$00



01.34  
626 pp.  
900\$00

Edições Avante a diferença de uma visão científica do mundo

CDL a distribuição

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

**Casa dos Tabuenes**, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, texto de Fialho de Almeida, dramatização de Manuel João Gomes, enc. de Silvína Pereira, pelo grupo Maizum.

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro do Balro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Três Irmãs**, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Cornucópia.

**Teatro Vasco Santana**, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Lúzia Maria Martins.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

**Torre de Belém**, Pç. do Império. De 3.ª a dom. às 21.30. **Segismundo na Torre de Belém**, adapt. de «A Vida É Sonho», de Calderon de la Barca, enc. de Jorge Lissotopad.

**PORTO**

**Cooperativa do Povo Português**, R. de Camões, 578. De 3.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. **Antígona** de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela **Seiva Trupe**.

**Teatro dos Modestos**, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **O Pássaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

**ALGÈS**

**1.º Acto - Clube de Teatro**. 6.ª e sáb. às 21.30. **Memórias de Guerra**, textos de Ruizante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

**BRAGA**

**Teatro Circo**, de 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Com a Arma de Bogart**, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA - Compa-

nhia de Teatro de Braga.

**Para Crianças**

**LISBOA**

**Junta de Freguesia de Carnide**, Largo das Pimenteiros, 6-A. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00. **À Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

**Teatro Nacional**, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca**, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.

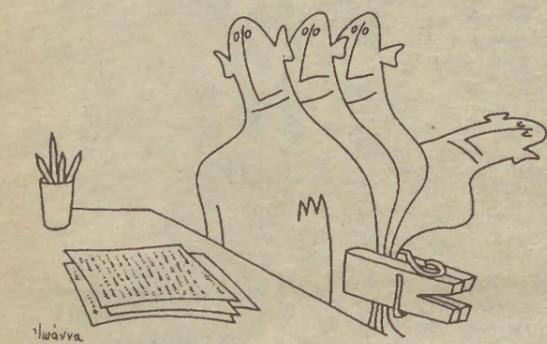
**Teatro Ibérico**, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

# Cinema A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Atracção Fatal	—	★★	★★	★★	★★
<b>B</b>	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b>	Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
<b>D</b>	Esperança e Glória	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>E</b>	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
<b>F</b>	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>G</b>	Jogo Fatal	★★★★	★★★	★★★	—	—

\*\*\*  
 A — Real. Adrian Lyne — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) — Lisboa.  
 B — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Marco Bellocchio — Mundial/3 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.  
 D — Real. John Boorman — Apolo 70 (14.00, 16.30, 21.00); Castil (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Norman Jewinson — Alfa/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); Mundial/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/3 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.  
 F — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Amoreiras/5 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — Lisboa.  
 G — Real. David Marnet — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

# Exposições



• LISBOA

**Ana Aragão** — Pintura. Gal. O Varandim, Pç. Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb. só de manhã. (Até 4/6)

**Arte Portuguesa no Século XIX** — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (exceto à 2.ª até 31/5).

**Cabrita Reis** — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/6).

**Caseirão** — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (Até 30/5).

**«A Companhia Rey Colaço/Robles Montelero»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Escultura Contemporânea de Moçambique** (colectiva). Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 1/6).

**«Falança Portuguesa em Amsterdão»** — Museu Nacional de Arte Antiga. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 5/6).

**Helena Almolda** — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 31/5).

**Helena Justino** — Pintura. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã. (Até 10/6).

**Joalheria Belga Contemporânea** — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. e dom. das 10.00 às 17.00.

**João Cutileiro** — Escultura. Gal. Leo Trav. da Queimada, 48. Das 14.30 às 19.30 (até 21/5).

**Joaquim Bravo** — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

**Jorge Guimarães** — Pintura. Aliança Francesa, R. Braamcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30. (Até 27/5).

**José Manuel Soares** — «A aldeia de Monsanto», pintura. Gal. da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20-C. Das 16.00 às 24.00 (Até 30/5).

**Kira** — Pintura. Gal. Fonte Nova, C.C. Fonte Nova, Estrada de Benfica. Das 10.00 às 24.00 (Até 27/5).

**Lenços de Namorados** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a

dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Maria Beatriz** — Pintura e desenho. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 24/5).

**Mário Cesariny** — Pintura, técnicas várias. Gal. EMI, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 17.00 (Até 9/6).

**Museu da Água de Manuel da Mala** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

**Paula Rego** — Pintura (retrospectiva). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 5/6).

**«Por Mar e Terra...»** — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

**René Bertholo** — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.ª. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 20/5).

**Rogério de Freitas** — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 31/5).

**Sérgio Fonseca** — Pintura. Gal. Miron, R.

do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 30/5).

**Silva Palmeira** — «Lisboa, Cidade Mulher», pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30, sáb. das 10.30 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (Até 31/5).

**Teresa Dias Coelho, Miguel Mira, Emília Torgal, Frederico Mira, Margarida Dias Coelho** — Pintura e fotografia. Gal. Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (Até 26/5).

• PORTO

**Sebastião Resende** — Pintura, desenho, escultura. Gal. Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-68 (Até 31/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

**5 Mulheres do Alentejo** — Centro Cultural de São Lourenço (até 20/5) ALMANSIL.

**«20 Pintores Contemporâneos»** (Armando Alves, Arpad Szénes, Jorge Pinheiro, Resende, Cargaleiro, Tudela, Rogério Ribeiro, Vieira da Silva, outros). Gal. do Casino, das 15.00 às 24.00 (até 29/5). ESTORIL.

**María Beatriz** — Pintura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. (Até 5/6). LOURES.

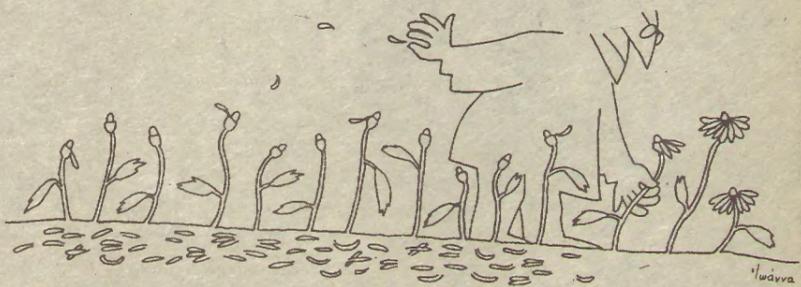
**Colectiva de Artistas da Monumental** — Centro Cultural Emérico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.

**«A Descoberta do Palácio»** — colectiva de Artes Plásticas sobre o Palácio Nacional de Sintra. No Palácio, das 10.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 5/6) SINTRA.

**Hélder Cerqueira** — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.

**María e Carlos Santos** — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.

**Fernando Pinheiro** — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA



# ...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Em termos de música, os próximos 15 dias são esplendurosos! A dificuldade pode ser de tempo, e é, decerto de dinheiro... Mas talvez seja possível eleger esta semana ao menos um dos concertos que aqui seleccionamos (pensando que para a semana há mais — e há, nomeadamente, Chico Buarque!):

Na Gulbenkian Artur Pizarro, o jovem pianista português que no ano passado venceu o Concurso Vianna da Motta, toca com a Orquestra Gulbenkian obras de Richard Strauss, Liszt e Mendelssohn. Em dois concertos: hoje, quinta-feira, às 21.30 e amanhã, às 18.30, no Grande Auditório da Fundação;

— na mesma sala, segunda-feira, às 18.30, as francesas Katia e Marielle Labèque interpretam, num concerto único, obras para dois pianos de Debussy, Schubert, Ravel e Gershwin — deste, a «Rhapsody in blue» na versão original para dois pianos que há anos gravaram com grande êxito.

No Teatro Nacional de S. Carlos, hoje às 20.00 e sábado às 16.00 é apresentada a ópera em 4 actos, de Mozart **As Bodas de Figaro**, com encenação de Luís Miguel Cintra e direcção musical de Wolfgang Rennert.

No dia 25 uma nova (última) apresentação desta ópera com entrada gratuita para jovens até aos 18 anos. Os bilhetes estão em distribuição nas bilheteiras do Teatro.

Música de qualidade é também a que se anuncia para o festival **Jazz na Cidade** (de Lisboa)-88.

No primeiro concerto, dia 24 às 21.30, o **Quinteto de Courtney Pine**; no segundo, dia 26 às 22.00, o **Decateto de Mário Laginha**. A sala é a do S. Luís.

Do XII Festival Internacional de Música

## 12.ª FESTA DA AMIZADE

1, 2 e 3  
 Julho 88  
 Laranjeiro  
 ALMADA

PORTA ABERTA  
 400 AMIZADES



POR ABRIL  
 PELO TRABALHO  
 PELA PAZ

COMISSÃO

Vamos ajudar a construir a festa!

do Algarve que decorre desde o início de Maio, o destaque vai esta semana para o concerto de segunda-feira no cinema Santo António de Faro: um recital de piano a 4 mãos por **María João Pires e Hussein Sermet** com obras de Mozart e Schubert.

## Festival da Amadora

O 1.º Festival de Música Popular Portuguesa Amadora-88 vai decorrer neste fim-de-semana (sexta, sábado e domingo) no Pavilhão da Academia da Amadora, organizado pelos Serviços Municipais de Turismo. No palco estarão: — sexta, às 21.30 —

**Mafalda Veiga e Júlio Pereira**;

— sábado, às 21.30 — **Janita Salomé e Sérgio Godinho**;

— domingo, às 15.30 — **Luís Pastor e Fausto**.

O bilhete para os 3 espectáculos custa 900\$00, para um só espectáculo 350\$00.

O festival de música de qualidade é também a que se anuncia para o festival **Jazz na Cidade** (de Lisboa)-88.

No primeiro concerto, dia 24 às 21.30, o **Quinteto de Courtney Pine**; no segundo, dia 26 às 22.00, o **Decateto de Mário Laginha**. A sala é a do S. Luís.

Do XII Festival Internacional de Música

Cinema

No Quarteto prossegue hoje, às 18.45, o ciclo de cinema soviético dos anos 80 que o ABC Cineclube de Lisboa organizou para este mês. Exibe-se **O Adeus a Matiora**, realizado em 1983 por um dos mais destacados cineastas soviéticos da actualidade, Elem Klimov.

Em Almada, na Academia, recomeçaram as sessões de cinema seleccionado e a preços reduzidos, para sócios e não-sócios. As sessões realizam-se às quintas-feiras e são este mês preenchidas com filmes de Akira Kurosawa. Hoje, às 15.30 e 21.30: **A Sombra do Guerreiro**.

# Tempo Fim de Semana



Céu muito nublado, aguaceiros nas regiões Norte e Centro, vento fraco. Neblina matinal.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



# a TV

## Avanço do progresso e da consciência

A reconstrução em marcha na União Soviética é um dos fenómenos mais importantes da nossa época. No plano da economia ela visa modernizar-se com base nos novos avanços científicos e tecnológicos. Caso não o fizesse, dentro de alguns anos o êxito na competição pacífica com o capitalismo ficaria seriamente comprometido.

Aliás, este fenómeno verifica-se igualmente nos países capitalistas. Caso da Inglaterra, da França, da Alemanha onde, há poucos anos, o problema foi colocado com a maior simplicidade: ou nos modernizamos ou nos atrasamos perigosamente em relação aos japoneses...

Só que, nos países capitalistas, a modernização se faz à custa dos trabalhadores — daí o aumento da pobreza, do desemprego, da desconsideração social — enquanto na URSS se procura avançar sem abrir feridas ou roturas.

Tudo, porém, seria reconstruir na areia sem uma profunda alteração nas consciências. Daí que se assiste hoje, na União Soviética, a um imenso debate onde todos têm uma palavra a dizer.

Quem visitando regularmente a URSS ignorar este facto, só o poderá fazer por má-fé.

## Analisar, sim; falsear, não

«O volume de problemas acumulados na sociedade soviética é de tal ordem, do impasse económico à droga e ao crime passando pelo descalabro do sistema de saúde...», etc., etc.

Assim papagueia um «estudioso» dos assuntos soviéticos no Telejornal. Exemplo típico do «aproveitamento» propagandístico de uma situação.

1 — Como já vimos, o impasse económico era característico das sociedades industriais mais avançadas. A passagem à chamada «terceira revolução industrial» não é senão o esforço para fugir ao impasse. Por que deveria a sociedade industrial soviética fugir a essa lei? 2 — A droga é o que sabemos. Mesmo em Portugal os seus efeitos já são visíveis entre a juventude. Até na adolescência mais vulnerável.

Ela também existe na União Soviética. No mundo não há compartimentos estanques. Mas esse problema assume as posições de desastre a que o repórter se refere? Não. A gravidade não reside na situação que há, mas naquela que poderá haver, se não forem tomadas medidas apropriadas.

Comparando. A percentagem de drogados na URSS é apenas de 0,04 por cento da população. Enquanto em Moscovo, com os seus nove milhões de habitantes, se conhecem 3700 toxicómanos, em Nova Iorque, com oito milhões de habitantes, conhecem-se 250 mil, ou seja, uma em cada 32 pessoas...

3 — Quanto ao crime, nem é bom falar. Desafio o «repórter estudioso» a traçar, também aí, paralelos com o que se passa no mundo capitalista. E não precisa de andar muito...

4 — Quanto à saúde...

Não há dúvida que são muito agudas as críticas ao sistema de saúde na URSS. Essas críticas, porém, utilizam como padrão aquilo que deveria ser um regime socialista avançado — e nunca num regime capitalista...

Esta a diferença. Dizer-se que os serviços de saúde não são tão bons como deveriam ser, não é o mesmo que dizer que não são tão bons como no Ocidente. Parece ser isso o que querem dizer aqueles que, no Ocidente, atacam o sistema de saúde na URSS...

Só um apontamento: enquanto na URSS a assistência médica é universal, nos Estados Unidos de um terço a metade da população mais pobre ficam à margem de qualquer assistência...

Parece-me que os ataques ao modelo socialista de sociedade são pouco sérios, se lhes faltar um mínimo de autoridade moral. Só mesmo por trágica anedota se pode, em Portugal, atacar o sistema de saúde soviético...

## Quem tem e quem não tem

Com tudo isto, evidentemente, não quero dizer que, em qualquer domínio, tudo se passa num mar de rosas. Não quero dizer que seja inútil ou condenável no Ocidente, a discussão sobre os mais variados aspectos da vida nos países socialistas.

Pelo contrário. Acho que essa discussão deve ser incentivada. Deve passar-se do discurso monologante e rotundamente parcial, à mais larga troca de informações. Isto se quisermos, finalmente, provar que vivemos numa sociedade aberta, onde as informações circulam livremente...

Por que não um programa alargado e discutido, na TV, sobre as transformações em curso na URSS?

A sugestão aqui fica. Vamos lá a ver quem tem medo, e quem não tem, de informação livre...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A economia portuguesa

Ao contrário do que o Governo procura fazer crer, com os propalados mundos e fundos da CEE, lá de fora raramente chegam boas coisas, sobretudo quando se trata da nossa economia. Como a imprensa desta semana refere, o grande interesse do estrangeiro está na possível riqueza a captar em Portugal, sem que isso signifique melhoria das condições de vida interna, defesa dos interesses nacionais. Com a agravante de que os ditos «bons resultados» da política económica do Governo se devem a factores externos, que não duram sempre, como alerta a própria OCDE.

«A economia portuguesa tem, ultimamente, sido objecto de análise por entidades internacionais e grupos de empresas estrangeiras, cada vez mais interessadas em beneficiarem das oportunidades de negócios existentes.

A delegação do Fundo Monetário Internacional que esteve em Lisboa, chefiada, como habitualmente, por Teresa Ter-Minasean, desta vez decidiu alargar o seu leque de contactos às centrais sindicais, reunindo-se com a UGT e, facto inédito, com a direcção da CGTP. (foto) Para além dos grandes agregados macroeconómicos interessa conhecer o clima social que se vive no País.»

(«Semanário Económico», 13 de Maio)

«De acordo com dados revelados pela OCDE, «as melhorias até agora observadas na economia portuguesa devem-se sobretudo a factores que correm o risco de não se repetirem e a uma estratégia que não pode ser seguida por muito tempo». O Secretariado Técnico daquele organismo económico internacional refere que «a baixa dos preços do petróleo e a desvalorização dólar explicam, em parte, o abrandamento da inflação e dissimulam uma forte deteriorização do défice externo, em volume».

O alerta estava dado, o problema deixava agora de ser a descida da inflação e centrava-se na redução dos défices estruturais. O próprio ministro das Finanças, em declarações exclusivas ao **Semanário**, adianta que «a evolução dos preços tem já uma tendência descendente definida. Trata-se agora de reorientar toda a política económica, no sentido de possibilitar a redução do peso do Estado na Economia e a dependência do nosso país face ao exterior».

Numa perspectiva de médio prazo, «a redução do défice do Sector Público Administrativo deverá constituir o objectivo central da política orçamental», defendem os técnicos da OCDE.

Na semana passada, Miguel Cadilhe iniciava a política de redução do défice orçamental. Na cerimónia de posse dos novos membros das Comissões Directivas das Bolsas de Lisboa e do Porto, anunciou que os Fundos Autónomos e as Empresas Públicas vão receber menos 40 milhões de contos em subsídios, do que o valor inicialmente previsto.

Quanto às contas externas, os serviços Técnicos da OCDE reconhecem que a balança de transacções correntes se poderá tornar deficitária. Para o evitar, é necessário que os salários reais aumentem mais devagar e que se tomem medidas macroeconómicas apropria-

das, «sem receio de relançar directamente os custos ou os preços».

(«Semanário», 14 Maio)

## O panorama europeu

«A entrada de Portugal na CEE tem sido um tema inesgotável para os muitos debates, conferências, seminários e simpósios que todos os dias preenchem as agendas dos órgãos de Comunicação Social. Na semana passada, pudemos assistir a mais um desses debates na televisão, desta vez dedicado aos jovens. Aí, mais uma vez ouvimos frases como «desafio europeu» ou «modernizar Portugal» que, de tantas vezes repetidas, estão em perigo de se transformar em lugar-comum. Bom, até aqui nada de novo e seria, com certeza, um programa igual a tantos outros se, num filme apresentado antes do debate, as palavras de um jovem da Amadora, que criou a sua própria empresa de construção de carros de bombeiros, não tivessem sido, no mínimo, surpreendentes. Segundo o jovem os trabalhadores da sua empresa não têm horários de trabalho, ou seja, trabalham das oito da manhã à meia-noite, incluindo sábados e domingos. Isto porque percebem a situação em que se encontra a empresa e as dificuldades que o jovem patrão enfrenta todos os dias para conseguir vencer o tal «desafio da integração»...

Um panorama talvez muito europeu para o jovem empresário mas muito «japoneses» para os trabalhadores...»

(«Diário de Notícias», 16 Maio)

## Privatizar

«Ao anunciar a sua decisão de assumir, até ao montante de 170 milhões de contos, os passivos de três grandes empresas públicas — Quimigal, Setenava e Siderurgia Nacional —, o Governo não esconde que essa medida se inscreve no plano de reprivatizações, que constitui uma das linhas de força do seu programa. Di-lo abertamente quando associa tal opção à lei-quadro já aprovada no Parlamento com vista à transformação de algumas empresas públicas em sociedades anónimas, cujo capital será dividido em partes desiguais pelo Estado (51 por cento) e pela iniciativa privada (49 por cento). As notícias de fonte oficial pormenorizando as condições em que se procederá à alienação de parte do capital da Quimigal confirma o propósito do Executivo de dar projecção pública a uma decisão que fornece já alguns indicadores sobre os modelos de privatização a aplicar.

(...)

Os três casos em apreço sugerem motivações e prefiguram soluções de natureza diversa, para as desnacionalizações, consoante o sector específico e os condicionamentos próprios de cada empresa. E ainda que sejam escassos os elementos disponíveis, tudo indica que o futuro da Siderurgia Nacional venha a ser definido à luz das orientações comunitárias para essa área de actividade, enquanto os dois restantes parecem obedecer a normas que contemplam doutrinas expandidas, quer pelo partido governamental quer pelo maior partido da oposição. A avaliar pelos indícios revelados pelos próprios trabalhadores da Setenava, a solução que o Governo encara para a empresa passará por uma associação a outro gigante da construção e reparação navais onde pontificam capitais privados nacionais — a Lisnave — num eventual consórcio com capitais de origem estrangeira. Quanto à reprivatização da Quimigal, nos termos da lei para a conversão das empresas públicas em sociedades anónimas, as notícias são bem mais precisas e o modelo proposto corresponde, em parte pelo menos, ao projecto do Partido Socialista em matéria de desnacionalizações, que prevê, designadamente, a constituição de grupos económicos no próprio sector empresarial do Estado. A diversidade de sectores em que a Quimigal intervém favorece uma solução deste tipo e parece ser essa justamente a intenção do Governo.

(...)  
Como quer que seja, ao assumir o passivo de algumas empresas públicas, o Estado não faz mais, em certos casos, do que respeitar compromissos assumidos há anos. Sucede que boa parte do endividamento do sector público empresarial resultou não apenas de erros de gestão ou de excessos cometidos, mas de opções políticas tomadas ao longo destes treze anos. E não raro as empresas nacionalizadas serviram de instrumento para a captação de divisas, sob a forma de empréstimos externos ou outras. Do que se trata, portanto, para essas empresas, é de resgatar uma dívida antiga que aos poucos se tornou uma pesada herança, tolhendo-lhes o passo do desenvolvimento e da modernização, que, em tempo, teria sido bem menos doloroso.»

(«Diário de Notícias», 14 Maio)

## Cobiça

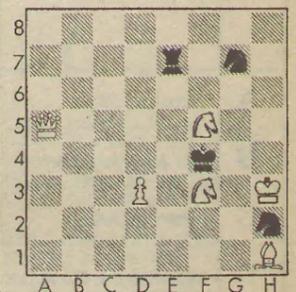
«Em conferência de imprensa, promovida na sede nacional da CGTP-IN, os trabalhadores da Setenave consideraram que o prestígio nacional e internacional da empresa é, neste momento, «motivo de cobiça por parte dos interesses económicos estrangeiros», o que constitui, na opinião daqueles trabalhadores, a «melhor prova de que a Setenave tem mercado para construir e reparar mais navios».

Neste sentido, os órgãos representativos dos trabalhadores da empresa acusaram o Governo de pretender «lançar no desemprego milhares de trabalhadores» e entregar a exploração da Setenava ao capital privado, numa solução que envolveria, segundo afirmaram, o *trading* alemão MPC.

Os trabalhadores defendem que «não há qualquer razão séria de carácter económico que justifique a entrega da Setenava ao capital privado», e afirmam estar de acordo com a necessidade de novas medidas de reestruturação da empresa, desde que, «não passem por novos despedimentos».

# Xadrez

CLIV — 19 de Maio de 1988  
Preposição N.º 154  
Por: K.A.L. Kubbel  
«Sydsvenka Dagbadet», 1910  
Pr.: [4]: Cs.g7.h2 — T67 — R14



Br.: [6]: Pd3-Cs.f3,ff-Bh1-Da5-Rh3  
Mate em dois lances

\*\*\*  
Jogo N.º 154  
Campeonato sueco por correspondência, 1988  
Br.: W. Wikstrom  
Pr.: S. Eriksson

1. e4, e5; 2. Cf3, Cc6; 3. Bb5, Cf6; 4. O-O, C:e4; 5. d4, B:e7; 6. D:e2, Cd6; 7. B:c6, b:c6; 8. d:e5, Cb7; 9. Cc3, O-O; 10. Cd4, Bc5; 11. Bc3, T:e8; 12. f4, B:d4; 13. B:d4, d5; 14. Ca4, D:e7; 15. Df2, Bf5; 16. h3, h5; 17. Rh2, a6; 18. Tg1, Dd7; 19. g4, h:g4; 20. h:g4, B:e4; 21. Cc3, Bh7; 22. B4, a5; 23. Rg3, a:b4; 24. Th1, f5; 25. Dh2, g6; 26. g:f5, g:f5; 27. Tag1, T:e6; 28. Rf2+Rh8; 29. Tg6, Ta:e8; 30. Th6, T:e8; 31. Tf6, Tf7; 32. Dh6, c5; 33. T:e6, c:d4; 34. Ta6, Dd8; 35. e6, Tg7; 36. e7, D:e7; 37. C:d5, D:e8; 38. D:g7+R:g7; 39. T:h7+ e s prestas abandonam.

\*\*\*

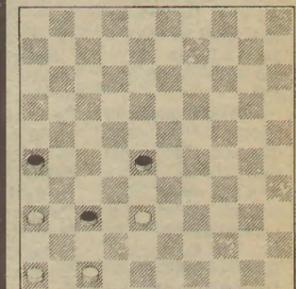
Solução do N.º 154

Chave: 1. C63! (ameaça: 2. Dg5++)  
1. ... Cf5; 2. Cd5++  
1. ... C:f3; 2. Cg2++  
1. ... R:e3; 2. Dd2++  
1. ... C66; 2. D65++  
1. ... T65; 2. D:e5++

A. de M.M.

# Damas

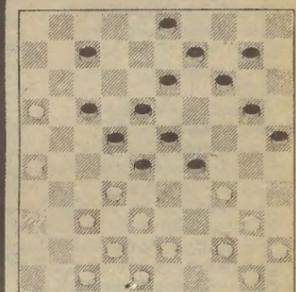
CLIV — 19 de Maio de 1988  
PROPOSIÇÃO N.º 154  
Por: A. J. Beemer — 1969  
Pr.: [3]: 26-28-37



Br.: [4]: 36-38-46-47

Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 154  
Por: C. Cascino — La Ciotat (F.) 1971  
Pr.: [14]: 3-7-9-13-14-17-18-20-22-23-25-28-29



Br.: [14]: 16-26-32-34-38-40-42-43-44-45-47-48-50

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CLIV  
N.º 154 (A.J.B.): 36-31 (37-42); 38-32 (26x37) A; 47x38 (37x42) B; 38x47 (28x37); 47-41 (37-42); 41-37 (42x31); 46-41 (31-36); 41-37+ A: Se: (28x37); 47x38 (37-42); 38x47 (26x37); 47-41+ B: Se: (28-33); 32x41 (33x42); 41-47...+  
Golpe N.º 154 (C.C.): 32-27 (22x31); 37-32 (28x37); 34-30 (25x34); 43-39 (34x32); 48-43 (37x39); 26x8 (3x12); 44x2!+

A. de M.M.